

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	20
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	124
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	126
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	127
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	128

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.300.347.300
Preferenciais	1.682.463.291
Total	2.982.810.591
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	25.009.593	22.075.545
1.01	Ativo Circulante	4.663.225	1.180.872
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.203.831	199.877
1.01.02	Aplicações Financeiras	96	93
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	96	93
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	96	93
1.01.03	Contas a Receber	2.106.801	872.524
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.106.801	872.524
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	2.089.981	824.143
1.01.03.02.03	Créditos com partes relacionadas	14.519	47.404
1.01.03.02.04	Outros Créditos	2.301	977
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.186	107.523
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.186	107.523
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	51.186	107.523
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.243	855
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	300.068	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	300.068	0
1.02	Ativo Não Circulante	20.346.368	20.894.673
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	667.440	542.657
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	30.258	25.619
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	30.258	25.619
1.02.01.07	Tributos Diferidos	447.349	333.877
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	447.349	333.877
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	189.833	183.161
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	142.418	138.747
1.02.01.10.06	Outros Tributos a Recuperar	40.786	39.810
1.02.01.10.07	Outros créditos	19	18
1.02.01.10.08	Direito de Uso de ativos	6.610	4.586
1.02.02	Investimentos	19.665.640	20.339.344
1.02.02.01	Participações Societárias	19.665.640	20.339.344
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	33.706	29.977
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	19.500.734	20.177.298
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	131.200	132.069
1.02.03	Imobilizado	7.523	7.948
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.055	4.557
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	468	3.391
1.02.04	Intangível	5.765	4.724
1.02.04.01	Intangíveis	5.765	4.724
1.02.04.01.02	Outros	5.765	4.724

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	25.009.593	22.075.545
2.01	Passivo Circulante	895.627	390.708
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.409	6.605
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.161	2.035
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.248	4.570
2.01.02	Fornecedores	16.560	5.373
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.560	5.373
2.01.03	Obrigações Fiscais	475	28.690
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	473	28.687
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	473	28.687
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	3
2.01.05	Outras Obrigações	852.183	350.040
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.606	1.838
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.606	1.838
2.01.05.02	Outros	850.577	348.202
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	845.700	344.251
2.01.05.02.04	Benefícios Pós-Emprego	3.816	2.957
2.01.05.02.05	Passivo de arrendamentos	460	436
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	601	558
2.02	Passivo Não Circulante	860.911	867.473
2.02.02	Outras Obrigações	51.845	63.031
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.851	5.851
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	5.851	5.851
2.02.02.02	Outros	45.994	57.180
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	3.935	3.676
2.02.02.02.04	Benefícios Pós-Emprego	22.635	23.890
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamentos	6.494	4.373
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	12.930	25.241
2.02.04	Provisões	809.066	804.442
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	809.066	804.442
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	166.501	159.235
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.867	3.514
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	289	745
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	637.409	640.948
2.03	Patrimônio Líquido	23.253.055	20.817.364
2.03.01	Capital Social Realizado	12.816.678	10.800.000
2.03.04	Reservas de Lucros	9.379.822	9.423.982
2.03.04.01	Reserva Legal	1.512.687	1.512.687
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.867.135	7.911.295
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	490.598	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	565.957	593.382

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	363.958	1.408.815	418.018	605.706
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.920	-128.370	-31.542	-83.743
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	599	6.786	-380	8.006
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	345	10.778	6.860	-13.665
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	434.934	1.519.621	443.080	695.108
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	363.958	1.408.815	418.018	605.706
3.06	Resultado Financeiro	-30.399	-1.471	-6.547	-60.399
3.06.01	Receitas Financeiras	42.933	76.069	11.800	48.925
3.06.02	Despesas Financeiras	-73.332	-77.540	-18.347	-109.324
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	333.559	1.407.344	411.471	545.307
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	108.335	113.472	-29.661	-40.712
3.08.01	Corrente	0	0	-30.012	-33.990
3.08.02	Diferido	108.335	113.472	351	-6.722
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	441.894	1.520.816	381.810	504.595
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-6.489	-141.029	-18.898	-13.865
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-6.489	-141.029	-18.898	-13.865
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	435.405	1.379.787	362.912	490.730
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14355	0,46804	0,12494	0,16894
3.99.01.02	PNA	0,15791	0,51484	0,13743	0,18583
3.99.01.03	PNB	0,15791	0,51484	0,13743	0,18583
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,14355	0,46804	0,12494	0,16894
3.99.02.02	PNA	0,15791	0,51484	0,13743	0,18583
3.99.02.03	PNB	0,15791	0,51484	0,13743	0,18583

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	435.405	1.379.787	362.912	490.730
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.847	-2.774	10.640	10.640
4.02.01	Perdas com Passivos Atuariais - não serão reclassificados para o resultado	0	0	-18.928	-18.928
4.02.02	Ganhos com Passivos Atuariais - não serão reclassificados para o resultado - Equiv. patrim.	0	0	23.132	23.132
4.02.03	Tributos sobre Outros Resultados Abrangentes - não serão reclassificados para o resultado	0	0	6.436	6.436
4.02.05	Perdas com Ativos Financeiros - Equiv.Patrimonial	-1.847	-2.774	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	433.558	1.377.013	373.552	501.370

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	331.042	2.433.969
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-130.703	-67.611
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.520.816	504.595
6.01.01.02	Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas	-32.640	50.211
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social	0	33.990
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-113.472	6.722
6.01.01.05	Resultado da equivalência patrimonial	-1.519.621	-674.838
6.01.01.06	Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	6.505	4.941
6.01.01.08	Depreciação e amortização	2.250	1.872
6.01.01.09	Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	17.102	0
6.01.01.10	Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	-11.651	4.845
6.01.01.11	Resultado das baixas de imobilizado	8	51
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	308.163	2.605.919
6.01.02.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	280.918	2.483.051
6.01.02.02	Depósitos judiciais	2.303	281
6.01.02.03	Outros créditos	-1.326	7.316
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-12.352	-24.416
6.01.02.05	Outros tributos a recuperar	2.971	40.451
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-388	-433
6.01.02.07	Partes relacionadas	-14.518	155.946
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	3.832	-28.302
6.01.02.09	Partes relacionadas	-232	-751
6.01.02.10	Fornecedores	11.187	4.170
6.01.02.11	Outras obrigações fiscais	44.833	-6.572
6.01.02.12	Benefícios pós-emprego	-6.901	-3.798
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-775	-20.861
6.01.02.14	Provisões para litígios quitadas	-1.389	-163
6.01.03	Outros	153.582	-104.339
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-27.870
6.01.03.02	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	0	-52.704
6.01.03.03	Encargos de debêntures pagos	0	-28.358
6.01.03.04	Encargos de passivo de arrendamentos pagos	-405	-302
6.01.03.05	Encargos de empréstimos concedidos/obtidos de partes relacionadas	14.800	4.895
6.01.03.06	Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais provenientes das operações descontinuadas	139.187	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.378	-38.698
6.02.01	Aplicações financeiras	-4.642	-6.914
6.02.02	Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-236.024	-124.400
6.02.03	Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	282.087	100.000
6.02.04	Aportes em investimentos	-48.250	-4.829
6.02.06	Aquisições de imobilizado	-390	-1.070
6.02.07	Aquisições de intangível	-1.159	-1.485

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2023 à 30/09/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.681.290	-2.898.554
6.03.04	Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	0	-774.899
6.03.05	Amortizações de principal de debêntures	0	-500.000
6.03.06	Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	-362	-274
6.03.08	Aumento de capital	2.031.619	0
6.03.09	Custos de transação no aumento de capital	-14.941	0
6.03.10	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-335.026	-1.623.381
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.003.954	-503.283
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	199.877	626.052
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.203.831	122.769

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	10.800.000	0	9.423.982	0	593.382	20.817.364
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	10.800.000	0	9.423.982	0	593.382	20.817.364
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.016.678	0	-44.160	-913.840	0	1.058.678
5.04.01	Aumentos de Capital	2.031.619	0	0	0	0	2.031.619
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-14.941	0	0	0	0	-14.941
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-44.160	-913.840	0	-958.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.379.787	-2.774	1.377.013
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.379.787	0	1.379.787
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.774	-2.774
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-2.774	-2.774
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	24.651	-24.651	0
5.06.04	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	0	0	0	24.651	-24.651	0
5.07	SalDOS Finais	12.816.678	0	9.379.822	490.598	565.957	23.253.055

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.800.000	0	10.610.854	0	426.170	21.837.024
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.800.000	0	10.610.854	0	426.170	21.837.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.368.675	0	0	-1.368.675
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.368.675	0	0	-1.368.675
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	490.730	10.640	501.370
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	490.730	0	490.730
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.640	10.640
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	23.132	23.132
5.05.02.06	Ajustes Atuariais	0	0	0	0	-18.928	-18.928
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes Atuariais	0	0	0	0	6.436	6.436
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	28.362	-28.362	0
5.06.04	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	0	0	0	28.362	-28.362	0
5.07	Saldos Finais	10.800.000	0	9.242.179	519.092	408.448	20.969.719

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	4.756	7.186
7.01.02	Outras Receitas	4.756	7.186
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-54.068	-62.538
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.198	-29.995
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-31	-7.980
7.02.04	Outros	-5.839	-24.563
7.03	Valor Adicionado Bruto	-49.312	-55.352
7.04	Retenções	-2.250	-1.872
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.250	-1.872
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-51.562	-57.224
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.456.705	731.016
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.519.621	695.108
7.06.02	Receitas Financeiras	76.069	48.925
7.06.03	Outros	-138.985	-13.017
7.06.03.01	Outras Receitas	2.044	848
7.06.03.02	Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	-141.029	-13.865
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.405.143	673.792
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.405.143	673.792
7.08.01	Pessoal	55.405	27.482
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.037	21.364
7.08.01.02	Benefícios	7.685	6.108
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.571	1.432
7.08.01.04	Outros	21.112	-1.422
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-36.938	70.263
7.08.02.01	Federais	-36.946	70.132
7.08.02.02	Estaduais	6	24
7.08.02.03	Municipais	2	107
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.889	85.317
7.08.03.01	Juros	6.733	85.135
7.08.03.02	Aluguéis	156	182
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.520.816	504.595
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	913.840	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	606.976	504.595
7.08.05	Outros	-141.029	-13.865
7.08.05.01	Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	-141.029	-13.865

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	55.701.389	49.703.700
1.01	Ativo Circulante	13.313.738	9.327.249
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.557.791	2.678.457
1.01.02	Aplicações Financeiras	96	250
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	96	93
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	96	93
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	157
1.01.02.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	0	157
1.01.03	Contas a Receber	4.991.574	4.798.857
1.01.03.01	Clientes	3.619.568	3.342.050
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.372.006	1.456.807
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	40.725	138.330
1.01.03.02.03	Ativos Financeiros Setoriais	38.924	190.699
1.01.03.02.04	Contas a Receber Vinculadas à Concessão	9.232	8.603
1.01.03.02.05	Ativos de contrato	296.100	220.660
1.01.03.02.06	Créditos com Partes Relacionadas	15.344	1.135
1.01.03.02.07	Outros Créditos	971.681	897.380
1.01.04	Estoques	185.897	194.850
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.245.646	1.594.759
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.245.646	1.594.759
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	265.210	355.065
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	980.436	1.239.694
1.01.07	Despesas Antecipadas	64.809	60.076
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.267.925	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	1.267.925	0
1.02	Ativo Não Circulante	42.387.651	40.376.451
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.099.229	16.703.525
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	585.934	456.582
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	585.934	456.582
1.02.01.04	Contas a Receber	114.748	109.819
1.02.01.04.01	Clientes	114.748	109.819
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.797.026	1.644.299
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.797.026	1.644.299
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	10
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.601.521	14.492.815
1.02.01.10.03	Ativos Financeiros Setoriais	116.773	190.699
1.02.01.10.04	Contas a Receber Vinculadas à Concessão	2.637.401	2.269.690
1.02.01.10.05	Ativos de contrato	7.423.024	7.452.019
1.02.01.10.07	Depósitos Judiciais	635.578	632.458
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	91.703	127.824
1.02.01.10.09	Tributos Correntes a Recuperar	2.373.216	2.627.293
1.02.01.10.10	Outros Créditos	1.083.115	931.452
1.02.01.10.11	Direito de Uso em Andamento	240.711	261.380
1.02.02	Investimentos	3.566.466	3.325.731

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.02.01	Participações Societárias	3.566.021	3.325.196
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	49.599	47.093
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	3.516.422	3.278.103
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	445	535
1.02.03	Imobilizado	10.811.117	10.069.468
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.411.546	9.680.771
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	399.571	388.697
1.02.04	Intangível	10.910.839	10.277.727
1.02.04.01	Intangíveis	10.910.839	10.277.727
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	9.359.904	9.514.711
1.02.04.01.02	Autorização e Concessão de Controladas	1.509.640	721.838
1.02.04.01.03	Outros	41.295	41.178

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	55.701.389	49.703.700
2.01	Passivo Circulante	8.995.410	7.156.597
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	920.387	252.789
2.01.01.01	Obrigações Sociais	59.072	58.376
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	861.315	194.413
2.01.02	Fornecedores	2.177.287	2.090.022
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.177.287	2.090.022
2.01.03	Obrigações Fiscais	390.702	459.797
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	188.656	305.350
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	114.337	156.191
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	74.319	149.159
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	196.481	149.506
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.565	4.941
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.661.838	1.625.185
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	271.780	278.838
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	271.780	278.838
2.01.04.02	Debêntures	1.390.058	1.346.347
2.01.05	Outras Obrigações	3.238.742	2.728.804
2.01.05.02	Outros	3.238.742	2.728.804
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	845.700	482.325
2.01.05.02.04	Benefícios Pós-Emprego	85.557	73.814
2.01.05.02.05	Encargos setoriais a recolher	63.359	46.488
2.01.05.02.06	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	348.765	370.244
2.01.05.02.07	Contas a Pagar Vinculadas a Concessão - Uso do Bem Público	100.083	105.003
2.01.05.02.08	Passivos financeiros setoriais	723.786	433.914
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamentos	52.757	64.870
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	739.440	601.619
2.01.05.02.11	PIS e Cofins a restituir para consumidores	279.295	550.527
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	606.454	0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	606.454	0
2.02	Passivo Não Circulante	23.197.845	21.415.878
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.478.502	10.829.033
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.098.831	4.371.525
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.098.831	4.371.525
2.02.01.02	Debêntures	8.379.671	6.457.508
2.02.02	Outras Obrigações	6.097.124	7.031.564
2.02.02.02	Outros	6.097.124	7.031.564
2.02.02.02.03	Fornecedores	134.730	125.448
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	618.134	633.491
2.02.02.02.05	Benefícios Pós-Emprego	1.006.066	996.223
2.02.02.02.06	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	208.279	244.514
2.02.02.02.07	Contas a Pagar Vinculadas a Concessão - Uso do Bem Público	783.318	832.539
2.02.02.02.08	Passivos financeiros setoriais	27.119	49.341

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.02.02.09	Passivo de arrendamentos	202.767	208.886
2.02.02.02.10	Outras Contas a Pagar	802.087	645.234
2.02.02.02.11	PIS e Cofins a restituir para consumidores	404.329	1.444.631
2.02.02.02.12	Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	1.910.295	1.851.257
2.02.03	Tributos Diferidos	1.668.534	1.517.682
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.668.534	1.517.682
2.02.04	Provisões	1.953.685	2.037.599
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.857.785	2.023.837
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	210.522	201.750
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	457.565	536.464
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	35.311	30.126
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.154.387	1.255.497
2.02.04.02	Outras Provisões	95.900	13.762
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.336	5.269
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Regulatórios	90.564	8.493
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	23.508.134	21.131.225
2.03.01	Capital Social Realizado	12.816.678	10.800.000
2.03.04	Reservas de Lucros	9.379.822	9.423.982
2.03.04.01	Reserva Legal	1.512.687	1.512.687
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.867.135	7.911.295
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	490.598	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	565.957	593.382
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	255.079	313.861

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.543.989	15.911.770	5.108.442	15.270.561
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.579.704	-12.427.715	-4.047.200	-11.586.929
3.03	Resultado Bruto	964.285	3.484.055	1.061.242	3.683.632
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-512.736	-975.082	-269.172	-1.382.606
3.04.01	Despesas com Vendas	-41.409	-81.484	-38.819	-146.837
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-417.687	-860.196	-202.558	-553.572
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	44.944	75.755	26.838	55.160
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-166.426	-353.832	-63.542	-1.067.472
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-166.426	-353.832	-63.542	-256.909
3.04.05.02	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	0	0	0	-810.563
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	67.842	244.675	8.909	330.115
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	451.549	2.508.973	792.070	2.301.026
3.06	Resultado Financeiro	-322.810	-899.289	-216.485	-1.726.138
3.06.01	Receitas Financeiras	264.178	796.450	228.297	723.605
3.06.02	Despesas Financeiras	-586.988	-1.695.739	-444.782	-2.449.743
3.06.02.01	Despesas financeiras	-586.988	-1.695.739	-444.782	-1.438.373
3.06.02.02	Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	0	0	0	-1.011.370
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	128.739	1.609.684	575.585	574.888
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	308.161	-93.059	-195.004	-85.667
3.08.01	Corrente	27.870	-297.404	-183.802	-547.597
3.08.02	Diferido	280.291	204.345	-11.202	461.930
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	436.900	1.516.625	380.581	489.221
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	4.263	-132.266	-2.190	36.590
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	4.263	-132.266	-2.190	36.590
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	441.163	1.384.359	378.391	525.811
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	435.405	1.379.787	362.912	490.730
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.758	4.572	15.479	35.081

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14355	0,46804	0,12494	0,16894
3.99.01.02	PNA	0,15791	0,51484	0,13743	0,18583
3.99.01.03	PNB	0,15791	0,51484	0,13743	0,18583
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,14355	0,46804	0,12494	0,16894
3.99.02.02	PNA	0,15791	0,51484	0,13743	0,18583
3.99.02.03	PNB	0,15791	0,51484	0,13743	0,18583

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	441.163	1.384.359	378.391	525.811
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.640	-3.965	10.640	10.640
4.02.01	Perdas com Passivos Atuariais - não serão reclassificados para o resultado	0	0	-60	-60
4.02.03	Tributos sobre Outros Resultados Abrangentes - não serão reclassificados para o resultado	0	0	10.700	10.700
4.02.04	Perdas com Ativos Financeiros - poderão ser reclassificados p/ resultado	-4.001	-6.008	0	0
4.02.05	Tributos sobre Outros Resultados Abrangentes - poderão ser reclassificados para o resultado	1.361	2.043	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	438.523	1.380.394	389.031	536.451
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	433.558	1.377.013	373.552	501.370
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.965	3.381	15.479	35.081

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.448.070	3.219.426
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.344.571	2.508.566
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.516.625	489.221
6.01.01.02	Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas	1.433.850	963.354
6.01.01.03	Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	-87.910	-89.157
6.01.01.04	Remuneração de contratos de concessão de transmissão	-561.622	-582.687
6.01.01.05	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	0	1.821.933
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social	297.404	547.597
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-204.345	-461.930
6.01.01.08	Resultado da equivalência patrimonial	-244.675	-330.115
6.01.01.09	Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	192.058	193.860
6.01.01.10	Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	123.556	116.016
6.01.01.11	Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	-41.898	-45.045
6.01.01.12	Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-969.376	-1.332.293
6.01.01.13	Depreciação e amortização	1.027.232	914.882
6.01.01.14	Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	610.057	0
6.01.01.15	Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	204.772	226.564
6.01.01.16	Resultado da repactuação do risco hidrológico - GSF	-26.405	0
6.01.01.17	Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	-542	-541
6.01.01.18	Valor justo nas operações de compra e venda de energia no mercado ativo e derivativos	6.347	7.046
6.01.01.19	Baixas de contas a receber vinculadas à concessão e ativos de contrato	8.532	32.500
6.01.01.20	Resultado das baixas de imobilizado, intangíveis, direito de uso de ativos e passivo de arrendamento	60.911	37.361
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	417.647	1.725.859
6.01.02.01	Clientes	164.172	1.239.898
6.01.02.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	111.960	59.336
6.01.02.03	Depósitos judiciais	22.198	-15.116
6.01.02.04	Ativos financeiros setoriais	52.035	953.947
6.01.02.05	Outros créditos	-61.482	47.834
6.01.02.06	Estoques	7.570	-1.139
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-142.982	-59.761
6.01.02.08	Outros tributos a recuperar	-77.858	206.480
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-3.819	-2.076
6.01.02.10	Partes relacionadas	-14.209	-933
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	158.508	-205.145
6.01.02.12	Fornecedores	53.968	-319.036
6.01.02.13	Outras obrigações fiscais	728.036	450.852
6.01.02.14	Benefícios pós-emprego	-160.277	-144.936
6.01.02.15	Encargos setoriais a recolher	16.871	-155.669

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01.02.16	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-193.727	-141.839
6.01.02.17	Contas a pagar vinculadas à concessão	-87.200	-78.769
6.01.02.18	Outras contas a pagar	86.143	51.401
6.01.02.19	Provisões para litígios quitadas	-242.260	-159.470
6.01.03	Outros	-1.314.148	-1.014.999
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-272.512	-322.688
6.01.03.02	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-434.261	-264.920
6.01.03.03	Encargos de debêntures pagos	-708.469	-541.204
6.01.03.04	Encargos de passivo de arrendamentos pagos	-17.257	-14.228
6.01.03.05	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais provenientes de operações descontinuadas	118.351	128.041
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.626.433	-1.841.124
6.02.01	Aplicações financeiras	-102.812	53.375
6.02.04	Aquisições de ativos de contrato	-1.422.976	-1.483.399
6.02.06	Aquisições de controladas - efeito no caixa	-911.450	-18.031
6.02.07	Aportes em investimentos	-10.780	-4.829
6.02.08	Redução de capital em investidas	0	61.537
6.02.09	Aquisições de imobilizado	-148.152	-309.827
6.02.10	Aquisições de intangível	-6.107	-6.244
6.02.11	Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento provenientes de operações descontinuadas	-24.156	-133.706
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.296.818	-521.817
6.03.01	Ingressos de empréstimos e financiamentos	45.325	1.891.201
6.03.02	Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	-6.886	-19.781
6.03.03	Ingressos de debêntures emitidas	2.900.000	1.500.000
6.03.04	Custos de transação na emissão de debêntures	-60.677	-14.445
6.03.05	Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	-194.678	-940.584
6.03.06	Amortizações de principal de debêntures	-1.174.084	-1.271.900
6.03.07	Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	-51.896	-40.747
6.03.08	Aumento de capital	2.031.619	0
6.03.09	Custos de transação no aumento de capital	-14.941	0
6.03.10	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-335.026	-1.623.381
6.03.11	Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades de financiamento de operações descontinuadas	158.062	-2.180
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.118.455	856.485
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.678.457	3.472.845
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.796.912	4.329.330

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	10.800.000	0	9.423.982	0	593.382	20.817.364	313.861	21.131.225
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.800.000	0	9.423.982	0	593.382	20.817.364	313.861	21.131.225
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.016.678	0	-44.160	-913.840	0	1.058.678	-62.163	996.515
5.04.01	Aumentos de Capital	2.031.619	0	0	0	0	2.031.619	0	2.031.619
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-14.941	0	0	0	0	-14.941	0	-14.941
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-62.163	-62.163
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-44.160	-913.840	0	-958.000	0	-958.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.379.787	-2.774	1.377.013	3.381	1.380.394
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.379.787	0	1.379.787	4.572	1.384.359
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.774	-2.774	-1.191	-3.965
5.05.02.08	Perdas com ativos financeiros	0	0	0	0	-2.774	-2.774	-1.191	-3.965
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	24.651	-24.651	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	0	0	0	24.651	-24.651	0	0	0
5.07	Saldos Finais	12.816.678	0	9.379.822	490.598	565.957	23.253.055	255.079	23.508.134

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	10.800.000	0	10.610.854	0	426.170	21.837.024	338.211	22.175.235
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.800.000	0	10.610.854	0	426.170	21.837.024	338.211	22.175.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.368.675	0	0	-1.368.675	-12.735	-1.381.410
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.368.675	0	0	-1.368.675	0	-1.368.675
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-12.735	-12.735
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	490.730	10.640	501.370	35.081	536.451
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	490.730	0	490.730	35.081	525.811
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.640	10.640	0	10.640
5.05.02.06	Ajustes Atuariais	0	0	0	0	4.204	4.204	0	4.204
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes Atuariais	0	0	0	0	6.436	6.436	0	6.436
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	28.362	-28.362	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	0	0	0	28.362	-28.362	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.800.000	0	9.242.179	519.092	408.448	20.969.719	360.557	21.330.276

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	21.629.845	23.267.722
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.747.157	20.240.311
7.01.02	Outras Receitas	1.085.276	1.432.196
7.01.02.01	Valor justo do ativo indenizável da concessão	41.898	45.045
7.01.02.02	Resultado de Ativos e Passivos Setoriais	969.376	1.332.293
7.01.02.03	Outras Receitas	74.002	54.858
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.845.224	1.702.777
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-47.812	-107.562
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.059.316	-11.456.056
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.692.414	-10.314.927
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-95.408	-85.220
7.02.04	Outros	-271.494	-1.055.909
7.02.04.01	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	0	-810.563
7.02.04.02	Outros insumos	-271.494	-245.346
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.570.529	11.811.666
7.04	Retenções	-1.027.232	-914.882
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.027.232	-914.882
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.543.297	10.896.784
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.503.914	1.584.464
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	244.675	330.115
7.06.02	Receitas Financeiras	796.450	723.605
7.06.03	Outros	462.789	530.744
7.06.03.01	Outras receitas	346.071	270.874
7.06.03.02	Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	116.718	259.870
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.047.211	12.481.248
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.047.211	12.481.248
7.08.01	Pessoal	1.780.046	941.275
7.08.01.01	Remuneração Direta	723.629	583.121
7.08.01.02	Benefícios	274.941	267.592
7.08.01.03	F.G.T.S.	37.227	35.722
7.08.01.04	Outros	744.249	54.840
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.004.101	8.365.215
7.08.02.01	Federais	4.074.471	4.919.667
7.08.02.02	Estaduais	1.923.040	3.436.327
7.08.02.03	Municipais	6.590	9.221
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.629.721	2.425.667
7.08.03.01	Juros	1.602.095	1.385.637
7.08.03.02	Aluguéis	25.711	26.420
7.08.03.03	Outras	1.915	1.013.610
7.08.03.03.01	Atualização provisão p/ destinação créditos PIS e Cofins	0	1.011.370
7.08.03.03.02	Outras	1.915	2.240
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.516.625	489.221
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	913.840	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	596.671	493.237

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.114	-4.016
7.08.05	Outros	116.718	259.870
7.08.05.01	Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	116.718	259.870

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO
em 30 de setembro de 2023
em milhares de reais

1 Novos projetos

1.1 Segmento de geração

Em 30.01.2023, foi concluída a aquisição dos Complexos Eólicos Santa Rosa & Mundo Novo (SRMN) e Aventura, com 260,4 MW de capacidade instalada, da EDP Renováveis Brasil S/A, pelo valor de R\$ 1.005 milhões. O empreendimento possui financiamentos de longo prazo (vencimentos até 2043) contratados junto ao Banco do Nordeste (BNB), com taxas de IPCA + 2,19% a.a. (Complexo Aventura) e IPCA + 1,98% a.a. (Complexo Santa Rosa & Mundo Novo).

Complexos Eólicos	Capacidade Instalada (1) (MW)	Garantia Física (MW med)	Operação Comercial	Energia Comercializada - ACR					Fim da Autorização
				Leilão	Montante (Mwmed)	Preço (2) (R\$/Mwh)	Início Suprimento	Fim Suprimento	
Aventura II Aventura III Aventura IV Aventura V	105,0	65,0	desde jul/21	A-6/2017	53,6	132,78	jan/23	dez/42	2053
SRMN I SRMN II SRMN III SRMN IV SRMN V	155,4	92,8	desde dez/21 ³ e fev/22 ⁴	A-6/2017	67,1	135,52	jan/23	dez/42	2052 ³ 2053 ⁴
Total	260,4	157,8			120,7	134,30			

¹ Total de 62 turbinas eólicas Vestas, modelo V150

² Data-base Set/23

³ SRMN IV e V

⁴ SRMN I, SRMN II e SRMN III

1.2 Segmento de distribuição

Programa Transformação - amplo plano de investimento com o objetivo de modernizar, automatizar e renovar a rede de distribuição e rede de comunicação privada com tecnologias padronizadas para atendimento aos equipamentos de automação. Entre os benefícios esperados estão o reforço das redes rurais para reduzir desligamentos e garantir o suporte ao crescimento do agronegócio no Estado do Paraná, redução dos custos com serviços de O&M e comerciais e aprimoramento no controle dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC. O programa é composto por 3 projetos pilares para o atingimento dos objetivos:

- Paraná Trifásico: representa a melhoria e renovação das redes de distribuição rurais na área de concessão da Companhia, com implantação de rede trifásica e criação de redundância nos principais ramais rurais.
- Rede Elétrica Inteligente: visa implantar uma rede de comunicação privada com tecnologia padronizada para atendimento de todos os equipamentos de automação da rede de distribuição e infraestrutura avançada de medição. Até o final de junho de 2023 já estavam instalados 540 mil medidores inteligentes.

Comentário do Desempenho

- **Confiabilidade Total:** visa assegurar a modernidade nas operações da rede de energia a partir das seguintes premissas: manter a comunicação plena entre as equipes e a disponibilidade de equipamentos na rede, implementar automação nos equipamentos especiais, manter a totalidade de município da concessão com subestação ou chave especial e ampliar os circuitos de rede e equipamento *Self Healing*. Até o final de setembro de 2023, o projeto concluiu 82,2% do cronograma previsto.

O Programa Transformação abrange a construção de, aproximadamente, 25 mil km de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes no estado do Paraná.

Redes Compactas e Protegidas - implantação de redes compactas predominantemente em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição e redes protegidas exclusivamente em áreas rurais. As redes compactas evitam cortes e podas de árvores e melhoram a qualidade do fornecimento, pois reduzem o número de desligamentos. As redes protegidas também melhoram a qualidade e a confiabilidade do sistema pois evitam interrupções por contato com a vegetação ou outros objetos e intempéries. Ao final de setembro de 2023, a extensão das redes compactas e protegidas instaladas era de 26.504 km (21.385 km em setembro de 2022), um acréscimo de 5.119 km, ou 23,94%, em doze meses.

Rede Secundária Isolada - investimento em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores DEC e FEC; dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de setembro de 2023, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 22.609 km (21.658 km em setembro de 2022), um acréscimo de 951 km, ou 4,39%, em doze meses.

2 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração de energia da Copel Geração e Transmissão S.A. e seus parques eólicos no 9M23 foi de 17.710 GWh (16.855 GWh no 9M22). O aumento deve-se, para as usinas hidrelétricas, à melhoria das condições meteorológicas da Região Sul e, para as usinas eólicas, à entrada em operação comercial de Jandaíra e à aquisição dos Complexos eólicos Aventura e SRMN.

Comentário do Desempenho

Fluxo de energia do grupo Copel

Fluxo de energia (GWh)			Janeiro a Setembro de 2023		
Geração própria 17.71041,0% Energia comprada 25.44759,0% CCEAR9.790 Itaipu3.561 Dona Francisca100 CCEE (MCP)381 Angra652 CCGF3.409 MRE103 Elejor32 Proinfa314 Outros¹7.105 Disponibilidade 43.157			Mercado Cativo	14.852	34,4%
			Concessionárias ²	66	0,2%
			Suprimento concessionária CCEE ³	121	0,3%
			Cessões MCSD EN ⁴	172	0,4%
			CCEE (MVE)	-	0,0%
			Consumidores livres	8.862	20,5%
			Energia suprida	18.409	42,7%
			Contratos bilaterais	7.670	
			CCEAR	4.815	
			CER	685	
			CCEE(MCP)	1.932	
			MRE	3.307	
			Perdas e diferenças ⁵	675	1,6%

CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
CER: Contrato de Energia de Reserva.
CCEE (MVE): Liquidação financeira de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes.
CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).
MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.
CG: Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG).
¹Outros: Energia comprada pela Copel Comercialização e Copel Distribuição.
²Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano.
³Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR.
⁴Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova.
⁵Inclui perdas da rede básica, perdas na distribuição, diferenças na alocação de Itaipu no CG, efeitos de MMGD e diferenças dos parques eólicos.
Não considera a energia produzida pela UTE Araucária vendida no mercado de curto prazo (MCP) ou através de contratos bilaterais.

Comentário do Desempenho

Venda de energia do grupo Copel

Classe	Em GWh		
	Jan a Set 2023	Jan a Set 2022	Variação
Copel Distribuição			
Mercado cativo¹	14.853	14.624	1,6%
Residencial	6.488	6.157	5,4%
Industrial	1.464	1.595	-8,2%
Comercial	3.317	3.246	2,2%
Rural	1.754	1.821	-3,7%
Outras	1.830	1.805	1,4%
Concessionárias e permissionária	67	69	-2,9%
CCEE (Cessões MCSD EN)	172	159	8,2%
CCEE (MVE)	-	524	-
CCEE (MCP)	1.886	2.133	-11,6%
Total da Copel Distribuição	16.978	17.509	-3,0%
Copel Geração e Transmissão (com FDA)			
CCEAR (Copel Distribuição)	91	91	0,0%
CCEAR (outras concessionárias)	3.189	1.649	93,4%
Contratos bilaterais (Copel Comercialização)	9.125	10.441	-12,6%
Contratos bilaterais ²	108	109	-0,9%
CCEE (MCP) ³	-	604	-100,0%
Total da Copel Geração e Transmissão	12.513	12.894	-3,0%
Parques Eólicos			
CCEAR (Copel DIS)	85	23	269,6%
CCEAR (outras concessionárias)	1.623	964	68,4%
CER	684	684	-
Contratos bilaterais (Copel Comercialização)	450	234	92,3%
Contratos bilaterais ²	448	335	33,7%
CCEE (MCP) ³	32	25	28,0%
Total dos Parques Eólicos	3.322	2.265	46,7%
Copel Comercialização			
Consumidores Livres	8.862	8.696	1,9%
Contratos Bilaterais (empresas do grupo)	398	899	-
Contratos bilaterais ²	7.221	8.898	-18,8%
CCEE (MCP) ³	243	114	113,2%
Total Copel Comercialização	16.724	18.607	-10,1%
Total	49.537	51.275	-3,4%

Observação: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e a energia da UTE Araucária vendida no Mercado de Curto Prazo da CCEE.

¹ Para o mercado faturado, desconta-se a Energia Compensada proveniente de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD).

² Inclui Contratos de Venda de Curto Prazo.

³ Não considera montantes negativos.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva.

Mercado fio da Copel Distribuição (TUSD):

Composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão, teve um aumento de 2,1% no 9M23. O mercado fio faturado, que considera a energia compensada de Mini e Micro Geração Distribuída - MMGD, reduziu 0,1% no período, considerando o Custo de Disponibilidade.

Comentário do Desempenho

O volume de energia compensada, que é o excedente de geração de MMGD compensado no faturamento, cresceu 70,40% no período. O número de consumidores com adesão à MMGD atingiu 293.245 em setembro de 2023, montante 59,5% superior a setembro de 2022. O resultado do 9M23 é decorrente do consumo de energia elétrica das classes:

- i. Residencial, com aumento de 5,4%, devido, principalmente, ao aumento no número de unidades consumidoras;
- ii. Comercial, com aumento de 4,4%, em função, principalmente, do aumento de consumo do Comércio Varejista e Comércio por Atacado;
- iii. Rural, com redução de 2,2%, devido, principalmente, à redução do consumo com Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados;
- iv. Industrial, com aumento de 0,1%; e
- v. Outros, com aumento de 1,4%

Mercado cativo da Copel Distribuição: aumento de 1,6% no consumo de energia elétrica no 9M23. O mercado cativo faturado, que considera a energia compensada de MMGD, apresentou redução de 2,2% no período.

Número de consumidores: o número de consumidores finais (consumidores cativos da Copel Distribuição e consumidores livres atendidos pela Copel Geração e Transmissão, Copel Comercialização e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel Distribuição) faturados em setembro de 2023 foi de 5.078.328, representando um crescimento de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Classe	Set 2023	Set 2022	Variação
Residencial	4.190.534	4.108.640	2,0%
Industrial	68.090	69.149	-1,5%
Comercial	436.796	427.641	2,1%
Rural	325.111	334.433	-2,8%
Outras	54.832	53.473	2,5%
Total cativo	5.075.363	4.993.336	1,6%
Suprimento Fio (a)	7	7	-
Consumidores livres (b)	2.958	2.529	17,0%
Total geral	5.078.328	4.995.872	1,7%

(a) Total do suprimento fio no mercado cativo (concessionárias e permissionárias) e livre.

(b) Total de consumidores livres atendidos dentro da área de concessão da Copel Distribuição.

Comentário do Desempenho

3 Administração

Quadro de empregados

Empregados	Set 2023	Set 2022
Copel e subsidiárias integrais		
Copel Holding	83	86
Copel Geração e Transmissão	1.482	1.497
Copel Distribuição	4.224	4.273
Copel Comercialização	41	46
	5.830	5.902
Controladas		
Compagás	129	132
Elejor	7	7
UEG Araucária	14	15
	150	154

4 Relações com o Mercado

Em 2023 na [B]3, as ações ON (CPLE3) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$8,41 com variação positiva de 22,4%; as ações PNB (CPLE6) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$8,96 com variação positiva de 13,3%. No mesmo período o IBOVESPA teve variação positiva de 6,2%. As UNITS (CPLE11) estiveram presentes em 100% dos pregões fechando o período cotadas a R\$44,49 com variação positiva de 15,6%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as UNITS (ELP) estiveram presentes em 100% dos pregões fechando o período cotadas a US\$8,77 com variação positiva de 21,3%. O índice DOW JONES teve variação de 0,9% no período.

No LATIBEX (Mercado de Valores Latino - Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB são negociadas sob o código XCOP, estiveram presentes em 49% dos pregões, fechando o período cotadas a €1,70 com variação positiva de 25,0%. No mesmo período o índice LATIBEX teve variação positiva de 2,2%. As UNITS sob o código XCOPU, neste período estiveram presentes em 5% dos pregões fechando o período cotadas a €8,35 com variação positiva de 29,5%.

A tabela a seguir sintetiza o comportamento das ações da Copel até o final de setembro de 2023:

Comentário do Desempenho

Negociação das ações (Jan a Set 2023)	ON		PNB		UNIT	
	Total	Média diária	Total	Média diária	Total	Média diária
B3						
Negócios	919.689	4.892	3.287.166	17.485	296.123	1.575
Quantidade	542.555.100	2.885.931	2.796.442.900	14.874.696	48.894.500	260.077
Volume (R\$ mil)	4.220.361	22.449	22.203.200	118.102	1.889.431	10.050
Presença nos pregões	188	100%	188	100%	188	100%
Nyse						
Quantidade	-	-	-	-	82.247.940	437.489
Volume (US\$ mil)	-	-	-	-	647.065	3.442
Presença nos pregões	-	-	-	-	188	100%
Latibex						
Quantidade	-	-	136.247	1.481	12.788	1.279
Volume (€ mil)	-	-	192	2	103	10
Presença nos pregões	-	0%	92	48%	10	5%

5 Tarifas

Tarifas de fornecimento de energia

Tarifas médias de fornecimento (a) - R\$/MWh	Set 2023	Set 2022	Variação
Industrial	560,61	538,84	4,0%
Residencial	558,28	562,97	-0,8%
Comercial	634,07	671,06	-5,5%
Rural	608,38	664,56	-8,5%
Outros	456,41	407,75	11,9%
Tarifa Média de Fornecimento e Disponibilidade (R\$/MWh)	623,45	627,28	-0,6%
Tarifa Média de Demanda (R\$/KW)	37,86	29,78	27,1%

(a) Não considera bandeiras tarifárias, sem pis/cofins, líquido de ICMS.

Tarifas de compra de energia

Tarifas de Compra de Energia* - R\$/MWh	Set 2023	Set 2022	Variação
Itaipu (a)	241,31	305,44	-21,0%
Leilão 2010 - H30	299,44	291,12	2,9%
Leilão 2010 - T15 (b)	199,39	191,68	4,0%
Leilão 2011 - H30	308,73	298,96	3,3%
Leilão 2011 - T15 (b)	259,42	245,74	5,6%
Leilão 2012 - T15 (b)	177,61	166,78	6,5%
Leilão 2016 - T20 (b)	228,49	207,90	9,9%
Angra	348,35	346,59	0,5%
Contrato de cotas de garantia física - CCGF (c)	162,73	137,49	18,4%
Santo Antonio	191,60	185,53	3,3%
Jirau	168,58	163,25	3,3%
Demais leilões (d)	209,35	225,66	-7,2%
Média	211,57	218,37	-3,1%

(a) Transporte de Furnas não incluído.

(b) Preço médio do leilão conforme pagamento bilateral aos vendedores. Não inclui efeitos de contratação contabilizados pela CCEE

(c) Contrato de cotas de garantia física das UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

(d) Preço médio ponderado dos produtos. Não inclui Proinfa.

*A tabela foi atualizada para todos os períodos conforme nova metodologia de apuração dos preços médios, resultado da 4ª fase da AP 78/2011 da Aneel, aprovada em 28/03/2016.

Comentário do Desempenho

Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de Suprimento de Energia - R\$/MWh	Set 2023	Set 2022	Variação
Leilão - CCEAR 2011-2040 (UHE Mauá)	287,48	274,98	4,5%
Leilão - CCEAR 2013-2042 (Cavernoso II)	308,79	294,29	4,9%
Leilão - CCEAR 2015 - 2044 (Colíder)	218,79	208,96	4,7%
Leilão - CCEAR 2018 - 2048 (Baixo Iguaçu)	226,92	215,82	5,1%
Leilão - CCEAR 2009 - 2016 (Salto Caxias) -Repactuação GSF	252,99	-	-
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	273,04	262,70	3,9%

(a) Com PIS/COFINS. Líquida de ICMS.

6 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 30)

A Receita operacional líquida acumulada até setembro de 2023, de R\$ 15.911.770, foi 4,2% superior aos R\$ 15.270.561 registrados no mesmo período de 2022.

Essa variação decorreu, principalmente, dos seguintes fatos:

- aumento de 0,1% na Receita de fornecimento de energia elétrica, impactada principalmente pelos Reajustes Tarifários Periódicos de 2022 (redução da tarifa de energia em 9,58%) e de 2023 (aumento de 17,37%), pela redução do consumo de energia (carga), tendo em vista que o mercado fio da Copel Distribuição está sendo afetado pela Mini e Microgeração Distribuída – MMGD, pela redução das Bandeiras Tarifárias, compensados pela redução das alíquotas de ICMS;
- redução de 3,3% na Receita de suprimento de energia elétrica devido, principalmente, ao menor volume de energia vendida em contratos bilaterais pela Copel Mercado Livre e a menor margem da Elejor com venda de energia no comparativo entre períodos;
- aumento de 23,1% na Receita de disponibilidade da rede elétrica, devido principalmente ao reajuste na tarifa de uso de distribuição de 16,55% em 2022 e 6,32% em 2023, parcialmente compensado pela redução dos índices de inflação que corrigem os ativos de contrato de transmissão;
- aumento de 9,7% na receita de construção decorrente, principalmente, dos investimentos no segmento de distribuição de energia;
- redução de 27,2% no resultado de ativos e passivos financeiros setoriais, devido a menor constituição de ativo de parcela A;
- aumento de 29,2% em outras receitas operacionais principalmente pelo acréscimo de receita de arrendamentos e aluguéis de equipamentos e infraestruturas.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 31)

O total de custos e despesas operacionais, de R\$ 13.647.472 até setembro de 2023, 9,3% superior aos R\$ 12.489.087 (sem considerar a provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins) registrados no mesmo período de 2022. Os principais destaques foram:

Comentário do Desempenho

- a) redução de 5,5% em Energia elétrica comprada para revenda decorrente principalmente da redução das compras de energia devido a melhora no cenário hidrológico e menor variação do dólar sobre as compras de Itaipu, compensado pelo aumento da compra de energia de micro e mini geradores;
- b) aumento de 14,0% em Encargos de uso da rede elétrica principalmente pelo reajuste dos contratos de uso da rede e pelo maior valor de Encargo de Energia de Reserva – EER, compensado pela diminuição de Encargos de Serviços do Sistema – ESS;
- c) aumento de 114,5% na remuneração de Pessoal e administradores em virtude, principalmente, da indenização do segundo terço adicional de férias aprovado em Acordo Coletivo de Trabalho e pelo provisionamento do Programa de Demissão Voluntária;
- d) aumento de 33,7% em serviços de terceiros, principalmente pela elevação dos custos com manutenção do sistema elétrico e instalações, reflexo parcial de novos ativos, aumento de gastos com atendimento ao consumidor/*call center*. consultoria para o processo de aquisição dos complexos eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo e gastos com obtenção de *waiver*;
- e) aumento de 12,3% de depreciação e amortização em virtude, principalmente, da entrada em operação do Complexo Eólico Jandaíra, da UTE Figueira, da aquisição dos Complexos Eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo e do aumento nos investimentos da Copel Distribuição;
- f) redução de 9,6% em Perdas de crédito, provisões e reversões decorrente da diminuição das perdas de crédito esperadas (pelo aumento de recuperação de faturas e dos cortes pela Copel Distribuição) e da reversão parcial do *impairment*, compensados pelo aumento de provisão para litígios em função, principalmente, do recurso administrativo que visa a retificação da metodologia e dos parâmetros utilizados no cálculo para processamento do MCSD de Energia Existente;
- g) aumento de 10,2% nos custos de construção decorrente, principalmente, dos investimentos no segmento de distribuição de energia;
- h) reconhecimento em setembro de 2023 de R\$ 26.405 referente o ativo intangível proveniente da extensão do prazo de concessão da UHE Mauá, em 763 dias adicionais, com contrapartida no resultado operacional, pelo deferimento do excludente de responsabilidade da fase de construção do empreendimento.

Comentário do Desempenho

Resultado da Equivalência Patrimonial

O Resultado da Equivalência Patrimonial até setembro de 2023 foi 25,9% inferior ao valor registrado no mesmo período de 2022, decorrente da equivalência patrimonial nas controladas em conjunto de transmissão de energia elétrica, em função da redução dos índices de inflação que corrigem os ativos de contrato de transmissão, bem como pelos efeitos das revisões tarifárias de Caiuá, Integração Maranhense, Matrinchã e Guaraciaba ocorridas em 2022 e não recorrente em 2023.

Resultado Financeiro (NE nº 32)

A variação de 25,8% no resultado financeiro de setembro de 2023 comparado com o mesmo período de 2022, sem o efeito da atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins ocorrida em 2022, se deve principalmente à maior despesa de variação monetária e encargos da dívida, compensado parcialmente pelo rendimento de aplicações financeiras.

Lucro Líquido

O lucro líquido do período foi de R\$ 1.384.359, superior em 163,3% ao apurado no mesmo período do ano anterior, de R\$ 525.811, devido principalmente ao impacto da provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins, registrado em 2022, e ao melhor resultado de 2023 decorrente da menor compra de energia, melhora da Parcela B da Copel Distribuição, performance dos parques eólicos e entrada em operação de novos ativos (complexos eólicos Jandaíra, Aventura e SRMN), compensado parcialmente pelos menores índices de inflação sobre os ativos de transmissão, ausência de despacho da UTE Araucária, aumento dos custos de pessoal em função do Programa de Demissão Voluntária, aumento da despesa financeira e maior depreciação pelos novos ativos.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

Comentário do Desempenho

Consolidado	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022	Variação
Cálculo do Lajida/Ebitda - operações em continuidade			
Lucro líquido do período	1.516.625	489.221	210,01%
IRPJ e CSLL diferidos	(204.345)	(461.930)	-55,76%
Provisão para IRPJ e CSLL	297.404	547.597	-45,69%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	899.289	1.726.138	-47,90%
Lajir/Ebit	2.508.973	2.301.026	9,04%
Depreciação e Amortização	1.027.232	914.882	12,28%
Lajida/Ebitda	3.536.205	3.215.908	9,96%
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	3.473.545	3.144.559	10,46%
Atribuído aos acionistas não controladores	62.660	71.349	-12,18%
Cálculo da Margem do Ebitda			
Ebitda	3.536.205	3.215.908	9,96%
Receita Operacional Líquida - ROL	15.911.770	15.270.561	4,20%
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	22,2%	21,1%	5,2%

O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Comentário do Desempenho

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	MARCEL MARTINS MALCZEWSKI
Secretário Executivo	MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membros	CARLOS BIEDERMANN FERNANDO TADEU PEREZ LUCIA MARIA MARTINS CASASANTA MARCELO SOUZA MONTEIRO JACILDO LARA MARTINS GERALDO CORRÊA DE LYRA JUNIOR FAUSTO AUGUSTO DE SOUZA

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente e especialista financeiro	CARLOS BIEDERMANN
Membro	MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membro externo	LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

CONSELHO FISCAL

Presidente	DEMETRIUS NICHELE MACEI
Membros Titulares	HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR JULIANA PICOLI AGATTE

Membros Suplentes	ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON OTAMIR CESAR MARTINS VERÔNICA PEIXOTO COELHO VAGO VAGO
-------------------	---

DIRETORIA

Diretor Presidente	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Diretora de Gestão Empresarial	ANA LETÍCIA FELLER
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor de Desenvolvimento de Negócios	CASSIO SANTANA DA SILVA
Diretor Jurídico e Regulatório	EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor de Governança, Risco e Compliance	VICENTE LOIÁCONO NETO
Diretor Adjunto de Comunicação	DAVID CAMPOS

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0	RONALDO BOSCO SOARES
-------------------	----------------------

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores:	Fone: +55 (41) 3222-2027 ri@copel.com
----------------------------	--

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de setembro de 2023

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é uma companhia de capital aberto cujas ações são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri, no segmento latino-americano (Latibex).

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios e em empresas privadas, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente nas áreas de energia.

Transformação em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”)

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”) por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Companhia e propriedade do Controlador.

Em 10.07.2023, a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovou a proposta de reforma do estatuto da Copel, com efeitos a partir da data de liquidação da oferta pública de ações. As principais alterações estão descritas a seguir:

- Permissão para o Conselho de Administração aprovar o aumento do capital social, entre outras possibilidades, com a finalidade de colocação mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública de novas ações ordinárias;
- Criação e emissão de ação preferencial de classe especial de titularidade do Estado do Paraná (*Golden Share*);
- Criação de limitação para que nenhum acionista ou grupo de acionistas venha a exercer votos correspondentes a mais de 10% do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto em cada deliberação;

Notas Explicativas

- Inclusão de dispositivo estatutário de proteção à dispersão acionária (*poison pill*), de forma que o acionista ou grupo de acionistas que, direta ou indiretamente, vier a se tornar titular de ações ordinárias que, em conjunto, ultrapassem 25% do capital votante da Copel deverá realizar uma oferta pública para a aquisição da totalidade das demais ações ordinárias, por valor, no mínimo, 100% superior à maior cotação das ações ordinárias nos últimos 504 pregões anteriores à aquisição, atualizada pela Selic, enquanto quem ultrapassar 50% deverá ofertar por valor, no mínimo, 200% superior sob os mesmos critérios; e
- Exclusão dos dispositivos previstos pela Lei das Estatais.

Em 26.07.2023 a Copel submeteu à Comissão de Valores Mobiliários o pedido de registro automático de oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 549.171.000 ações ordinárias de emissão da Companhia todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Em 11.08.2023 foi efetuada a liquidação da oferta das ações, com o preço de R\$ 8,25 por ação, perfazendo o montante total de R\$ 4.530.661 distribuídos da seguinte forma:

- (i) distribuição primária de 229.886.000 ações emitidas pela Companhia, totalizando o valor de R\$ 1.896.560.
- (ii) distribuição secundária de 319.285.000 ações alienadas pelo Estado do Paraná, totalizando o valor de R\$ 2.634.101.

Nos termos do artigo 51 da Resolução CVM 160, a oferta poderia ser acrescida de um lote suplementar equivalente a até 15% do total de ações inicialmente ofertado nas mesmas condições e preço. Em 11.09.2023 foi efetuada a liquidação do lote suplementar de 72.821.650 ações, sendo 16.370.841 ações primárias emitidas pela Copel e 56.450.809 ações secundárias alienadas pelo Estado do Paraná, em razão da execução parcial do lote suplementar.

Dessa forma, o total da oferta pública de distribuição, constituído de oferta base mais lote suplementar, com o preço de R\$ 8,25 por ação, totalizou o montante total de R\$ 5.131.439 distribuídos da seguinte forma:

- (i) distribuição primária de 246.256.841 ações emitidas pela Companhia, totalizando o valor de R\$ 2.031.619.
- (ii) distribuição secundária de 375.735.809 ações alienadas pelo Estado do Paraná, totalizando o valor de R\$ 3.099.820.

A oferta foi realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, destinada ao público investidor em geral, nos termos da Resolução CVM 160, com esforços de colocação das ações no exterior.

Diante do exposto e em atendimento às normas contábeis, a Companhia contabilizou os custos de transação na emissão de ações em conta redutora do patrimônio líquido no valor de R\$ 14.941, de modo que o aumento de capital social líquido foi registrado no montante de R\$ 2.016.678, conforme NE nº 29.1.

Notas Explicativas

A transformação da Copel em “Corporação” possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95 a renovação integral das Concessões das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - GBM (“Foz do Areia”), Governador Ney Aminthas de Barros Braga - GNB (“Segredo”) e Governador José Richa - GJR (“Salto Caxias”) por 30 anos contados a partir da assinatura do novo contrato de concessão. O pagamento dos respectivos bônus de outorga, estipulado em R\$ 3.719.428 conforme Portaria Interministerial dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda - MME/MF nº 01, de 30.03.2023, ocorrerá em até 20 dias após a assinatura dos contratos, com atualização pela taxa Selic *pro rata die* sobre valor do bônus de outorga a partir de 1º.01.2024 até seu efetivo pagamento. A conclusão deste processo de renovação das concessões está, neste momento, aguardando a convocação pelo Poder Concedente para assinatura dos novos contratos.

Além disso, a partir transformação em “Corporação” a Copel e suas controladas diretas e indiretas ficam desobrigadas do cumprimento das obrigações previstas na Lei 13.303/16 e demais obrigações aplicáveis às sociedades de economia mista.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4). Até 30.09.2023 não ocorreram alterações, aquisições e alienações em relação às participações societárias de 31.12.2022, exceto a combinação de negócios descrita na NE nº 1.2.

Conforme NE nº 39, está em andamento o processo de desinvestimento das controladas Compagas e UEGA.

Notas Explicativas

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Distribuição S.A. (Copel DIS)	Curitiba/PR	Distribuição de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Serviços S.A. (Copel SER)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Comercialização S.A. (Copel COM)	Curitiba/PR	Comercialização de energia	100,0	Copel
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,0	Copel
Eljor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,0	Copel
UEG Araucária S.A. (UEGA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	20,3	Copel
			60,9	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Brow nfield Investment Holding Ltda. (Brow nfield)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Ventos de Serra do Mel B S.A. (Serra do Mel)	Serra do Mel/RN	Controle e gestão de participações	68,84	Copel GeT
			31,16	Brow nfield
Aventura Holding S.A. (Aventura)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
SRMN Holding S.A. (SRMN)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Eol Potiguar B61 SPE S.A. (a)	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Eol Potiguar B141 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B142 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B143 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Ventos de Vila Paraiba IV SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Central Eólica Aventura II S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura III S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura IV S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura V S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica SRMN I S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN II S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN III S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN IV S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN V S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN

(a) Empreendimento eólico com 99,99992% da Copel Get e 0,00008% da Brow nfield.

Notas Explicativas

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.	São Paulo/SP	Participação em sociedades	49,0	Copel
Solar Paraná GD Participações S.A. (a)	Curitiba/PR	Participação em sociedades	49,0	Copel
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Jundia/SP	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

(a) Holding de 5 SPes que atuam no ramo de geração distribuída (usinas fotovoltaicas): Pharma Solar II, Pharma Solar III, Pharma Solar IV, em operação comercial, e Bandeirantes Solar I e Bandeirantes Solar II, para as quais está em estudo a manutenção ou extinção das SPes.

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Geração de energia elétrica	23,03	Copel
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	49,0	Copel

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

A Companhia possui participação em algumas operações em conjunto. Os dois empreendimentos relevantes, com valores registrados no imobilizado da Companhia, estão apresentados na NE nº 16.3.

1.2 Aquisição dos complexos eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo

Em 30.01.2023, a Copel GeT concluiu a aquisição de 100% das ações das empresas pertencentes aos Complexos Eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo apresentadas no quadro abaixo, com o pagamento de R\$ 1.004.484 para a vendedora, EDP Renováveis Brasil S.A. Nesta data de fechamento da operação ocorreu a transferência das ações para a Copel GeT bem como a aprovação das indicações e posse dos novos administradores das Companhias.

Complexo Eólico Santa Rosa & Mundo Novo	Complexo Eólico Aventura
SRMN Holding S.A.	Aventura Holding S.A.
Central Eólica SRMN I S.A.	Central Eólica Aventura II S.A.
Central Eólica SRMN II S.A.	Central Eólica Aventura III S.A.
Central Eólica SRMN III S.A.	Central Eólica Aventura IV S.A.
Central Eólica SRMN IV S.A.	Central Eólica Aventura V S.A.
Central Eólica SRMN V S.A.	

A aquisição está alinhada com a estratégia de crescimento sustentável em energia renovável, ampliando a diversificação da matriz de geração alinhada ao Planejamento Estratégico e à Política de Investimentos da Companhia. A transação contempla o mecanismo de *Locked box* em que todo o caixa gerado entre 1º.01.2022 até a data fechamento permanecerá no caixa das Companhia adquiridas.

Notas Explicativas

O fechamento da operação estava sujeito à satisfação de determinadas condições precedentes as quais foram cumpridas na sua integralidade até 30.01.2023, entre elas: obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, declarações e garantia, cumprimento de avenças e obrigações, anuência de terceiros, ausência de efeito material adverso.

Ainda, ressalta-se a necessidade de anuência de contrapartes, incondicional e irrestrita, para a alteração do controle das Companhias adquiridas, inclusive com relação aos limites de crédito para manutenção dos contratos de financiamentos pelas Companhias, conforme Resolução CMN nº 4.995 de 24.03.2022, condição que só foi cumprida em janeiro de 2023.

Os complexos estão situados no Rio Grande do Norte, maior centro de energia eólica do país, e possuem 260,4 MW de capacidade instalada com 157,8 MWm de garantia física. As companhias possuem financiamentos de longo prazo (vencimentos até 2043) contratados junto ao Banco do Nordeste - BNB, com taxas de IPCA + 2,19% a.a. (Complexo Aventura) e IPCA + 1,98% a.a. (Complexo Santa Rosa & Mundo Novo).

A vendedora está desenvolvendo projetos nas proximidades dos parques eólicos do Complexo Aventura que, durante a construção e/ou operação, podem, no futuro, potencialmente afetar o volume de eletricidade gerada pelos parques eólicos (efeito esteira). A vendedora estima que a operação comercial destes empreendimentos poderá ocorrer a partir de janeiro de 2027. Caso o efeito esteira se concretize de modo que os parques eólicos adquiridos gerem energia abaixo do que foi acordado entre as partes, a vendedora terá a obrigação de indenizar a Copel. Caso contrário, se a geração de energia for superior, a Copel deverá indenizar a vendedora. O valor desta indenização está limitado a R\$ 4.167 para ambas as situações, corrigidos monetariamente.

As tabelas a seguir demonstram o valor contábil e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos mensurados preliminarmente:

Complexo Eólico Aventura		Ajuste ao	Valor justo na
	Valor contábil	valor justo	data da aquisição
Ativos identificados	518.158	254.390	772.548
Caixa e equivalentes	42.671	-	42.671
Clientes	7.150	-	7.150
Tributos a recuperar	3.823	-	3.823
Cauções e depósitos vinculados	9.118	-	9.118
Outros créditos	2.917	-	2.917
Imobilizado	452.475	-	452.475
Intangível	4	254.390	254.394
Passivos assumidos	330.102	92.435	422.537
Fornecedores	6.950	-	6.950
Empréstimos e financiamentos	317.928	-	317.928
Obrigações fiscais	2.879	-	2.879
Outras contas a pagar	2.345	-	2.345
Passivos contingentes	-	9.003	9.003
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	83.432	83.432
Ativos líquidos adquiridos	188.056	161.955	350.011

Notas Explicativas

Complexo Eólico Santa Rosa & Mundo Novo		Ajuste ao	Valor justo na
	Valor contábil	valor justo	data da aquisição
Ativos identificados	840.938	360.568	1.201.506
Caixa e equivalentes	50.363	-	50.363
Clientes	23.961	-	23.961
Tributos a recuperar	5.747	-	5.747
Cauções e depósitos vinculados	17.077	-	17.077
Outros créditos	9.157	-	9.157
Imobilizado	734.633	-	734.633
Intangível	-	360.568	360.568
Passivos assumidos	625.811	125.665	751.476
Fornecedores	56.611	-	56.611
Empréstimos e financiamentos	557.810	-	557.810
Obrigações fiscais	7.579	-	7.579
Outras contas a pagar	3.811	-	3.811
Passivos contingentes	-	4.654	4.654
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	121.011	121.011
Ativos líquidos adquiridos	215.127	234.903	450.030

Os passivos contingentes se referem principalmente a riscos tributários para os quais a Administração acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais.

O direito de autorização e o passivo fiscal diferido gerados na combinação de negócios foram registrados no investimento da Copel GeT. No balanço consolidado estes valores irão compor os saldos do intangível e de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O quadro abaixo apresenta a contraprestação transferida pelos ativos adquiridos e o ágio técnico apurado em decorrência do reconhecimento do passivo fiscal diferido na combinação de negócios:

	Valor contábil	Ajuste ao	Valor justo na
		valor justo	data da aquisição
Total de ativos líquidos adquiridos	403.183	396.858	800.041
Ágio técnico			204.443
Total da contraprestação			1.004.484

O montante pago está suportado pelas projeções dos fluxos de caixa descontados das operações dos empreendimentos adquiridos. Considerando o caixa adquirido no valor de R\$ 93.034, o efeito líquido no caixa da Companhia foi de R\$ 911.450 conforme apresentado nas Demonstrações dos Fluxo de Caixa.

Caso essa combinação de negócio tivesse sido efetivada em 1º.01.2023, a receita operacional líquida consolidada aumentaria em R\$ 13.143, totalizando R\$ 15.924.913, e o lucro líquido consolidado diminuiria em R\$ 1.824, totalizando R\$ 1.382.535.

Notas Explicativas

2 Concessões e Autorizações

2.1 Contratos de Concessão/Autorização das participações da Copel

Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias		Participação %	Vencimento
Copel DIS	Contrato de concessão nº 046/1999, prorrogado pelo 5º Termo Aditivo	100	07.07.2045
Elejor	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão	70	11.06.2040
	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Santa Clara		10.05.2040
	PCHs Fundão I e Santa Clara I		(a)
Dona Francisca Energética	Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	21.09.2037
UEG Araucária	Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60,9% da Copel GeT)	20,3	23.12.2029
Compagás	Contrato de concessão de distribuição de gás	51	06.07.2054
Usina de Energia Eólica São João S.A. (b)	Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João	49	26.03.2047
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (b)	Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas	49	09.04.2047
Usina de Energia Eólica Reduto S.A. (b)	Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto	49	16.04.2047
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. (b)	Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo	49	18.04.2047

(a) Empreendimentos tiveram a conversão da autorização em registro, conforme Resoluções Autorizativas nºs 14.744/2023 e 14.745/2023.

(b) Subsidiária integral da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Usina Hidrelétrica - UHE

Pequena Central Hidrelétrica - PCH

Usina Termelétrica - UTE

Usina Eolielétrica - EOL

Notas Explicativas

2.2 Contratos de Concessão/Autorização da Copel GeT e das suas participações societárias

Concessões de geração	Participação %	Vencimento	
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP			
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá (NE nº 17.2)	51	28.06.2049	
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder	100	30.01.2046	
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	06.12.2050	
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu	30	03.12.2049	
Contrato de Concessão nº 007/2013			
UHE Apucarantina	100	27.01.2027	
UHE Chaminé	100	02.08.2028	
UHE Derivação do Rio Jordão	100	21.06.2032	
UHE Cavernoso	100	23.06.2033	
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO			
Contrato de Concessão nº 045/1999 (NE nº 34.2.6)			
UTE Figueira	100	26.03.2019	
UHE São Jorge	100	24.07.2026	
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	25.09.2032	
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	20.03.2033	
Contrato de Concessão nº 001/2020			
UHE Guaricana	100	21.07.2028	
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas	100	29.09.2029	
Despacho nº 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contrato de Concessão nº 003/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	100	03.01.2053	
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-	
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20,3% da Copel)	60,9	23.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurus IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurus IV	100	27.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim (a)	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	07.07.2034
PCH Bela Vista	Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	02.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica (NE nº 34.2.6)	Contrato de Concessão de Geração nº 002/2020	100	21.12.2024
Jandaíra I Energias Renováveis	Portaria nº 140/2020 - EOL Jandaíra I	100	02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis	Portaria nº 141/2020 - EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis	Portaria nº 142/2020 - EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis	Portaria nº 139/2020 - EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055
EOL Potiguar B 141 SPE S.A.	Portaria nº 02/2019 - EOL Vila Maranhão I	100	11.01.2054
EOL Potiguar B 142 SPE S.A.	Portaria nº 12/2019 - EOL Vila Maranhão II	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 143 SPE S.A.	Portaria nº 13/2019 - EOL Vila Maranhão III	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 61 SPE S.A.	Portaria nº 453/2019 - EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	100	06.12.2054
Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A	Portaria nº 10/2019 - EOL Vila Ceará I	100	14.01.2054
EOL Aventura II	Portaria nº 209/2018 - Aventura II	100	05.06.2053
EOL Aventura III	Portaria nº 220/2018 - Aventura III - REA nº 7.820/2019	100	11.06.2053
EOL Aventura IV	Portaria nº 215/2018 - Aventura IV	100	05.06.2053
EOL Aventura V	Portaria nº 213/2018 - Aventura V	100	05.06.2053
EOL SRMN I S.A.	Portaria nº 196/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo I	100	04.06.2053
EOL SRMN II S.A.	Portaria nº 194/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo II	100	04.06.2053
EOL SRMN III S.A.	Portaria nº 197/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo III	100	04.06.2053
EOL SRMN IV S.A.	Portaria nº 188/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo IV	100	01.06.2053
EOL SRMN V S.A.	Portaria nº 189/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo V - REA 7.783/2019	100	01.06.2053

(a) Em 10.10.2023 foi deferido, por meio da Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, o pleito de recomposição do prazo de outorga para exploração da usina em 986 dias, passando a vigência da sua outorga até 07/07/2034.

Notas Explicativas

Concessões de transmissão		Participação %	Vencimento	Próxima revisão tarifária
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE				
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) - prorrogado pelo 3º termo aditivo		100	01.01.2043	2023 (b)
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva		100	17.08.2031	(a)
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho		100	17.03.2038	2023 (c)
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste		100	19.11.2039	2025
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilha III 230/138 kV		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório		100	27.08.2042	2023 (c)
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV		100	25.02.2043	2023 (c)
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV		100	29.01.2044	2024
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau		100	07.04.2046	2026
LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza				
LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba				
SE Medianeira 230/138 kV				
SE Curitiba Centro 230/138 kV				
SE Andirá Leste 230/138 kV				
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias				
Costa Oeste Transmissora	Contrato nº 001/2012: LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama SE Umuarama 230/138 kV	100	12.01.2042	2027
Caiuá Transmissora	Contrato nº 007/2012: LT 230 kV Umuarama - Guaíra LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV	49	10.05.2042	2027
Marumbi Transmissora	Contrato nº 008/2012: LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste SE Curitiba Leste 525/230 kV	100	10.05.2042	2027
Integração Maranhense	Contrato nº 011/2012: LT 500 kV Açailândia - Miranda II	49	10.05.2042	2027
Matrinchã Transmissora	Contrato nº 012/2012: LT 500 kV Paranaíba - Cláudia LT 500 kV Cláudia - Paranatinga LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho SE Paranaíba 500 kV SE Cláudia 500 kV SE Paranatinga 500 kV	49	10.05.2042	2027
Guaraciaba Transmissora	Contrato nº 013/2012: LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II SE Marimbondo II 500 kV	49	10.05.2042	2027
Paranaíba Transmissora	Contrato nº 007/2013: LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2	24,5	02.05.2043	2023 (c)
Mata de Santa Genebra	Contrato nº 001/2014: LT 500 kV Itatiba - Bateias LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV SE Itatiba 500 kV SE Fernão Dias 500/440 kV	50,1	14.05.2044	2024
Cantareira Transmissora	Contrato nº 019/2014: LT 500 kV Estreito - Fernão Dias	49	05.09.2044	2025
Urapuru Transmissora	Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina	100	04.03.2035	(a)

(a) Não passam por revisão tarifária e a RAP reduz para 50% no 16º ano.

(b) Revisão postergada para 2024 (porém referente a 2023), nos termos do despacho nº 402/2023.

(c) A Resolução Homologatória nº 3.205/2023 reposicionou a RAP das transmissoras. No entanto, os efeitos foram desconsiderados na Resolução Homologatória 3.216/2023 para o ciclo da RAP 2023/2024. A Companhia entrou com recurso administrativo junto a Anel pleiteando a consideração do reposicionamento tarifário.

Notas Explicativas

3 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08.11.2023.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas divulgadas na NE nº 3.3 das demonstrações financeiras de 31.12.2022.

3.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Notas Explicativas

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3.5 Reapresentação de saldos comparativos

Em virtude da apresentação dos saldos de operação descontinuada decorrentes do processo de desinvestimento das controladas Compagas e UEGA, descrito na NE nº 39, os saldos das Demonstrações de Resultado, de Fluxos de Caixa e de Valor Adicionado estão sendo reapresentados, para fins de comparabilidade, conforme quadros a seguir:

Notas Explicativas

30.09.2022	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	-	-	-	16.301.037	(1.030.476)	15.270.561
Custos operacionais	-	-	-	(12.511.814)	924.885	(11.586.929)
Lucro operacional bruto	-	-	-	3.789.223	(105.591)	3.683.632
Despesas com vendas	-	-	-	(155.038)	8.201	(146.837)
Despesas gerais e administrativas	(83.743)	-	(83.743)	(597.372)	43.800	(553.572)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(5.659)	-	(5.659)	(1.016.189)	3.877	(1.012.312)
Resultado da equivalência patrimonial	681.243	13.865	695.108	330.115	-	330.115
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	591.841	13.865	605.706	2.350.739	(49.713)	2.301.026
Resultado Financeiro	(60.399)	-	(60.399)	(1.696.072)	(30.066)	(1.726.138)
Lucro operacional	531.442	13.865	545.307	654.667	(79.779)	574.888
Imposto de renda e contribuição social	(40.712)	-	(40.712)	(128.856)	43.189	(85.667)
Lucro líquido do período - operações continuadas	490.730	13.865	504.595	525.811	(36.590)	489.221
Resultado de operações descontinuadas	-	(13.865)	(13.865)	-	36.590	36.590
Lucro líquido do período	490.730	-	490.730	525.811	-	525.811
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	490.730	-	490.730
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	35.081	-	35.081
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	490.730	-	490.730	525.811	-	525.811
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	490.730	-	490.730
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	35.081	-	35.081
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA						
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.433.969	-	2.433.969	3.219.426	-	3.219.426
Lucro líquido do período	490.730	13.865	504.595	525.811	(36.590)	489.221
Ajustes ao lucro	(558.341)	(13.865)	(572.206)	2.117.395	(98.050)	2.019.345
Variações de ativos e passivos	2.605.919	-	2.605.919	1.752.853	(26.994)	1.725.859
Impostos e encargos pagos	(104.339)	-	(104.339)	(1.176.633)	33.593	(1.143.040)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	128.041	128.041
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(38.698)	-	(38.698)	(1.841.124)	-	(1.841.124)
Aquisições de ativo de contrato, imobilizado e intangível	(2.555)	-	(2.555)	(1.956.157)	156.687	(1.799.470)
Outras atividades	(36.143)	-	(36.143)	115.033	(22.981)	92.052
Operações descontinuadas	-	-	-	-	(133.706)	(133.706)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(2.898.554)	-	(2.898.554)	(521.817)	-	(521.817)
Ingressos/(amortizações) de empréstimos e debêntures	(1.274.899)	-	(1.274.899)	1.144.491	-	1.144.491
Amortizações de passivos de arrendamentos	(274)	-	(274)	(42.927)	2.180	(40.747)
Outras atividades	(1.623.381)	-	(1.623.381)	(1.623.381)	-	(1.623.381)
Operações descontinuadas	-	-	-	-	(2.180)	(2.180)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(503.283)	-	(503.283)	856.485	-	856.485
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Valor Adicionado a Distribuir	673.792	-	673.792	12.481.248	-	12.481.248
Receitas	7.186	-	7.186	24.610.072	(1.342.350)	23.267.722
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(62.538)	-	(62.538)	(12.545.422)	1.089.366	(11.456.056)
(-) Depreciação e amortização	(1.872)	-	(1.872)	(964.379)	49.497	(914.882)
(+) Valor adicionado transferido	731.016	13.865	744.881	1.380.977	(56.383)	1.324.594
Operações descontinuadas	-	(13.865)	(13.865)	-	259.870	259.870
Distribuição do Valor Adicionado	673.792	-	673.792	12.481.248	-	12.481.248
Pessoal	27.482	-	27.482	977.865	(36.590)	941.275
Governo	70.263	-	70.263	8.518.332	(153.117)	8.365.215
Terceiros	85.317	-	85.317	2.459.240	(33.573)	2.425.667
Acionistas	490.730	13.865	504.595	525.811	(36.590)	489.221
Operações descontinuadas	-	(13.865)	(13.865)	-	259.870	259.870

Notas Explicativas

1º.07.2022 a 30.09.2022	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	-	-	-	5.454.722	(346.280)	5.108.442
Custos operacionais	-	-	-	(4.374.017)	326.817	(4.047.200)
Lucro operacional bruto	-	-	-	1.080.705	(19.463)	1.061.242
Despesas com vendas	-	-	-	(41.505)	2.686	(38.819)
Despesas gerais e administrativas	(31.542)	-	(31.542)	(218.632)	16.074	(202.558)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	6.480	-	6.480	(37.128)	424	(36.704)
Resultado da equivalência patrimonial	424.182	18.898	443.080	8.909	-	8.909
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	399.120	18.898	418.018	792.349	(279)	792.070
Resultado Financeiro	(6.547)	-	(6.547)	(204.046)	(12.439)	(216.485)
Lucro operacional	392.573	18.898	411.471	588.303	(12.718)	575.585
Imposto de renda e contribuição social	(29.661)	-	(29.661)	(209.912)	14.908	(195.004)
Lucro líquido do período - operações continuadas	362.912	18.898	381.810	378.391	2.190	380.581
Resultado de operações descontinuadas	-	(18.898)	(18.898)	-	(2.190)	(2.190)
Lucro líquido do período	362.912	-	362.912	378.391	-	378.391
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	362.912	-	362.912
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	15.479	-	15.479
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	362.912	-	362.912	378.391	-	378.391
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	362.912	-	362.912
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	15.479	-	15.479

4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2022. Adicionalmente, tendo em vista o processo de desinvestimento detalhado na NE nº 39, descrevemos a seguir a política contábil relacionada a classificação de ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada.

Ativos e passivos são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável por meio da venda. A reclassificação do ativo só deve ser efetuada quando a venda for altamente provável, o que significa que deve estar disponível para venda imediata nas condições atuais e deve existir o comprometimento da alta administração com o desinvestimento, com previsão de finalização em até 12 meses a partir da data da reclassificação. A mensuração dos ativos mantidos para venda e passivos associados é realizada pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Se o ativo representar uma importante linha separada de negócios, a referida transação é considerada uma operação descontinuada, e seus resultados e fluxos de caixa são apresentados de forma segregada.

4.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis;
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4;
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis;

Notas Explicativas

- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	54	173	185.960	222.641
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.203.777	199.704	5.371.831	2.455.816
	2.203.831	199.877	5.557.791	2.678.457

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 92,0% e 104% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 3 a 57 meses a partir do final do período, porém, a maior parte do saldo está registrada no ativo não circulante pois se refere a recursos vinculados à garantia financeira de contratos de longo prazo.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	96	93	470.325	353.454
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 101% do CDI	-	-	84.243	77.602
		96	93	554.568	431.056
	Circulante	96	93	96	93
	Não circulante	-	-	554.472	430.963

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se, em sua maioria, de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

Notas Explicativas

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.09.2023	Saldo 31.12.2022
Fornecimento de energia e Encargos de uso do sistema - Copel DIS (a)	2.336.142	323.233	158.621	2.817.996	2.513.664
Fornecimento de energia - consumidores livres	209.812	3.418	6.016	219.246	208.631
Outros créditos de consumidores	110.468	57.279	32.843	200.590	111.436
Suprimento de energia - Concessionárias, permissionárias e comercializadoras	477.806	4.277	8.147	490.230	483.218
CCEE (7.1)	53.540	-	119.665	173.205	196.627
Encargos de uso do sistema de transmissão	75.328	3.702	7.961	86.991	71.466
Distribuição de gás (NE nº 39)	-	-	-	-	138.770
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	(16.394)	(15.951)	(221.597)	(253.942)	(271.943)
	3.246.702	375.958	111.656	3.734.316	3.451.869
Circulante				3.619.568	3.342.050
Não circulante				114.748	109.819

(a) Contempla o saldo do parcelamento de débitos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto de 1,23% a.m. (1,10% a.m. em 31.12.2022).

7.1 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

Do total apresentado, R\$ 119.665 se referem à parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder. Como resultado de caso fortuito e força maior, a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada. Foram registradas perdas de crédito esperadas no mesmo valor do saldo a receber, conforme demonstrado na NE nº 7.2.

Notas Explicativas

A Copel GeT moveu ação judicial em 2018 em face da Aneel com o intuito de impugnar as deliberações que rejeitaram o pedido de reconhecimento de excludentes de responsabilidade pelo deslocamento do cronograma de implantação da UHE Colíder constante do Contrato de Concessão nº 01/2011-MME-UHE Colíder, de que é titular, mantido também o cronograma de suprimento nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Foi concedida decisão liminar provisória favorável à Companhia junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1") para suspender os efeitos sancionatórios e contratuais das deliberações questionadas. Em maio de 2023 foi proferida sentença pelo Juízo Federal competente, em que se reconheceu os pedidos de forma parcial. A Copel GeT interpôs recurso de apelação ao TRF1 defendendo a extensão do reconhecimento das excludentes para todo período, e renovou o pedido de tutela recursal para manter a sustação dos efeitos das deliberações da Aneel, até o julgamento do recurso, o que foi novamente concedido em agosto de 2023 pelo Desembargador Relator. Aguarda-se o processamento e o julgamento do recurso.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios. Para os períodos em atraso o contrato foi cumprido e, em virtude do não julgamento do mérito da ação, a Companhia reconheceu a receita se limitando às cláusulas econômicas do contrato e às regras regulatórias, bem como ao custo da energia para cobertura do lastro contratual.

7.2 Perdas de créditos esperadas

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Adições / (reversões)	Perdas (a)	Reclassifi- cação (b)	Saldo em 30.09.2023
Fornecimento de energia e Encargos de uso do sistema - Copel DIS	119.538	41.016	(54.307)	-	106.247
Fornecimento de energia - consumidores livres e outros créditos	12.532	2.557	-	-	15.089
Suprimento de energia - Concessionárias, permissionárias e comercializadoras	9.827	3.477	(363)	-	12.941
CCEE (7.1)	119.665	-	-	-	119.665
Distribuição de gás	10.381	772	(255)	(10.898)	-
	271.943	47.822	(54.925)	(10.898)	253.942

(a) Perdas líquidas de saldo de faturas recuperadas.

(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

8 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais compreendem as diferenças apuradas entre os saldos considerados na cobertura tarifária para cobrir os custos de energia, encargos e outros componentes financeiros, e os custos reais incorridos, resultando em um saldo a receber pela distribuidora ou a ressarcir para os consumidores. O saldo atual é constituído por valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário e por valores que serão homologados nos próximos eventos tarifários.

Notas Explicativas

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Balanco Patrimonial	Saldo em 30.09.2023
		Constituição	Amortização	Atualização		Constituição	
Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	819.649	(48.730)	(627.941)	55.037	-	-	198.015
Energia elétrica comprada p/ revenda - CVA Energ	(582.059)	(308.634)	422.331	(72.076)	112	-	(540.326)
Transporte de energia pela rede básica	253.766	405.556	(124.518)	37.179	-	-	571.983
Transporte de energia comprada de Itaipu	10.706	34.499	(3.327)	2.100	-	-	43.978
ESS	227.329	226.147	(301.099)	20.870	(42.146)	-	131.101
CDE	200.493	(54.490)	(150.272)	5.231	-	-	962
Proinfa	42.078	(32.749)	(30.605)	(1.052)	-	-	(22.328)
Outros componentes financeiros							
Devolução Pis e Cofins	(765.573)	-	1.159.683	-	-	(1.462.673)	(1.068.563)
Neutralidade	98.598	37.707	(62.363)	2.496	-	-	76.438
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(186)	-	186	-	-	-	-
Risco hidrológico	(524.806)	(309.826)	410.110	(16.252)	-	-	(440.774)
Devoluções tarifárias	(175.460)	(54.145)	70.822	(8.058)	-	-	(166.841)
Sobrecontratação	436.324	276.260	(47.154)	37.903	(297)	-	703.036
Bônus Itaipu	4.943	(68)	(37.027)	(1.076)	-	29.492	(3.736)
Conta escassez hídrica	(71.188)	-	71.188	-	-	-	-
CDE Eletrobras	(184.100)	155.368	12.752	(7.715)	-	(39.196)	(62.891)
Outros	107.629	(8.916)	(111.369)	(2.606)	-	-	(15.262)
	(101.857)	317.979	651.397	51.981	(42.331)	(1.472.377)	(595.208)
Ativo circulante	190.699						38.924
Ativo não circulante	190.699						116.773
Passivo circulante	(433.914)						(723.786)
Passivo não circulante	(49.341)						(27.119)

9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Consolidado	30.09.2023	31.12.2022
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (9.1)	1.786.668	1.442.819
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (9.2)	788.738	766.832
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (9.3)	71.227	68.642
	2.646.633	2.278.293
Circulante	9.232	8.603
Não circulante	2.637.401	2.269.690

9.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 1º.01.2023	1.442.819
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.1)	303.424
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(1.287)
Reconhecimento do valor justo	41.898
Baixas	(186)
Em 30.09.2023	1.786.668

Saldo correspondente à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público cuja vida útil do bem supera o prazo da concessão e que, conforme previsão contratual, será indenizado pelo Poder Concedente ao final da concessão.

Notas Explicativas

9.2 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2023	766.832
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(66.004)
Juros efetivos (NE nº 30.1)	87.910
Em 30.09.2023	788.738

A Copel GeT firmou em 05.01.2016, por 30 anos, contrato de concessão da UHE GPS, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento ao Poder Concedente da Bonificação pela Outorga no montante de R\$ 574.827, conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como ativo financeiro em função do direito incondicional da Copel GeT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

9.3 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2023	68.642
Ajuste ao valor justo	2.585
Em 30.09.2023	71.227

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até 2015, data de vencimento das concessões, e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão e subsequentemente mensurados pela melhor estimativa de valor justo. Em 2015 a Copel GeT manifestou à Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável, com a comprovação da realização dos respectivos investimentos, e em 2022 protocolou o relatório de avaliação do valor indenizável atualizado (NE nº 34.2.1 - e).

10 Ativos de contrato

Consolidado	30.09.2023	31.12.2022
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (10.1)	2.305.994	2.332.171
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (10.2)	-	30.032
Contratos de concessão de transmissão (10.3)	5.413.130	5.310.476
	7.719.124	7.672.679
Circulante	296.100	220.660
Não circulante	7.423.024	7.452.019

Notas Explicativas

10.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2023	2.405.124	(72.953)	2.332.171
Adições	1.714.524	-	1.714.524
Participação financeira do consumidor	-	(290.026)	(290.026)
Transferências para o intangível (NE nº 17.1)	(1.335.472)	208.958	(1.126.514)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.1)	(345.199)	41.775	(303.424)
Outras transferências	(12.391)	-	(12.391)
Baixas	(8.346)	-	(8.346)
Em 30.09.2023	2.418.240	(112.246)	2.305.994

Saldo composto pelas obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais. À medida que essas obras são concluídas, os valores são transferidos para Contas a Receber Vinculados à Concessão e Intangível, conforme a forma da remuneração. Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Nos primeiros 9 meses de 2023 estes custos totalizaram R\$ 14.187, à taxa média de 0,24% a.a. (R\$ 13.288, à taxa média de 0,26% a.a., no mesmo período de 2022).

10.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2023	30.032
Aquisições	14.095
Transferências para o intangível (NE nº 17.3)	(7.801)
Reclassificação (a)	(36.326)
Em 30.09.2023	-

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

10.3 Contratos de concessão de transmissão

	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total
Em 1º.01.2023	3.894.276	1.416.200	5.310.476
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	542	-	542
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(317.916)	(207.029)	(524.945)
Transferências para o imobilizado	(2.618)	-	(2.618)
Transferência de litígios	(482)	-	(482)
Remuneração	394.944	155.045	549.989
Receita de construção	68.535	-	68.535
Margem de construção	1.136	-	1.136
Ganho por eficiência (10.3.1)	10.497	-	10.497
Em 30.09.2023	4.048.914	1.364.216	5.413.130

Notas Explicativas

Em junho de 2022 foi emitida a Nota Técnica nº 85/2022-SGT/Aneel que tratou da análise dos pedidos de reconsideração sobre pagamento do componente financeiro e reperfilamento do Ativo RBSE, com decisão monocrática (Despacho nº 1.762/2022) deliberada por um diretor da Aneel sobre o referido tema. Esta decisão foi suspensa pelo colegiado, conforme Despacho nº 1.844/2022, e os termos da referida Nota Técnica estão em discussão pelas assessorias da Diretoria da Aneel, em conjunto com a Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica, acerca das premissas, metodologias e cálculos considerados para formação deste componente tarifário. Mais recentemente, em 27.04.2023, foi emitida a Nota Técnica nº 85/2023-SGT/ANEEL, por meio da qual apresentou-se análise técnica das manifestações acerca dos cálculos apresentados na Nota Técnica nº 085/2022-SGT/Aneel. Tendo em vista que este assunto ainda não foi deliberado pela Diretoria colegiada da Aneel, os valores homologados por meio da Resolução Homologatória Aneel nº 2.847 de 22.04.2021 seguem vigentes e contabilmente apropriados.

10.3.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados à moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados. Em junho de 2023 a Aneel homologou a revisão tarifária dos contratos de Concessão da Copel GeT nºs 006/2008 - Bateias/Pilarzinho, 022/2012 - Londrina/Figueira e 002/2013 - Assis/Paraguaçu Paulista II, com reposicionamento positivo em termos nominais de 11,15%, 4,15% e 7,84%, respectivamente, gerando um ganho de R\$ 4.014.

10.3.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	30.09.2023			31.12.2022		
	Ativo concessões	Ativo RBSE		Ativo concessões	Ativo RBSE	
		Financeiro	Econômico		Financeiro	Econômico
Margem de construção	1,65%	N/A	N/A	1,65%	N/A	N/A
Margem de operação e manutenção	1,65%	N/A	N/A	1,65%	N/A	N/A
Taxa de remuneração (a)	9,59% a.a.	8,11% a.a.	11,10% a.a.	9,58% a.a.	8,11% a.a.	11,10% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA (b)	IPCA	IPCA	IPCA (b)	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	566.581	201.158	157.525	523.713	91.276	151.560

(a) Taxa média dos contratos

(b) O contrato 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva, da Copel GET, e o 002/2005 - LT 525 kV Ivaiporã - Londrina, da Uirapuru, são corrigidos pelo IGPM.

Notas Explicativas

11 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 34.2.10)	-	-	1.314.842	1.081.758
Serviços em curso (a)	-	-	331.172	369.916
Repasse CDE (11.1)	-	-	133.981	83.649
Ressarcimento de valores de consumo de carvão pela CDE	-	-	55.251	58.367
Alienações e desativações em curso	7	7	55.330	39.768
Adiantamento a empregados	741	536	28.808	20.768
Adiantamentos contratuais a fornecedores	-	-	21.766	12.709
Bônus por redução voluntária de consumo	-	-	2.917	2.917
Remuneração de empregados cedidos a recuperar	305	305	979	1.261
Outros créditos	1.267	147	109.750	157.719
	2.320	995	2.054.796	1.828.832
Circulante	2.301	977	971.681	897.380
Não circulante	19	18	1.083.115	931.452

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

11.1 Repasse CDE

Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. Os valores são estipulados no Reajuste/Revisão Tarifária Anual e correspondem ao período de junho do ano atual a maio do próximo ano. Mensalmente, a Companhia constitui estimativa de diferenças a serem compensadas no próximo reajuste tarifário.

12 Tributos

12.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora			
	Saldo em 1º.01.2023	Reconhecido no resultado	Saldo em 30.09.2023
Ativo não circulante			
Provisões para litígios	273.514	1.572	275.086
Perdas de créditos esperadas	49.443	-	49.443
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	16.271	108.300	124.571
Benefícios pós-emprego	9.125	(133)	8.992
Amortização do direito de concessão	5.232	286	5.518
Passivo de arrendamentos	1.635	729	2.364
Programa de desligamentos voluntários	546	5.659	6.205
Outros	8.393	1.355	9.748
	364.159	117.768	481.927
(-) Passivo não circulante			
Atualização de depósitos judiciais	23.867	2.031	25.898
Direito de uso de ativos	1.556	688	2.244
Instrumentos financeiros	4.859	1.577	6.436
	30.282	4.296	34.578
Líquido	333.877	113.472	447.349

Notas Explicativas

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Reconhecido no resultado	Efeito de combinação de negócios (NE nº 1.2)	Reclassifi- cação (a)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 30.09.2023
Ativo não circulante						
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	629.427	20.073	-	-	-	649.500
Provisões para litígios	635.048	(4.365)	4.643	(5.497)	-	629.829
Benefícios pós-emprego	363.297	11.110	-	(3.160)	-	371.247
<i>Impairment</i>	295.789	(28.492)	-	(9.126)	-	258.171
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	195.062	54.874	-	(36.271)	-	213.665
Provisão para P&D e PEE	127.083	(19.687)	-	-	-	107.396
Tributos com exigibilidade suspensa	82.181	5.914	-	-	-	88.095
Perdas de créditos esperadas	139.737	(2.743)	-	(632)	-	136.362
Passivo de arrendamentos	74.783	324	-	-	-	75.107
Amortização do direito de concessão	57.649	3.915	-	-	-	61.564
Provisões por desempenho e participação nos lucros	14.914	26.102	-	-	-	41.016
Contratos de concessão	18.702	(802)	-	-	-	17.900
Programa de desligamentos voluntários	479	207.330	-	-	-	207.809
Outros	123.861	466	-	-	-	124.327
	2.758.012	274.019	4.643	(54.686)	-	2.981.988
(-) Passivo não circulante						
Contratos de concessão	1.848.548	29.885	209.086	(38.064)	-	2.049.455
Custo atribuído ao imobilizado	307.687	(12.699)	-	-	-	294.988
Depreciação acelerada	128.156	19.374	-	-	-	147.530
Instrumentos financeiros derivativos	116.638	(2.158)	-	-	-	114.480
Atualização de depósitos judiciais	72.827	9.800	-	-	-	82.627
Direito de uso de ativos	71.877	(777)	-	-	-	71.100
Custo de transação - empréstimos e debêntures	30.316	14.836	-	-	-	45.152
Outros	55.346	11.413	-	(16.552)	(2.043)	48.164
	2.631.395	69.674	209.086	(54.616)	(2.043)	2.853.496
Líquido	126.617	204.345	(204.443)	(70)	2.043	128.492
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	1.644.299					1.797.026
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(1.517.682)					(1.668.534)

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

12.1.1 Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2023	84.519	(293)	219.369	(61.808)
2024	262.950	(1.153)	782.133	(300.101)
2025	8.173	(1.136)	626.378	(246.599)
2026	8.177	(1.139)	137.876	(219.347)
2027	8.180	(1.142)	91.416	(187.163)
2028 a 2030	23.814	(3.448)	215.398	(491.708)
após 2030	86.114	(26.267)	909.418	(1.346.770)
	481.927	(34.578)	2.981.988	(2.853.496)

12.1.2 Créditos fiscais não reconhecidos

Além dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo, em 30.09.2023 a Companhia não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 81.336 (R\$ 197.540 em 31.12.2022) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos, principalmente na Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (subsidiária da Copel GeT). Em decorrência do processo de desinvestimento, o valor dos créditos não reconhecidos da UEGA está apresentado na NE nº 39.

Notas Explicativas

12.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	161.732	128.288
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	-	-	817.865	1.110.659
Outros tributos a compensar	-	-	839	747
	-	-	980.436	1.239.694
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	187.682	171.374
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	40.786	39.810	2.150.735	2.421.176
Outros tributos a compensar	-	-	34.799	34.743
	40.786	39.810	2.373.216	2.627.293
Passivo circulante				
ICMS a recolher (12.2.2)	-	-	185.329	149.506
Parcelamento ICMS (12.2.3)	-	-	11.152	10.437
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	28.297	8.815	70.423
IRRF sobre JSCP	-	-	-	11.372
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	-	-	61.182	57.046
Outros tributos	475	393	9.887	4.822
	475	28.690	276.365	303.606
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	3.935	3.676	259.692	242.248
Parcelamento ICMS (12.2.3)	-	-	32.139	37.883
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	-	-	326.303	347.029
Outros tributos	-	-	-	6.331
	3.935	3.676	618.134	633.491

* Saldos de ativos e passivos apresentados de forma líquida, considerando o direito e a intenção da Companhia de realizar o ativo e o passivo em bases líquidas.

(a) No saldo estão contidos valores referente a crédito de Pis e Cofins sobre ICMS (NE nº 12.2.1)

12.2.1 Crédito de Pis e Cofins sobre ICMS - Copel Distribuição

Em 12.08.2009, a Copel DIS impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Copel DIS de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado.

A partir desta decisão favorável, a Copel DIS reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher desde junho de 2021, a partir da habilitação do crédito originário da Cofins junto à Receita Federal. O crédito do PIS foi habilitado pela Receita Federal em 25.08.2022 e encontra-se apto para utilização através de compensação.

Notas Explicativas

Em 13.05.2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no Recurso Extraordinário 574.706/PR, dando parcial provimento nos seguintes termos: (i) no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado; e (ii) modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Sendo assim a decisão final sobre essa matéria não impactou o trânsito em julgado da ação a favor da Copel DIS, mantendo o tratamento e valores registrados.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo:

Em 1º.01.2023	3.484.616
Atualização monetária	203.408
Compensação com tributos a recolher	(816.400)
Em 30.09.2023	2.871.624
	Circulante 803.826
	Não circulante 2.067.798

O saldo do ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais.

a) Passivo a restituir para consumidores

A Companhia registrou passivo a restituir para os consumidores referente à recuperação de crédito tributário dos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu a Consulta Pública nº 05/2021 voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores propondo que os montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário (créditos junto à Receita Federal do Brasil, somados a eventuais depósitos judiciais já recebidos pela concessionária/permissionária) sejam abatidos na fatura de energia elétrica, por meio de rateio pelo conjunto de consumidores.

Adicionalmente, o Despacho Aneel nº 361/2021 estabeleceu que diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins antecipadamente à conclusão da consulta pública, limitada a 20% do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do passivo:

Em 1º.01.2023	1.995.158
Atualização monetária	151.139
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais (NE nº 8)	(1.462.673)
Em 30.09.2023	683.624
	Circulante 279.295
	Não circulante 404.329

O saldo do passivo será restituído ao consumidor à medida que os créditos tributários no ativo sejam compensados.

Notas Explicativas

b) Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins

Em 27.06.2022, foi promulgada a Lei Federal nº 14.385 que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da Cofins sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida.

Conforme detalhado anteriormente nesta nota, a Copel DIS teve reconhecido o direito de excluir o valor integral do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e já efetuou o repasse aos consumidores de parte destes valores, por meio de reduções nos reajustes tarifários homologados pela Aneel.

Neste contexto, apesar da ausência de regulamentação desta Lei, baseada na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração, a Copel DIS decidiu reconhecer provisão adicional, sem efeito caixa imediato, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação. Deste modo, em 30.06.2022 foram efetuados os registros de R\$ 810.563 de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins e de R\$ 1.011.370 de atualização monetária, totalizando R\$ 1.821.933.

A Administração da Copel DIS entende que a restituição aos consumidores está limitada aos valores de crédito tributário dos últimos 10 anos a contar da data do trânsito em julgado da ação e, portanto, está avaliando as medidas cabíveis, inclusive judiciais, considerando a proteção conferida à coisa julgada, bem como os prazos de prescrição e decadência aplicáveis.

Em 12.12.2022, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee ingressou no Supremo Tribunal Federal - STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI questionando a Lei nº 14.385/2022, com julgamento incluído na sessão virtual agendada de 10.11.2023 a 17.11.2023. A Companhia aguarda o desdobramento da referida ADI.

O quadro a seguir demonstra a movimentação da provisão:

Em 1º.01.2023	1.851.257
Atualização monetária	59.038
Em 30.09.2023	1.910.295

Eventual destinação desta provisão ocorrerá somente após os créditos tributários do ativo serem compensados.

Notas Explicativas

12.2.2 ICMS sobre operações de energia elétrica

Em 23.06.2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022 que vedou a fixação de alíquotas de ICMS sobre operações de energia elétrica em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços relacionados. Ainda, estabeleceu que o ICMS não incide sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em atendimento a lei, e após pronunciamentos dos fiscos estaduais, em setembro de 2022 a Companhia implantou as mudanças necessárias para o devido atendimento à legislação. No entanto, em 09.02.2023, o STF concedeu aos Estados em decisão liminar, nos autos da ADI 7195, a suspensão do artigo que excluiu tais itens da parcela tributada da fatura de energia elétrica. Considerando tal decisão, a Companhia reestabeleceu a tributação do ICMS sobre os referidos serviços e encargos setoriais. Em 03.03.2023, a medida liminar foi referendada pelo Plenário do STF.

12.2.3 Programa de parcelamento incentivado de créditos tributários de ICMS do Paraná

Em 27.09.2022 a Companhia aderiu ao parcelamento de créditos tributários de ICMS, instituído pelo Estado do Paraná através da Lei Estadual nº 20.946/2021, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 10.766/2022, no qual inscreveu débitos que totalizavam R\$ 92.249 em seu relatório de situação fiscal, atualizados até setembro de 2022 com os encargos de multa, juros e atualização monetária. Com a adesão, a Companhia obteve o benefício de R\$ 41.696 referente a redução nos encargos, restando um saldo consolidado da dívida na data da adesão, de R\$ 50.553 parcelado em 60 meses até setembro de 2027, conforme regulamento do referido programa. A Companhia vem pagando regularmente as parcelas mensais, atualizadas pela taxa Selic.

12.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
		Reapresentado	1º.07.2023	Reapresentado
	30.09.2023	30.09.2022	1º.07.2023 a 30.09.2023	1º.07.2022 a 30.09.2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.407.344	545.307	333.559	411.471
(-) Equivalência patrimonial	(766.912)	(433.853)	320.934	(315.413)
	640.432	111.454	654.493	96.058
IRPJ e CSLL (34%)	(217.747)	(37.894)	(222.528)	(32.659)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre capital próprio	325.720	-	325.720	-
Dividendos	453	205	74	57
Despesas indedutíveis	(34)	(3.111)	(11)	2.890
Incentivos fiscais	-	71	-	47
Outros	5.080	17	5.080	4
IRPJ e CSLL correntes	-	(33.990)	-	(30.012)
IRPJ e CSLL diferidos	113.472	(6.722)	108.335	351
Alíquota efetiva - %	-17,7%	36,5%	-16,6%	30,9%

Notas Explicativas

	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022	1º.07.2023 a 30.09.2023	Consolidado
				Reapresentado 1º.07.2022 a 30.09.2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.609.684	574.888	128.739	575.585
(-) Equivalência patrimonial	(244.675)	(330.115)	(67.842)	(8.909)
	1.365.009	244.773	60.897	566.676
IRPJ e CSLL (34%)	(464.103)	(83.223)	(20.705)	(192.670)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre capital próprio	325.720	-	325.720	-
Dividendos	453	205	74	57
Despesas indedutíveis	(38.679)	(14.957)	(30.535)	(9.246)
Incentivos fiscais	1.943	10.019	497	4.747
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	(19.120)	(23.372)	(5.069)	(4.248)
Diferença entre bases de cálculo do lucro real e presumido	23.768	31.426	10.585	5.963
Não incidência de IRPJ/CSLL sobre atualização (Selic) de indébitos tributários	69.158	-	22.588	-
Outros	7.801	(5.765)	5.006	393
IRPJ e CSLL correntes	(297.404)	(547.597)	27.870	(183.802)
IRPJ e CSLL diferidos	204.345	461.930	280.291	(11.202)
Alíquota efetiva - %	6,8%	35,0%	-506,0%	34,4%

13 Despesas Antecipadas

Consolidado	30.09.2023	31.12.2022
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	31.132	30.538
Prêmios de seguros	24.869	20.919
Outros	8.808	8.629
	64.809	60.086
	Circulante	64.809
	Não circulante	-
		60.076
		10

14 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Fiscais (14.1)	141.211	135.105	476.017	444.134
Trabalhistas	712	410	93.045	125.862
Cíveis				
Cíveis	-	-	42.784	39.597
Servidões de passagem	-	-	18.021	14.726
Consumidores	-	-	5.170	4.862
	-	-	65.975	59.185
Outros	495	3.232	541	3.277
	142.418	138.747	635.578	632.458

Notas Explicativas

14.1 Depósitos judiciais fiscais

Do saldo apresentado no consolidado, o montante de R\$ 260.005 em 30.09.2023 (R\$ 241.681 em 31.12.2022) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 12.2).

15 Investimentos

15.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Equivalência patrimonial (a)	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Reclassifi- cação (b)	Saldo em 30.09.2023
Controladas								
Copel GeT	12.790.070	989.928	-	-	-	(1.470.153)	(28.480)	12.281.365
Copel DIS	6.610.274	305.830	-	13.000	-	(122.600)	-	6.806.504
Copel SER	8.635	(1.460)	-	35.250	-	-	-	42.425
Copel COM	418.780	80.876	-	-	-	(138.640)	-	361.016
UEG Araucária (15.2)	55.414	(45.921)	-	-	-	-	(9.493)	-
Compagás (15.2)	284.135	42.660	-	-	-	(64.700)	(262.095)	-
Elejor (15.2)	-	2.774	(2.774)	-	-	-	-	-
Elejor - direito de concessão	9.990	-	-	-	(566)	-	-	9.424
	20.177.298	1.374.687	(2.774)	48.250	(566)	(1.796.093)	(300.068)	19.500.734
Empreendimentos controlados em conjunto								
Voltalia São Miguel do Gostoso I (15.3)	115.976	(604)	-	-	-	-	-	115.372
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	8.937	-	-	-	(275)	-	-	8.662
Solar Paraná	7.156	319	-	-	-	(309)	-	7.166
	132.069	(285)	-	-	(275)	(309)	-	131.200
Coligadas								
Dona Francisca Energética (15.4)	28.043	4.191	-	-	-	(461)	-	31.773
Outras	1.934	(1)	-	-	-	-	-	1.933
	29.977	4.190	-	-	-	(461)	-	33.706
	20.339.344	1.378.592	(2.774)	48.250	(841)	(1.796.863)	(300.068)	19.665.640

(a) Equivalência patrimonial ajustada, decorrente do passivo a descoberto de Controladas.

(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Outros (a)	Saldo em 30.09.2023
Empreendimentos controlados em conjunto (15.3)							
Voltalia São Miguel do Gostoso I	115.976	(604)	-	-	-	-	115.372
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	8.937	-	-	(275)	-	-	8.662
Caiuá	125.297	9.409	-	-	-	-	134.706
Integração Maranhense	192.502	19.345	10.780	-	-	-	222.627
Matrinchã	931.528	64.765	-	-	-	-	996.293
Guaraciaba	467.099	25.938	-	-	-	-	493.037
Paranaíba	263.979	29.652	-	-	134	-	293.765
Mata de Santa Genebra	692.260	45.401	-	-	-	-	737.661
Cantareira	473.369	33.764	-	-	-	-	507.133
Solar Paraná	7.156	319	-	-	(309)	-	7.166
	3.278.103	227.989	10.780	(275)	(175)	-	3.516.422
Coligadas							
Dona Francisca Energética (15.4)	28.043	4.191	-	-	(461)	-	31.773
Foz do Chopim Energética (15.4)	17.116	12.496	-	-	(13.719)	-	15.893
Outras	1.934	(1)	-	-	-	-	1.933
	47.093	16.686	-	-	(14.180)	-	49.599
Propriedades para investimento	535	-	-	(2)	-	(88)	445
	3.325.731	244.675	10.780	(277)	(14.355)	(88)	3.566.466

(a) Transferências para ativo de contrato, intangível e outros créditos (bens destinados a alienação).

Notas Explicativas

15.2 Controladas com participação de não controladores

15.2.1 Informações financeiras resumidas

Saldos em 30.09.2023	Compagás	Elejor	UEG Araucária
ATIVO	1.161.723	818.723	106.203
Ativo circulante	378.799	215.810	47.088
Ativo não circulante	782.924	602.913	59.115
PASSIVO	1.161.723	818.723	106.203
Passivo circulante	324.266	114.735	49.279
Passivo não circulante	323.546	722.413	10.159
Patrimônio líquido	513.911	(18.425)	46.765
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	765.757	106.292	-
Custos e despesas operacionais	(629.702)	(69.017)	(216.900)
Resultado financeiro	(9.171)	(10.221)	4.298
Imposto de renda e contribuição social	(43.239)	(6.673)	(13.614)
Lucro líquido (prejuízo) do período	83.645	20.381	(226.216)
Outros resultados abrangentes	-	(3.965)	-
Resultado abrangente do período	83.645	16.416	(226.216)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	153.787	(7.047)	(46.338)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(14.093)	(4.254)	(9.870)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	29.585	-	-
TOTAL DOS EFETOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	169.279	(11.301)	(56.208)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	61.059	185.916	64.991
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	230.338	174.615	8.783
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	169.279	(11.301)	(56.208)

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da UEG Araucária, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração está monitorando e adotando ações de alongamento da dívida. O prejuízo da UEG Araucária é decorrente da ausência de receita, tendo em vista que a usina não foi despachada no período, em consequência do cenário hidrológico positivo.

15.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás 49%	Elejor 30%	UEG Araucária 18,8%	Consolidado
Em 1º.01.2023	272.995	(10.451)	51.317	313.861
Lucro líquido (prejuízo) do período	40.987	6.114	(42.529)	4.572
Outros resultados abrangentes	-	(1.191)	-	(1.191)
Dividendos	(62.163)	-	-	(62.163)
Em 30.09.2023	251.819	(5.528)	8.788	255.079

Notas Explicativas

15.3 Informações resumidas dos principais empreendimentos controlados em conjunto

	Voltalia	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
Saldos em 30.09.2023								
ATIVO	237.862	336.778	622.577	2.991.752	1.614.703	2.020.602	3.762.233	1.882.650
Ativo circulante	11.728	44.363	106.858	448.517	223.652	238.295	717.671	264.355
Caixa e equivalentes de caixa	11.461	13.460	34.774	122.925	49.817	39.704	137.683	89.280
Outros ativos circulantes	267	30.903	72.084	325.592	173.835	198.591	579.988	175.075
Ativo não circulante	226.134	292.415	515.719	2.543.235	1.391.051	1.782.307	3.044.562	1.618.295
PASSIVO	237.862	336.778	622.577	2.991.752	1.614.703	2.020.602	3.762.233	1.882.650
Passivo circulante	2.409	12.803	17.705	148.649	145.276	103.892	120.046	77.416
Passivos financeiros	-	5.992	8.903	130.611	47.944	68.308	101.631	58.876
Outros passivos circulantes	2.409	6.811	8.802	18.038	97.332	35.584	18.415	18.540
Passivo não circulante	-	49.065	150.532	809.852	463.230	717.669	2.169.808	770.268
Passivos financeiros	-	24.751	34.848	535.969	374.371	427.010	1.705.787	399.608
Outros passivos não circulantes	-	24.314	115.684	273.883	88.859	290.659	464.021	370.660
Patrimônio líquido	235.453	274.910	454.340	2.033.251	1.006.197	1.199.041	1.472.379	1.034.966
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	-	27.593	48.814	240.391	126.167	226.433	303.610	134.335
Custos e despesas operacionais	(60)	(4.869)	3.214	(21.484)	(14.374)	(15.008)	(46.621)	(5.400)
Resultado financeiro	914	(369)	(352)	(38.372)	(27.095)	(35.668)	(119.619)	(24.557)
Equivalência patrimonial	(1.885)	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(202)	(3.152)	(12.196)	(48.364)	(31.763)	(54.729)	(46.749)	(35.470)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(1.233)	19.203	39.480	132.171	52.935	121.028	90.621	68.908
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(1.233)	19.203	39.480	132.171	52.935	121.028	90.621	68.908
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	115.372	134.706	222.627	996.293	493.037	293.765	737.661	507.133

Em 30.09.2023, a participação da Copel nos passivos contingentes classificados como perda possível equivale a R\$ 318.063 (R\$ 413.034 em 31.12.2022).

15.4 Informações resumidas das principais coligadas

Saldos em 30.09.2023	Dona Francisca	Foz do Chopim
ATIVO	178.555	46.502
Ativo circulante	20.715	8.150
Ativo não circulante	157.840	38.352
PASSIVO	178.555	46.502
Passivo circulante	19.883	2.067
Passivo não circulante	20.699	-
Patrimônio líquido	137.973	44.435
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	50.044	45.199
Custos e despesas operacionais	(27.024)	(8.913)
Resultado financeiro	(2.934)	153
Imposto de renda e contribuição social	(1.888)	(1.504)
Lucro líquido do período	18.198	34.935
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	18.198	34.935
Participação na coligada - %	23,03	35,77
Valor contábil do investimento	31.773	15.893

Notas Explicativas

Em 30.09.2023, a participação da Copel nos passivos contingentes das suas coligadas equivale a R\$ 2.886 (R\$ 2.581 em 31.12.2022).

16 Imobilizado

16.1 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	30.09.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	8.201.148	(5.034.050)	3.167.098	8.200.744	(4.925.970)	3.274.774
Máquinas e equipamentos	9.782.633	(2.995.094)	6.787.539	8.951.061	(3.060.695)	5.890.366
Edificações	1.985.112	(1.165.877)	819.235	2.001.801	(1.160.549)	841.252
Terrenos	500.069	(66.808)	433.261	510.681	(59.157)	451.524
Veículos e aeronaves	32.643	(30.602)	2.041	35.457	(33.115)	2.342
Móveis e utensílios	17.111	(11.092)	6.019	17.007	(10.871)	6.136
(-) Impairment (16.4)	(797.162)	-	(797.162)	(785.205)	-	(785.205)
(-) Obrigações especiais	(6.875)	390	(6.485)	(748)	330	(418)
	19.714.679	(9.303.133)	10.411.546	18.930.798	(9.250.027)	9.680.771
Em curso						
Custo	414.450	-	414.450	575.080	-	575.080
(-) Impairment (16.4)	(14.879)	-	(14.879)	(186.383)	-	(186.383)
	399.571	-	399.571	388.697	-	388.697
	20.114.250	(9.303.133)	10.811.117	19.319.495	(9.250.027)	10.069.468

Em 25.03.2023 foi encerrada a parada programada para inspeção da unidade geradora 3 da UHE GBM, usina pertencente à FDA, subsidiária da Copel GET. Foi identificada uma avaria isolada no anel de desgaste superior do rotor da turbina. Os procedimentos de recuperação estão em andamento e os eventuais impactos financeiros decorrentes da indisponibilidade da unidade geradora ou qualquer redução na garantia física da usina somente serão estimados após a conclusão dos trabalhos.

Em 07.06.2023 a central geradora (*Stream Diver*) da PCH Bela Vista foi liberada para início da operação comercial, finalizando 100% do empreendimento. Porém, a entrada em operação comercial das três unidades geradoras já ocorreu durante o ano de 2021.

Notas Explicativas

16.2 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1�.01.2023	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Efeito de combinação de negócios (NE n� 1.2)	Reclassi- ficação (a)	Saldo em 30.09.2023
Em serviço								
Reservatórios, barragens, adutoras	3.274.774	-	(108.097)	(14)	435	-	-	3.167.098
Máquinas e equipamentos	5.890.366	-	(292.297)	(2.007)	280.914	1.139.428	(228.865)	6.787.539
Edificações	841.252	-	(27.623)	(518)	15.293	-	(9.169)	819.235
Terrenos	451.524	-	(7.726)	(610)	5.122	-	(15.049)	433.261
Veículos e aeronaves	2.342	-	(353)	(1)	53	-	-	2.041
Móveis e utensílios	6.136	-	(454)	(9)	449	5	(108)	6.019
(-) Impairment (16.4)	(785.205)	(99.009)	-	-	(171.504)	-	258.556	(797.162)
(-) Obrigações especiais	(418)	-	128	-	(6.297)	-	102	(6.485)
	9.680.771	(99.009)	(436.422)	(3.159)	124.465	1.139.433	5.467	10.411.546
Em curso								
Custo	575.080	126.886	-	(2)	(293.350)	47.675	(41.839)	414.450
(-) Impairment (16.4)	(186.383)	-	-	-	171.504	-	-	(14.879)
	388.697	126.886	-	(2)	(121.846)	47.675	(41.839)	399.571
	10.069.468	27.877	(436.422)	(3.161)	2.619	1.187.108	(36.372)	10.811.117

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE n  39).

Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Nos primeiros 9 meses de 2023 estes custos totalizaram R\$ 1.603,   taxa média de 0,035% a.a. (R\$ 12.862,   taxa média de 0,28% a.a., no mesmo período de 2022).

16.3 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado estão proporcionais a participação da Copel GeT nos ativos das usinas, conforme demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	30.09.2023	31.12.2022
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	51,0			
Em serviço			859.882	859.882
(-) Depreciação Acumulada		2,90	(307.345)	(288.728)
Em curso			20.614	19.899
			573.151	591.053
UHE Baixo Iguaçu	30,0			
Em serviço			696.878	693.487
(-) Depreciação Acumulada		3,28	(104.315)	(87.278)
Em curso			48.946	55.863
			641.509	662.072
			1.214.660	1.253.125

Notas Explicativas

16.4 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos do segmento de geração

Em 30.09.2023, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

Consolidado	Imobilizado			Valor em uso
	Custo	Depreciação	Impairment	
UHE Colíder	2.577.178	(369.822)	(603.988)	1.603.368
Consórcio Tapajós (a)	14.879	-	(14.879)	-
Usinas no Paraná	1.032.483	(126.544)	(193.174)	712.765
	3.624.540	(496.366)	(812.041)	2.316.133

(a) Projeto em desenvolvimento

O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo de *impairment*:

Consolidado	1º.01.2023	Impairment / Reversão	Transferência	Saldo em
				30.09.2023
Em serviço				
UHE Colíder	(632.559)	28.571	-	(603.988)
UEGA	(108.132)	(150.424)	258.556	-
Usinas no Paraná	(44.514)	22.844	(171.504)	(193.174)
	(785.205)	(99.009)	87.052	(797.162)
Em curso				
Consórcio Tapajós	(14.879)	-	-	(14.879)
Usinas no Paraná	(171.504)	-	171.504	-
	(186.383)	-	171.504	(14.879)
	(971.588)	(99.009)	258.556	(812.041)

Para UHE Colíder e demais usinas do Paraná, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia e o conjunto das taxas de desconto real e depois dos impostos que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica que se manteve a mesma de 31.12.2022 (5,71% a.a. para fontes hídricas e 6,23% para térmicas). A atualização da expectativa de receita com a venda da energia, que compensou a revisão de custos operacionais e de encargos regulatórios, além da variação do valor contábil, possibilitaram reversões parciais do *impairment* registradas em março e setembro de 2023.

Para a UEGA, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia, revisão da expectativa de despacho, atualização do Custo Variável Unitário - CVU e a taxa de desconto depois dos impostos que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica, acrescida de risco adicional associado à variação da receita, que se manteve a mesma de 31.12.2022 (7,00% a.a.). Pela revisão das premissas, principalmente a redução na expectativa de despacho da usina em consequência do cenário hidrológico, foi reconhecido *impairment* em junho de 2023.

As transferências se referem à reclassificação da UEGA para ativos mantidos para venda, decorrente do processo de desinvestimento (NE nº 39) e a transferência do saldo acumulado de *impairment* da UTE Figueira, realizada após a finalização da obra de modernização e a entrada em operação comercial da usina.

Notas Explicativas

17 Intangível

Consolidado	30.09.2023	31.12.2022
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (17.1)	7.973.290	7.257.827
Contratos de concessão/autorização de geração (17.2)	2.896.254	2.252.615
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (17.3)	-	726.107
Outros intangíveis (17.4)	41.295	41.178
	10.910.839	10.277.727

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

17.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo intangível em serviço	Obrigações especiais em serviço	Total
Em 1º.01.2023	10.033.251	(2.775.424)	7.257.827
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.1)	1.335.472	(208.958)	1.126.514
Outras transferências	3	-	3
Quotas de amortização - concessão (a)	(466.278)	121.601	(344.677)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(7.821)	-	(7.821)
Baixas	(58.556)	-	(58.556)
Em 30.09.2023	10.836.071	(2.862.781)	7.973.290

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor.

Saldo referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquida das obrigações especiais. As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

17.2 Contratos de concessão de geração

Consolidado	Contrato de concessão (a)		Direito de concessão e autorização/ágio técnico	Total
	em serviço	em curso		
Em 1º.01.2023	1.530.777	-	721.838	2.252.615
Mais valia na combinação de negócios (NE nº 1.2)	-	-	614.958	614.958
Ágio técnico oriundo da combinação de negócios (NE nº 1.2)	-	-	204.443	204.443
Outorga Aneel - uso do bem público	-	894	-	894
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(171.462)	-	(31.599)	(203.061)
Repactuação do risco hidrológico (GSF) - Mauá	26.405	-	-	26.405
Em 30.09.2023	1.385.720	894	1.509.640	2.896.254

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

Notas Explicativas

Pela Recomposição do Prazo de Concessão da Usina Governador Jayme Canet Junior (UHE Mauá) conforme Resolução Homologatória Aneel nº 3.242/2023 que adicionou 294 dias à concessão, e pelo deferimento da Excludente de responsabilidade que adicionou outros 469 dias à concessão, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 14.435/2023, foi reconhecido o ativo intangível proveniente da extensão do prazo de concessão da UHE Mauá, em 763 dias adicionais, com contrapartida no resultado operacional (NE nº 31.6). A formalização do novo prazo será objeto de termo aditivo ao contrato de concessão. A vida útil e a depreciação de todos os ativos da usina serão recalculadas de forma prospectiva.

17.3 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2023	726.107
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.2)	7.801
Quotas de amortização - concessão (a)	(27.832)
Baixas	(152)
Reclassificação (b)	(705.924)
Em 30.09.2023	-

(a) Amortização pela expectativa de vida útil do ativo (30 anos para os ativos da operação de distribuição de gás e 10 anos para os demais bens) limitado ao prazo final da concessão.

(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

17.4 Outros intangíveis

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização.

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2023	12.848	28.330	41.178
Efeito de combinação de negócios (NE nº 1.2)	4	-	4
Aquisições	51	6.056	6.107
Capitalizações para intangível em serviço	14.497	(14.497)	-
Quotas de amortização (a)	(5.934)	-	(5.934)
Baixas	(21)	(5)	(26)
(-) Reclassificação (b)	(34)	-	(34)
Em 30.09.2023	21.411	19.884	41.295

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

Notas Explicativas

18 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	1.050	1.262	31.032	42.829
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	1.111	773	28.040	15.547
	2.161	2.035	59.072	58.376
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida (a)	-	875	73	47.462
Férias e 13º Salário	3.136	2.543	116.991	95.930
Provisões por desempenho e participação nos lucros	4.010	688	134.192	47.726
Programa de desligamentos voluntários (NE nº 31.2.1)	17.102	458	610.057	2.895
Outros	-	6	2	400
	24.248	4.570	861.315	194.413
	26.409	6.605	920.387	252.789

(a) O saldo em 31.12.2022 refere-se a provisão do reajuste salarial referente ao Acordo Coletivo de Trabalho aprovado em janeiro de 2023, com efeitos retroativos a outubro de 2022 (data-base do acordo).

19 Fornecedores

Consolidado	30.09.2023	31.12.2022
Energia elétrica	1.282.465	1.208.733
Materiais e serviços	667.438	626.710
Gás para revenda (NE nº 39)	-	93.696
Encargos de uso da rede elétrica	362.114	286.331
	2.312.017	2.215.470
	Circulante	2.177.287
	Não circulante	134.730
		2.090.022
		125.448

Notas Explicativas

20 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado												
Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.09.2023	31.12.2022
MOEDA NACIONAL Banco do Brasil CCB 265.901.903	Copel DIS	Capital de giro.	Cessão de créditos	29.06.2022	2	24.06.2025	Trimestral	DI + spread 1,25%	DI + spread 2,14%	750.000	751.568 751.568	751.673 751.673
Itaú Unibanco S.A												
Nota Comercial (a)	Copel GET	Amortização parcial da 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures da emitente e atendimento de obrigações diversas de curto prazo, incluindo compra de energia, obrigações regulatórias e dividendos.	Fidejussória	10.09.2022	2	10.09.2025	Semestral	DI + spread 1,22%	DI + spread 1,31%	1.000.000	1.007.459 1.007.459	1.037.946 1.037.946
Caixa Econômica Federal 415.855-22/14	Copel DIS	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	6,0%	16.984	6.226 6.226	7.664 7.664
Banco do Nordeste do Brasil												
35202166127989	Jandaíra I	Implantação do Complexo Eólico Jandaíra.	Fiança bancária	31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA ⁽¹⁾	3,0107% + IPCA	21.687	20.252	17.969
35202164527986	Jandaíra II			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA ^(a) e 2,7086% + IPCA ^(a)	3,0107% + IPCA	56.421	52.683	46.644
35202162927987	Jandaíra III			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA ⁽¹⁾	3,0107% + IPCA	65.158	60.816	53.843
35202160027984	Jandaíra IV			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA ^(a) e 2,7086% + IPCA ^(a)	3,0107% + IPCA	65.421	61.061	54.053
35201915725525	Potiguar B141	Implantação do Complexo Eólico Vilas.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de direitos do contrato de O&M; cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização; penhor de ações; alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto; Fiança bancária de 100%; cessão fiduciária das Contas Reserva do serviço da dívida; cessão fiduciária da conta reserva de operação (O&M); Contrato de suporte de acionista	04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	86.911	89.685
35201922425522	Potiguar B142			04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.213	86.932	89.709
35201926525533	Potiguar B143			11.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	86.611	89.376
35201910625534	Ventos de Vila Paraiba IV			18.04.2019	216	15.05.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	88.205	91.004
352020148727169	Potiguar B61			11.08.2020	216	15.08.2040	Mensal	IPCA + 1,4865%	IPCA + 1,4865%	163.886	181.615	186.552
18120185433499	Aventura II	Implantação do Complexo Eólico Aventura.		28.12.2018	204	15.01.2039	Mensal	IPCA + 2,5707%	IPCA + 2,5707%	69.338	64.753	-
18120185473500	Aventura III			28.12.2018	204	15.01.2039	Mensal	IPCA + 2,5707%	IPCA + 2,5707%	82.490	77.050	-
18120185483501	Aventura IV			28.12.2018	204	15.01.2039	Mensal	IPCA + 2,5707%	IPCA + 2,5707%	97.887	91.981	-
18120185493502	Aventura V			28.12.2018	204	15.01.2039	Mensal	IPCA + 2,5707%	IPCA + 2,5707%	98.684	92.864	-
18720193955241	SRMN I	Implantação do Complexo Eólico Santa Rosa & Mundo Novo (SRMN)	Fiança bancária	30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	110.922	117.722	-
18720193965240	SRMN II			30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	97.057	102.230	-
18720193875242	SRMN III			30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	110.922	118.820	-
18720193985243	SRMN IV			30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	110.922	120.245	-
18720193995244	SRMN V			30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	83.192	88.513 1.599.264	718.835
Banco do Brasil - Repasse BNDES												
21/02000-0	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	2,13% acima da TJLP	169.500	52.199 52.199	60.720 60.720

(a) Nota Comercial, série única, para distribuição pública com esforços restritos. Fiadora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
(1) - IPCA utilizado no cálculo do juros e não na atualização do principal.
(continua)

Notas Explicativas

Consolidado														
Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.09.2023	31.12.2022		
BNDES														
820989.1	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	1,63% acima da TJLP	169.500	52.199	60.719		
1120952.1		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% e 1,42% acima da TJLP	1,82% e 1,42% acima da TJLP	44.723	8.743	11.186		
1220768.1		Implantação da PCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	1,36% acima da TJLP	73.122	28.606	32.012		
13211061		Implantação da UHE Colider.	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	6,43% e 7,68%	1.041.155	568.441	615.968		
13210331		Implantação da subestação Cerquillo III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	6.564	7.502		
15206041		Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	9,04%	34.265	14.647	16.139		
15205921		Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim.		28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	8,93%	21.584	8.592	9.542		
18205101		Implantação da UHE Baixo Iguaçu		22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% acima da TJLP	8,50%	194.000	151.612	159.948		
19207901- A+B+E+F+G+H		Implantação das instalações de transmissão das linhas: SE Medianeira; SE Curitiba Centro e Curitiba Uberaba e SE Andará Leste.		03.06.2020	279	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	206.882	202.934	200.932		
19207901- C+D+H+J		Implantação das instalações de transmissão das linhas: Linha de Transmissão Curitiba Leste - Blumenau e Baixo Iguaçu - Realeza.		03.06.2020	267	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	225.230	190.739	188.869		
14205611-C	Copel DIS	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	6,0%	78.921	5.877	11.757		
14.2.1271.1	Santa Maria	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas	Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	71.676	31.435	34.125		
14.2.1272.1	Santa Helena		Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	82.973	34.109	37.027		
11211521	GE Farol		Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	54.100	27.160	29.888		
11211531	GE Boa Vista		Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	40.050	20.078	22.096		
11211541	GE S.B. do Norte		Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	90.900	45.537	50.112		
11211551	GE Olho D'Água		Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	97.000	48.633	53.519		
18204611	Cutia		Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	10.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	8,37%	619.405	528.166	543.337		
13212221 - A	Costa Oeste	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	1,95% + TJLP	27.634	11.309	12.842		
13212221 - B				03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,5%	3,5%	9.086	-	598		
14205851 - A	Marumbi	08.07.2014		168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	2,00% + TJLP	33.460	15.149	16.981			
14205851 - B		08.07.2014		106	30.04.2024	Mensal	6,0%	6,0%	21.577	1.321	3.020			
										2.001.851	2.118.119			
											5.418.567	4.694.957		
										Dívida bruta		5.418.567	4.694.957	
										(-) Custo de transação		(47.956)	(44.594)	
										Dívida líquida		5.370.611	4.650.363	
										Circulante		271.780	278.838	
										Não Circulante		5.098.831	4.371.525	

DI - Depósito interbancário
IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

Notas Explicativas

20.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.09.2023	Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	440.515	(3.211)	437.304
2025	1.637.960	(8.051)	1.629.909
2026	266.312	(2.350)	263.962
2027	270.114	(2.351)	267.763
2028	255.812	(2.364)	253.448
Após 2028	2.263.333	(16.888)	2.246.445
	5.134.046	(35.215)	5.098.831

20.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2023	4.650.363
Efeito de combinação de negócios (NE nº 1.2)	875.738
Ingressos	45.325
(-) Custos de transação (a)	(6.886)
Encargos	404.980
Variação monetária e cambial	30.030
Amortização - principal	(194.678)
Pagamento - encargos	(434.261)
Em 30.09.2023	5.370.611

(a) Saldo refere-se às contraprestações financeiras (*waiver*) pagas em decorrência do processo de transformação da Copel em Corporação, conforme detalhado na NE nº 20.3.

20.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, em multas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores financeiros medidos anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.09.2023, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Em decorrência do processo de transformação da Copel em sociedade com capital disperso e sem acionista controlador, conforme detalhado na NE nº 1, foi obtido o consentimento dos credores, mediante contraprestações financeiras (quitadas em julho e agosto de 2023) de modo que a alteração de controle acionário não caracterizasse um evento de vencimento antecipado das dívidas da Companhia. Além disso, foram finalizadas as tratativas de itens administrativos e de comunicação com as instituições financeiras previstos nos documentos de consentimento.

No que diz respeito ao BNDES, em 13.07.2023 foi autorizado o processo, consignando de forma resolutiva outras condicionantes, conforme segue:

Notas Explicativas

- (i) Nenhum pronunciamento desfavorável do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que invalide o processo;
- (ii) Valor da oferta primária dentro do limite pactuado;
- (iii) Anuência à mudança de controle acionário da Copel pelos debenturistas, notistas e demais credores financeiros; e
- (iv) Obtenção das novas concessões das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador Ney Braga e Governador José Richa.

A Companhia iniciou os trâmites formais para assinatura dos novos contratos de concessão que deve ocorrer após a convocação pelo Poder Concedente e até o momento não houve pronunciamentos desfavoráveis do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Ebitda/ Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
	Nota Comercial	Índice de cobertura do serviço da dívida Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5 ≤ 3,5
Copel DIS	BNDES Finem nº 14205611	Endividamento Financeiro / Ebitda	≤ 4,0
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações GE Boa Vista S.A. GE Farol S.A. GE Olho D'Água S.A. GE São Bento do Norte S.A.	Contrato de Cessão BNDES BNDES Finem nº 11211531 BNDES Finem nº 11211521 BNDES Finem nº 11211551 BNDES Finem nº 11211541	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. O contrato estabelece que, caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, deve-se complementar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva de forma que a totalidade atinja o índice de 1,20, no prazo de até 2 dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

21 Debêntures

Empresa	Emissão	Características	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.09.2023	31.12.2022
Copel GeT	4ª	(a)	Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.	Fidejussória	23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	133,77% da taxa DI	1.000.000	-	357.573
	5ª	(b)	Reembolso de gastos da construção das Linhas de Transmissão Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.		25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	IPCA+ 8,3295%	290.000	153.316	225.643
	6ª (série 1)	(c)	Resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		15.07.2019	2	15.07.2024	Semestral	109,0% da taxa DI	111,25% da taxa DI	800.000	411.545	852.816
	6ª (série 2)		Reembolso de gastos com os projetos UHE Colider e UHE Baixo Iguaçu		15.07.2019	1	15.07.2025	Semestral	IPCA + 3,90%	IPCA+ 4,46%	200.000	258.467	251.363
	7ª (série 1)		Reforço do capital de giro da Emissora; amortização e/ou o reembolso de caixa de parcela de principal da 3ª e 4ª emissão de debêntures.		15.10.2021	2	15.10.2026	Semestral	DI + spread 1,38%	DI + spread 1,45%	1.133.363	1.208.077	1.166.982
	7ª (série 2)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas no âmbito dos Projetos: Melhorias da Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto; Implantação dos Ativos do Lote "E", do Leilão Aneel nº 05/2015; Aportes na Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. e Bela Vista Geração de Energia S.A.		15.10.2021	3	15.10.2031	Semestral	IPCA + 5,7138%	IPCA + 6,1033%	366.637	418.777	397.825
	8ª (série 1)		Aquisição dos Complexos Eólicos Santa Rosa & Mundo Novo (SRMN) e Aventura.		15.01.2023	2	15.01.2030	Semestral	DI + spread 1,40%	DI + spread 1,41%	1.100.000	1.132.400	-
	8ª (série 2)		Reembolso de despesas de investimentos e/ou de aportes no âmbito dos Projetos das Centrais Geradoras Eólicas denominadas Jandaíras I, II, III e IV.		15.01.2023	3	15.01.2035	Semestral	IPCA +6,8226%	IPCA +7,5817%	200.000	209.230	-
Copel DIS	4ª	(a)	Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.	Fidejussória	27.09.2018	3	27.09.2023	Semestral	DI + spread 2,70%	CDI + 3,96%	1.000.000	-	346.895
	5ª (série 1)	(c)	Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da Aneel.		15.11.2019	3	15.11.2027	Semestral	IPCA + 4,20%	IPCA+ 4,61%	500.000	648.636	618.209
	6ª (série 1)		Reforço do capital de giro da Emissora e amortização da primeira parcela de principal das debêntures de cada uma das seguintes emissões da Emissora: 3ª, 4ª e 5ª Emissão.		16.06.2021	2	15.06.2026	Semestral	CDI + 1,95%	CDI + 2,02%	1.000.000	1.043.353	1.006.449
	6ª (série 2)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao Contrato de concessão nº46/1999 da Aneel.		16.06.2021	3	15.06.2031	Semestral	IPCA + 4,7742%	IPCA + 5,1564%	500.000	588.176	559.894
	7ª (série 1)	(e)	Reforço de Capital de giro; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal da 4ª e 5ª emissão.		15.05.2022	2	15.05.2025	Semestral	CDI + 1,21%	CDI + 1,28%	300.000	316.353	305.380
	7ª (série 2)				15.05.2022	2	15.05.2027	Semestral	CDI + 1,36%	CDI + 1,42%	901.450	951.130	917.789
	7ª (série 3)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da emissora, vinculada ao Contrato de concessão nº46/1999 da Aneel.		15.05.2022	3	15.05.2032	Semestral	IPCA + 6,1732%	IPCA + 6,6587%	298.550	318.396	301.830
	8ª (série 1)	(e)	Exclusivamente para reforço de caixa para atendimento dos compromissos da Emissora		15.06.2023	1	15.06.2024	Semestral	CDI + 1,45%	CDI + 1,89%	400.000	416.268	-
	8ª (série 2)		Exclusivamente para amortização do principal e dos juros devidos no âmbito da Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures, e o valor remanescente, se houver, para reforço de caixa para atendimento dos compromissos da Emissora		15.06.2023	2	15.06.2027	Semestral	CDI + 2,00%	CDI + 2,14%	800.000	833.824	-
	8ª (série 3)		Exclusivamente para reforço de caixa para atendimento dos compromissos da Emissora		15.06.2023	1	15.06.2028	Semestral	CDI + 2,25%	CDI + 2,35%	400.000	417.204	-
Brisa Potiguar	2ª (série 1) 2ª (série 2)	(d)	Implantação de centrais geradoras eólicas.	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	TJLP + 2,02%	147.575	85.022	91.468
Cutia	1ª	(b)	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Fidejussória	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%	IPCA+ 10,92%	153.258	120.584	126.067
					20.03.2019	26	15.12.2031	Semestral	IPCA + 5,8813%	IPCA+ 6,83%	360.000	365.970	360.894
Divida bruta												9.896.728	7.887.077
(-) Custo de transação												(126.999)	(83.222)
Divida líquida												9.769.729	7.803.855
Circulante												1.390.058	1.346.347
Não Circulante												8.379.671	6.457.508

(a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(c) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(d) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, emissão privada. Empresas: Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Euris e Ventos de Santo Uriel. Interviente garantidora: Copel. Não possui agente fiduciário.

(e) Debêntures simples, três séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

Notas Explicativas

21.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
30.09.2023			
2024	17.404	(6.772)	10.632
2025	1.820.335	(25.529)	1.794.806
2026	2.199.838	(19.105)	2.180.733
2027	1.128.513	(11.413)	1.117.100
2028	464.973	(8.281)	456.692
Após 2028	2.844.472	(24.764)	2.819.708
	8.475.535	(95.864)	8.379.671

21.2 Mutação das debêntures

	Consolidado
Em 1º.01.2023	7.803.855
Ingressos	3.195.000
(-) Custos de transação (a)	(61.632)
Encargos e variação monetária	1.018.502
Amortização - principal	(1.174.084)
Pagamento - encargos	(708.469)
Reclassificação (b)	(303.443)
Em 30.09.2023	9.769.729

(a) Contempla o valor de R\$ 41.788 referente às contraprestações financeiras (*waiver*) pagas em decorrência do processo de transformação da Copel em Corporação, conforme detalhado na NE nº 21.3.

(b) Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

21.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, na solicitação de anuência aos debenturistas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores financeiros medidos anualmente foram integralmente atendidos, exceto nas controladas Ventos de Santo Uriel e Nova Asa Branca III que não atenderam ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de 1,3. Contudo, a Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 30.12.2022, conforme carta do BNDES AE/DEENE2 nº 061/2022, o compromisso da instituição bancária de fomento de não declarar o vencimento antecipado das escrituras de debêntures, com base no desempenho desse índice no exercício de 2022. Em 30.09.2023, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Notas Explicativas

Em decorrência do processo de transformação da Copel em sociedade com capital disperso e sem acionista controlador, conforme detalhado na NE nº 1, foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre o consentimento para a realização da operação, mediante contraprestação financeira (*waiver fee*), de modo que a alteração de controle acionário não caracterizasse um evento de vencimento antecipado das dívidas da Companhia. A contraprestação financeira ficou condicionada ao sucesso da oferta, com pagamento em até dez dias de sua liquidação, e corresponde a remuneração 0,20%, multiplicado pela *duration* remanescente das debêntures, incidente sobre seu valor nominal atualizado na data de realização das Assembleias, exceto para a 1ª série da 6ª Emissão da Copel GeT e 4ª Emissão da Copel DIS, para as quais a taxa de remuneração é 0,15% sobre o valor nominal atualizado na data de realização das Assembleias. A quitação das contraprestações financeiras ocorreu em agosto de 2023.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	4ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida	≤ 3,5 ≥ 1,5
	5ª Emissão de Debêntures		
	6ª Emissão de Debêntures		
	7ª Emissão de Debêntures		
	8ª Emissão de Debêntures		
Copel DIS	4ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
	5ª Emissão de Debêntures		
	6ª Emissão de Debêntures		
	7ª Emissão de Debêntures		
	8ª Emissão de Debêntures		
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Euris IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,2
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. O contrato estabelece que, caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, deve-se complementar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva de forma que a totalidade atinja o índice de 1,20, no prazo de até 2 dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

22 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

22.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

Notas Explicativas

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável - CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido - BD.

22.2 Plano Assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

22.3 Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Planos previdenciários	2	8	54	949
Planos assistenciais	26.449	26.839	1.091.569	1.069.088
	26.451	26.847	1.091.623	1.070.037
Circulante	3.816	2.957	85.557	73.814
Não circulante	22.635	23.890	1.006.066	996.223

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora			
	30.09.2023	30.09.2022	1º.07.2023 a 30.09.2023	1º.07.2022 a 30.09.2022
Empregados				
Planos previdenciários	2.241	1.641	712	487
Plano assistencial - pós-emprego	2.402	1.312	801	437
Plano assistencial - funcionários ativos	1.206	1.186	425	351
	5.849	4.139	1.938	1.275
Administradores				
Planos previdenciários	504	493	172	164
Plano assistencial	58	51	20	17
	562	544	192	181
	6.411	4.683	2.130	1.456

	Consolidado			
	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022	1º.07.2023 a 30.09.2023	Reapresentado 1º.07.2022 a 30.09.2022
Empregados				
Plano previdenciário (CV)	40.651	39.977	12.936	12.816
Plano assistencial - pós-emprego	96.489	104.191	32.162	34.731
Plano assistencial - funcionários ativos	56.058	50.570	18.854	16.268
	193.198	194.738	63.952	63.815
Administradores				
Plano previdenciário	861	863	277	284
Plano assistencial	150	111	51	38
	1.011	974	328	322

Notas Explicativas

22.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1�.01.2023	26.847	1.070.037
Apropriação do cáculo atuarial	2.402	97.595
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	4.103	99.487
Amortizações	(6.901)	(164.195)
Reclassificação (a)	-	(11.301)
Em 30.09.2023	26.451	1.091.623

(a) Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE n  39).

23 Encargos Setoriais a Recolher

Consolidado	30.09.2023	31.12.2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	58.438	41.122
Reserva global de reversão - RGR	4.921	5.366
	63.359	46.488

24 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Conforme a Lei n  9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, e as concessionárias de distribuição de energia elétrica devem segregar esse mesmo percentual entre os programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e de eficiência energética.

Os saldos registrados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE estão demonstrados no quadro a seguir:

Consolidado	Aplicado e não concluido	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.09.2023	Saldo em 31.12.2022
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	7.318	-	7.318	6.588
MME	-	3.658	-	3.658	3.314
P&D	161.910	1.442	49.164	212.516	260.243
	161.910	12.418	49.164	223.492	270.145
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	-	17.185	-	17.185	11.960
PEE	141.626	5.139	169.602	316.367	332.653
	141.626	22.324	169.602	333.552	344.613
	303.536	34.742	218.766	557.044	614.758
			Circulante	348.765	370.244
			Não circulante	208.279	244.514

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel

Notas Explicativas

24.1 Mutação dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Procel	PEE	Total
Em 1�.01.2023	6.588	3.314	260.243	11.960	332.653	614.758
Constituições	36.003	18.000	36.022	6.033	24.136	120.194
Contrato de desempenho	-	-	-	-	3.362	3.362
Juros (NE n� 32)	-	-	4.708	(808)	17.010	20.910
Recolhimentos	(35.273)	(17.656)	(7.404)	-	(11.282)	(71.615)
Conclusões	-	-	(72.600)	-	(49.512)	(122.112)
Reclassificação (a)	-	-	(8.453)	-	-	(8.453)
Em 30.09.2023	7.318	3.658	212.516	17.185	316.367	557.044

(a) Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE n  39).

25 Contas a Pagar Vinculadas   Concessão

Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	30.09.2023	31.12.2022
UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	06.2049	5,65% a.a.	IPCA	22.961	21.587
UHE Colíder	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	31.356	30.518
UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	9.307	9.050
UHE Guaricana	Copel GeT	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	IPCA	1.560	2.200
UHEs Fundão e Santa Clara	Elejor	23.10.2001	25.10.2001	05.2037	11,00% a.a.	IGPM	818.217	874.187
							883.401	937.542
							Circulante	100.083
							Não circulante	783.318
								832.539

Taxa de desconto no cáculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento   União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido, conforme definido no contrato de concessão.

25.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão

Em 1�.01.2023	937.542
Adição	894
Ajuste a valor presente	(55.115)
Variação monetária	87.280
Pagamentos	(87.200)
Em 30.09.2023	883.401

26 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

26.1 Direito de uso de ativos

Consolidado	Saldo em 1�.01.2023	Adições	Ajuste por remensuração	Amortização	Baixas	Reclassificação (a)	Saldo em 30.09.2023
Imóveis	136.489	16.231	18.088	(8.742)	(971)	(10.456)	150.639
Veículos	113.018	9.174	4.873	(41.387)	-	(510)	85.168
Equipamentos	11.873	1.356	537	(8.055)	(323)	(484)	4.904
	261.380	26.761	23.498	(58.184)	(1.294)	(11.450)	240.711

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE n  39)

Notas Explicativas

26.2 Passivo de arrendamentos

26.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2023	4.809	273.756
Adições	-	26.761
Ajuste por remensuração	2.508	23.498
Encargos	404	18.197
Pagamento - principal	(362)	(54.149)
Pagamento - encargos	(405)	(18.160)
Baixas	-	(2.044)
Reclassificação (a)		(12.335)
Em 30.09.2023	6.954	255.524
	Circulante	460
	Não circulante	6.494
		52.757
		202.767

(a) Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 39)

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 15,55% a.a.

26.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2024	15.278
2025	35.760
2026	32.703
2027	12.565
2028	12.026
Após 2028	212.484
Valores não descontados	320.816
Juros embutidos	(118.049)
Saldo do passivo de arrendamento	202.767

26.2.3 Direito potencial de PIS/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	448.015	255.524
Pis/Cofins potencial	34.416	20.767

26.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

Notas Explicativas

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	255.524	329.868	29,09%
Direito de uso de ativos	240.711	287.849	19,58%
Despesa Financeira	17.188	22.192	29,11%
Despesa de amortização	55.647	62.910	13,05%

26.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 31.6). O saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	30.09.2023
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	10.801	46.294	212.002	269.097

26.5 Recebíveis de arrendamentos

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 30.09.2023
Compartilhamento de instalações	1.688	6.751	21.616	30.055

27 Outras Contas a Pagar

Consolidado	30.09.2023	31.12.2022
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 34.2.10)	978.133	738.703
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 34.2.9)	236.728	184.813
Taxa de iluminação pública arrecadada	50.529	52.520
Pagamentos/devoluções à consumidores	52.537	50.652
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	41.272	38.145
Cauções em garantia	34.106	29.924
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	28.845	28.511
Outras obrigações	119.377	123.585
	1.541.527	1.246.853
	Circulante	739.440
	Não circulante	802.087
		601.619
		645.234

Notas Explicativas

28 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.11 das demonstrações financeiras de 31.12.2022, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

28.1 Mutação das provisões para litígios

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Resultado		Quitações	Saldo em 30.09.2023
		Adições	Reversões		
Fiscais					
Cofins	123.564	5.731	-	-	129.295
Outras	35.671	1.690	-	(155)	37.206
	159.235	7.421	-	(155)	166.501
Trabalhistas	3.514	2.587	-	(1.234)	4.867
Benefícios a empregados	745	60	(516)	-	289
Cíveis	640.948	4.078	(7.617)	-	637.409
	804.442	14.146	(8.133)	(1.389)	809.066

Consolidado	Resultado				Adições / (Reversões) no ativo		Transfe- rências/ Outros (a)	Saldo em
	Saldo em 1º.01.2023	Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Reversões				
						Quitações		30.09.2023
Fiscais								
Cofins	123.564	5.731	-	-	-	-	-	129.295
Outras	78.186	15.622	(5.921)	-	-	(13.768)	7.108	81.227
	201.750	21.353	(5.921)	-	-	(13.768)	7.108	210.522
Trabalhistas	536.464	56.952	(9.808)	-	(92)	(125.524)	(427)	457.565
Benefícios a empregados	30.126	9.915	(4.328)	-	-	(512)	110	35.311
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	958.111	77.449	(11.725)	-	278	(96.708)	(16.077)	911.328
Servidões de passagem	138.724	1.237	-	(18.805)	3.415	(6.393)	-	118.178
Desapropriações e patrimoniais	154.912	6.077	(1.116)	(4.349)	(33.010)	8	-	122.522
Consumidores	3.750	285	(1.676)	-	-	-	-	2.359
Ambientais	5.269	880	(813)	-	-	-	-	5.336
	1.260.766	85.928	(15.330)	(23.154)	(29.317)	(103.093)	(16.077)	1.159.723
Regulatórias	8.493	84.653	(2.494)	-	-	(88)	-	90.564
	2.037.599	258.801	(37.881)	(23.154)	(29.409)	(242.985)	(9.286)	1.953.685

(a) Reclassificação principalmente para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

28.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Notas Explicativas

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões para litígios		Passivo contingente		Provisões para litígios		Passivo contingente	
		30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Fiscais									
Cofins	Exigência da Receita Federal relativo ao período de agosto de 1995 a dezembro de 1996, lançados em decorrência de rescisão de acórdão judicial que havia reconhecido a imunidade da Companhia ao tributo.	129.295	123.564	8.980	9.550	129.295	123.564	8.980	9.550
INSS	Exigências fiscais relativas à contribuição previdenciária.	31.691	30.899	59.079	56.479	31.691	30.899	115.209	56.790
Impostos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	39.802	47.843	2.254	2.100	40.117	53.682
ICMS	Exigências e questionamentos administrativos do Estado sobre recolhimento do ICMS nas faturas da Companhia	-	-	-	-	7.179	4.035	26.758	24.930
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	5.253	4.738	920	645	9.771	9.332	171.684	152.113
ISS	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	-	-	-	-	218	181	61.776	56.731
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	262	34	2.895	63.292	30.084	31.639	108.946	149.518
		166.501	159.235	111.676	177.809	210.492	201.750	533.470	503.314
Trabalhistas	Cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	4.867	3.514	7.686	2.479	457.653	536.374	422.774	378.737
Benefícios a empregados	Reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	289	745	329	311	35.311	30.126	10.445	12.716
Regulatórias									
ESBR	AESBR moveu a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100 contra a Aneel, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi, ao tempo em que isentou a ESBR, expor as distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no período, onde se inclui a Copel DIS. Isso se deu porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis para a Copel, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	-	-	-	-	1.119.556	1.130.845
Excludente Colíder	Discussão sobre o valor de Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST e atualização monetária sobre valores de energia referente ao período de excludente de responsabilidade. Em decorrência da liminar judicial que excluiu o período de atraso da obra da UHE Colíder da responsabilidade pela entrega de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, a CCEE procedeu o crédito, valorado ao PLD, da energia anteriormente lastreada para cumprir os contratos de ACR. Contudo, em caso de insucesso na ação judicial, a Companhia deverá devolver os valores creditados, atualizados pelo IGPM. Outras informações sobre a ação estão apresentadas na NE nº 7.2	-	-	-	-	-	-	298.249	320.044
MCS D	Discussão de mérito envolvendo recurso administrativo que visa a retificação da metodologia e dos parâmetros utilizados no cálculo para processamento do MCS D de Energia Existente para os contratos repactuados pela Copel GeT nos termos do Despacho nº 1.395/2019, cujos efeitos estão suspensos pelo Despacho nº 2.094/2023. A Nota Técnica nº 114/2023-SGM/Aneel emitida em 11.10.2023 recomenda a diretoria da Aneel aprovar parcialmente o requerimento administrativo da Copel GeT.	-	-	-	-	82.999	-	-	-
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	-	-	-	-	7.565	8.493	45.840	45.718
		-	-	-	-	90.564	8.493	1.463.645	1.496.607

(continua)

Notas Explicativas

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões para litígios		Passivo contingente		Provisões para litígios		Passivo contingente	
		30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Cíveis									
Fumicultores	Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	-	-	-	-	56.178	73.366	52.734	71.237
Arbitragem	Litígio arbitral protegido por sigilo e confidencialidade, em fase de liquidação de sentença em fase inicial.	620.881	629.056	334.423 ^(a)	338.779	620.875	629.056	334.423 ^(a)	338.779
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	16.528	11.831	481	5.681	128.384	154.550	332.633	549.115
Indenização a terceiros (cíveis)	Ação de indenização decorrentes de danos causados durante a construção de usinas. Houve início de execução de sentença sem a perícia contábil previamente determinada. Em 1º grau, a Copel impugnou a execução e apresentou apólice de seguro como garantia até decisão sobre a realização de perícia e excesso do valor. Não tendo havido ainda um posicionamento favorável quanto ao mérito, o risco foi reavaliado com alteração no saldo provisionado.	-	-	-	-	105.824	101.076	103.158	98.940
Servidões de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	-	61	-	-	118.178	138.841	26.313	31.063
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	-	-	-	-	122.523	154.943	23.014	38.030
Consumidores	Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, máquinas industriais e comerciais, indenizações por dano moral decorrente da prestação de serviço (suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais, questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado, e pleiteando restituição de valores envolvidos.	-	-	-	-	2.367	3.758	1.421	1.911
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	-	-	-	-	5.336	5.266	233.348	216.380
		637.409	640.948	334.904	344.460	1.159.665	1.260.856	1.107.044	1.345.455
		809.066	804.442	454.595	525.059	1.953.685	2.037.599	3.537.378	3.736.829

(a) refere-se a estimativa da perda possível de um total, atualizado monetariamente, de R\$ 2.928.699 do pedido do autor.

Notas Explicativas

29 Patrimônio Líquido

29.1 Capital social

	30.09.2023	31.12.2022
Capital social	12.831.619	10.800.000
(-) Custos de transação na emissão de ações	(14.941)	-
	12.816.678	10.800.000

O aumento de capital de R\$ 2.016.678 se refere ao valor da emissão de ações de R\$ 2.031.619 líquido dos custos de transação de R\$ 14.941 e foi registrado após a liquidação da oferta pública de ações, conforme descrito na NE nº 1.

O quadro abaixo apresenta a composição do capital social por ações (sem valor nominal):

30.09.2023	Número de ações em unidades									
	Ordinárias		Preferenciais						Total	
			Classe "A"		Classe "B"		Classe especial			
	nº ações	%	nº de ações	%	nº de ações	%	nº de ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	358.562.509	27,57	-	-	116.081.402	6,91	1	100,00	474.643.912	15,91
BNDESPAR	131.161.562	10,09	-	-	524.646.248	31,24	-	-	655.807.810	21,99
Outros	810.623.229	62,34	3.128.000	100,00	1.038.607.640	61,85	-	-	1.852.358.869	62,10
	1.300.347.300	100,00	3.128.000	100,00	1.679.335.290	100,00	1	100,00	2.982.810.591	100,00

A ação preferencial de classe especial foi criada nos termos da Lei Estadual nº 21.272/2022. Enquanto o Estado do Paraná for titular de ações representativas de, pelo menos, 10% do total de ações emitidas pela Companhia, esta ação conferirá o poder de veto em deliberações da Assembleia Geral que autorizem os administradores a aprovar e executar o Plano Anual de Investimentos da Copel DIS, que visem à modificação da denominação e sede da Companhia, e que alterem as cláusulas do estatuto relacionadas a limitação para que nenhum acionista ou grupo de acionistas venha a exercer votos correspondentes a mais de 10% do total e à celebração de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto.

29.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2023	593.382	593.382
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	-	(37.349)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	12.698
Custo atribuído do imobilizado - equivalência patrimonial, líquida de tributos	(24.651)	-
Outros ajustes		
Ajustes de ativos financeiros - controladas	-	(6.008)
Tributos sobre os outros ajustes	-	2.043
Ajustes de ativos financeiros - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	(2.774)	-
Atribuível aos acionistas não controladores	-	1.191
Em 30.09.2023	565.957	565.957

Notas Explicativas

29.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	Operações continuadas	Operações descontinuadas	30.09.2023	Operações continuadas	Operações descontinuadas	30.09.2022
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores						
Ações ordinárias	566.085	(52.494)	513.591	183.107	(5.031)	178.076
Ações preferenciais classe "A"	1.775	(165)	1.610	598	(16)	582
Ações preferenciais classe "B"	952.956	(88.370)	864.586	320.890	(8.818)	312.072
	1.520.816	(141.029)	1.379.787	504.595	(13.865)	490.730
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)						
Ações ordinárias	1.097.333.485	1.097.333.485	1.097.333.485	1.054.090.460	1.054.090.460	1.054.090.460
Ações preferenciais classe "A"	3.128.000	3.128.000	3.128.000	3.128.000	3.128.000	3.128.000
Ações preferenciais classe "B"	1.679.335.290	1.679.335.290	1.679.335.290	1.679.335.290	1.679.335.290	1.679.335.290
	2.779.796.775	2.779.796.775	2.779.796.775	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores						
Ações ordinárias	0,51587	(0,04783)	0,46804	0,17371	(0,00477)	0,16894
Ações preferenciais classe "A"	0,56746	(0,05262)	0,51484	0,19108	(0,00525)	0,18583
Ações preferenciais classe "B"	0,56746	(0,05262)	0,51484	0,19108	(0,00525)	0,18583

Controladora	Operações continuadas	Operações descontinuadas	1º.07.2023 a 30.09.2023	Operações continuadas	Operações descontinuadas	1º.07.2022 a 30.09.2022
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:						
Ações ordinárias	172.265	(2.529)	169.736	138.551	(6.858)	131.693
Ações preferenciais classe "A"	501	(7)	494	452	(22)	430
Ações preferenciais classe "B"	269.128	(3.953)	265.175	242.807	(12.018)	230.789
	441.894	(6.489)	435.405	381.810	(18.898)	362.912
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares):						
Ações ordinárias	1.182.409.437	1.182.409.437	1.182.409.437	1.054.090.460	1.054.090.460	1.054.090.460
Ações preferenciais classe "A"	3.128.000	3.128.000	3.128.000	3.128.000	3.128.000	3.128.000
Ações preferenciais classe "B"	1.679.335.290	1.679.335.290	1.679.335.290	1.679.335.290	1.679.335.290	1.679.335.290
	2.864.872.727	2.864.872.727	2.864.872.727	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores						
Ações ordinárias	0,14569	(0,00214)	0,14355	0,13144	(0,00650)	0,12494
Ações preferenciais classe "A"	0,16026	(0,00235)	0,15791	0,14459	(0,00716)	0,13743
Ações preferenciais classe "B"	0,16026	(0,00235)	0,15791	0,14459	(0,00716)	0,13743

29.4 Dividendos

Em 20.09.2023 o Conselho de Administração da Copel aprovou a distribuição de dividendos intermediários e intercalares na forma de Juros sobre Capital Próprio - JSCP, no montante de R\$ 958.000, a serem creditados aos acionistas da seguinte forma: R\$ 456.920 com base no resultado do primeiro semestre de 2023, cujo pagamento está previsto para ocorrer em 30.11.2023; R\$ 456.920 com base no saldo remanescente do resultado do primeiro semestre de 2023 e R\$ 44.160 do saldo de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores não capitalizados, cujo pagamento ocorrerá junto com os dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a destinação do resultado de 2023. Estes valores de JSCP, líquidos dos tributos retidos na fonte, serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2023, conforme critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia e, atingido o montante obrigatório, tais proventos serão considerados como dividendo adicional do exercício de 2023.

Notas Explicativas

30 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022
Fornecimento de energia elétrica	7.501.392	(611.861)	(887.844)	(248.010)	-	5.753.677	5.746.937
Suprimento de energia elétrica	3.215.726	(416.255)	(12.274)	(48.487)	-	2.738.710	2.832.912
Disponibilidade da rede elétrica	7.920.485	(664.971)	(1.009.810)	(1.897.714)	-	4.347.990	3.532.405
Receita de construção	1.746.127	-	-	-	-	1.746.127	1.591.794
Valor justo do ativo indenizável da concessão	41.898	-	-	-	-	41.898	45.045
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	969.376	(89.667)	-	-	-	879.709	1.209.056
Outras receitas operacionais	453.584	(46.767)	(34)	-	(3.124)	403.659	312.412
	21.848.588	(1.829.521)	(1.909.962)	(2.194.211)	(3.124)	15.911.770	15.270.561

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						1º.07.2023 a 30.09.2023	Reapresentado 1º.07.2022 a 30.09.2022
Fornecimento de energia elétrica	2.661.738	(217.470)	(311.109)	(109.222)	-	2.023.937	1.750.075
Suprimento de energia elétrica	1.168.546	(149.467)	(4.311)	(16.168)	-	998.600	996.566
Disponibilidade da rede elétrica	2.791.391	(232.313)	(421.360)	(635.190)	-	1.502.528	1.171.966
Receita de construção	616.653	-	-	-	-	616.653	563.740
Valor justo do ativo indenizável da concessão	8.283	-	-	-	-	8.283	(13.918)
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	301.108	(27.852)	-	-	-	273.256	530.548
Outras receitas operacionais	138.467	(16.724)	1	-	(1.012)	120.732	109.465
	7.686.186	(643.826)	(736.779)	(760.580)	(1.012)	5.543.989	5.108.442

Notas Explicativas

30.1 Detalhamento da receita

Consolidado	Reapresentado		Reapresentado	
	30.09.2023	30.09.2022	1º.07.2023 a 30.09.2023	1º.07.2022 a 30.09.2022
Fornecimento de energia elétrica	7.501.392	9.095.527	2.661.738	2.309.820
Consumidores - distribuição de energia	4.815.821	6.509.464	1.745.734	1.440.104
Consumidores livres - comercialização de energia	2.032.590	2.025.048	687.800	694.158
Doações e subvenções	652.981	561.015	228.204	175.558
Suprimento de energia elétrica	3.215.726	3.368.620	1.168.546	1.182.740
Contratos bilaterais	1.538.836	2.169.128	491.018	727.251
Contratos regulados	1.271.127	774.293	563.845	266.282
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	317.853	336.042	88.132	178.196
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 9.2)	87.910	89.157	25.551	11.011
Disponibilidade da rede elétrica	7.920.485	7.687.821	2.791.391	2.347.367
Consumidores	7.243.908	6.998.469	2.578.494	2.270.836
Concessionárias e geradoras	75.538	63.644	30.753	21.276
Receita de operação e manutenção - O&M e juros efetivos	601.039	625.708	182.144	55.255
Receita de construção	1.746.127	1.591.794	616.653	563.740
Concessão de distribuição de energia	1.665.959	1.493.455	608.079	530.166
Concessão de transmissão de energia (a)	80.168	98.339	8.574	33.574
Valor justo do ativo indenizável da concessão	41.898	45.045	8.283	(13.918)
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	969.376	1.332.293	301.108	584.626
Outras receitas operacionais	453.584	358.372	138.467	124.255
Arrendamentos e aluguéis (30.2)	344.030	270.029	114.655	98.000
Valor justo na compra e venda de energia	-	-	(28.177)	-
Renda da prestação de serviços	31.179	48.413	8.974	9.929
Outras receitas	78.375	39.930	43.015	16.326
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	21.848.588	23.479.472	7.686.186	7.098.630
(-) Pis/Pasep e Cofins	(1.829.521)	(1.898.564)	(643.826)	(629.161)
(-) ICMS	(1.909.962)	(3.367.161)	(736.779)	(637.214)
(-) ISSQN	(3.124)	(5.033)	(1.012)	(1.325)
(-) Encargos setoriais (30.3)	(2.194.211)	(2.938.153)	(760.580)	(722.488)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.911.770	15.270.561	5.543.989	5.108.442

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 10.3

30.2 Arrendamentos e aluguéis

30.2.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	Reapresentado		Reapresentado	
	30.09.2023	30.09.2022	1º.07.2023 a 30.09.2023	1º.07.2022 a 30.09.2022
Equipamentos e estruturas	342.499	268.736	114.031	97.559
Compartilhamento de instalações e Imóveis	1.531	1.293	624	441
	344.030	270.029	114.655	98.000

30.3 Encargos setoriais

Consolidado	Reapresentado		Reapresentado	
	30.09.2023	30.09.2022	1º.07.2023 a 30.09.2023	1º.07.2022 a 30.09.2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de distribuição de energia (30.3.1)	1.976.062	2.009.649	683.993	660.613
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária (30.3.2)	805	724.405	59	554
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	120.194	114.368	42.794	39.770
Quota para reserva global de reversão - RGR	35.051	29.672	10.189	5.603
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de transmissão de energia	50.773	49.714	19.722	10.967
Taxa de fiscalização	11.326	10.345	3.823	4.981

Notas Explicativas

30.3.1 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - concessão de distribuição de energia

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, que tem o objetivo de promoção do desenvolvimento energético no território nacional, tem como uma de suas fontes de recursos o encargo tarifário atribuído ao consumidor final nos processos tarifários e recolhido periodicamente pela distribuidora. As quotas anuais do encargo são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias e os montantes são geridos pela CCEE.

A partir de junho de 2023, a Companhia passou a recolher a quota relativa à CDE Conta Escassez Hídrica, no valor mensal de R\$ 6.454. Este recolhimento se dará ao longo dos próximos 4 anos e refere-se à devolução do montante de R\$ 145.844, recebidos em 2022 para cobertura dos custos adicionais associados à situação de escassez hídrica que afetou o país ao longo de 2021. Os recursos foram centralizados na Conta de Escassez Hídrica, criada para este fim, sob gestão da CCEE.

Ainda, a partir de junho de 2023, a Copel DIS passou a recolher a CDE Geração Distribuída - GD, no montante mensal de R\$ 9.303, conforme Resolução Homologatória nº 3.175/2023. O subsídio decorre da Lei nº 14.300/2022, que instituiu o Marco Legal da Micro e Minigeração Geração Distribuída – MMGD.

O saldo é composto da seguinte forma:

	Período	30.09.2023	30.09.2022
CDE USO	Cotas (a)	1.651.746	1.748.359
	Conta Covid (b)	137.583	137.583
	Escassez hídrica (c)	986	-
		1.790.315	1.885.942
CDE ENERGIA	Conta Covid (b)	123.707	123.707
	Escassez hídrica (c)	24.830	-
	GD - Geração distribuída (d)	37.210	-
		185.747	123.707
		1.976.062	2.009.649

(a) CDE Uso: Res. Homologatória nº 3.175/2023 (abril a dezembro/2023); Res. Homologatória nº 3.165/2022 (janeiro a março/2023); Res. Homologatória nº 3.034/2022 (maio a dezembro/22); Res. Homologatória nº 3.004/2021 (janeiro a abril/22).

(b) CDE Uso e Energia - Conta Covid: Despacho nº 939/2021 (junho/2021 a dezembro/2025).

(c) CDE Uso e Energia - Escassez hídrica: Decreto nº 10.939/2022 e Resolução Normativa nº 1.008/2022.

(d) CDE Energia - GD - Geração distribuída: Res. Homologatória nº 3.175/2023 (junho a dezembro/2023)

30.3.2 Bandeira tarifária

O sistema de bandeiras tarifárias foi instituído pela Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, com vigência a partir de 2015, para indicar a incidência ou não de acréscimo no valor da energia a ser repassado ao consumidor final em função das condições para geração de energia elétrica. Desde a melhora das condições hídricas no país vem prevalecendo a aplicação da bandeira verde, sem adicional tarifário.

Notas Explicativas

30.4 Reajuste Tarifário Anual - Copel DIS

O resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2023 da Copel DIS foi homologado pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 3.209 de 20.06.2023, autorizando o reajuste médio de 10,50% percebido pelos consumidores (4,9% em junho de 2022), com aplicação às tarifas a partir de 24.06.2023. O reajuste médio foi de 8,31% para os consumidores da alta tensão e de 11,73% para os da baixa tensão (9,32% e 2,68% em 2022).

31 Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.09.2023	30.09.2022
Custos e despesas gerenciáveis				
Pessoal e administradores (31.2)	(54.649)	-	(54.649)	(27.894)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(6.411)	-	(6.411)	(4.683)
Material	(748)	-	(748)	(539)
Serviços de terceiros	(47.449)	-	(47.449)	(29.454)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	-	11.651	11.651	(4.845)
Outras receitas (despesas) operacionais	(17.704)	6.754	(10.950)	(20.115)
	(126.961)	18.405	(108.556)	(87.530)
Outros custos e despesas				
Depreciação e amortização	(1.409)	(841)	(2.250)	(1.872)
	(128.370)	17.564	(110.806)	(89.402)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1º.07.2023 a 30.09.2023	Reapresentado 1º.07.2022 a 30.09.2022
Custos e despesas gerenciáveis				
Pessoal e administradores (31.2)	(28.037)	-	(28.037)	(9.624)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(2.130)	-	(2.130)	(1.456)
Material	(324)	-	(324)	(102)
Serviços de terceiros	(31.678)	-	(31.678)	(10.540)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	-	633	633	7.460
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.263)	591	(8.672)	(10.159)
	(71.432)	1.224	(70.208)	(24.421)
Outros custos e despesas				
Depreciação e amortização	(488)	(280)	(768)	(641)
	(71.920)	944	(70.976)	(25.062)

Notas Explicativas

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(5.694.126)	-	-	-	(5.694.126)	(6.024.123)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.118.488)	-	-	-	(2.118.488)	(1.858.728)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(17.654)	-	-	-	(17.654)	-
	(7.830.268)	-	-	-	(7.830.268)	(7.882.851)
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (31.2)	(1.069.281)	-	(492.409)	-	(1.561.690)	(728.178)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(132.412)	-	(61.797)	-	(194.209)	(195.712)
Material	(56.990)	-	(7.761)	-	(64.751)	(64.183)
Serviços de terceiros (31.3)	(534.912)	(97)	(193.343)	-	(728.352)	(544.926)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	54.000	(47.812)	-	(210.960)	(204.772)	(226.564)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(173.557)	(33.575)	(59.329)	(61.648)	(328.109)	(358.484)
	(1.913.152)	(81.484)	(814.639)	(272.608)	(3.081.883)	(2.118.047)
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	(949.801)	-	(45.557)	(31.874)	(1.027.232)	(914.882)
Custo de construção (31.5)	(1.734.494)	-	-	-	(1.734.494)	(1.573.307)
Repactuação do risco hidrológico - GSF (NE nº 17.2)	-	-	-	26.405	26.405	-
	(2.684.295)	-	(45.557)	(5.469)	(2.735.321)	(2.488.189)
	(12.427.715)	(81.484)	(860.196)	(278.077)	(13.647.472)	(12.489.087)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.07.2023 a 30.09.2023	Reapresentado 1º.07.2022 a 30.09.2022
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(1.995.559)	-	-	-	(1.995.559)	(2.166.216)
Encargos de uso da rede elétrica	(764.852)	-	-	-	(764.852)	(595.186)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(7.175)	-	-	-	(7.175)	-
	(2.767.586)	-	-	-	(2.767.586)	(2.761.402)
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (31.2)	(581.599)	-	(277.543)	-	(859.142)	(236.338)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(44.028)	-	(20.252)	-	(64.280)	(64.137)
Material	(20.639)	-	(2.858)	-	(23.497)	(20.142)
Serviços de terceiros (31.3)	(184.989)	(63)	(80.633)	-	(265.685)	(196.110)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	16.079	(31.805)	-	(125.445)	(141.171)	(55.588)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(60.315)	(9.541)	(21.427)	(11.254)	(102.537)	(128.200)
	(875.491)	(41.409)	(402.713)	(136.699)	(1.456.312)	(700.515)
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	(321.616)	-	(14.974)	(11.188)	(347.778)	(305.986)
Custo de construção (31.5)	(615.011)	-	-	-	(615.011)	(557.378)
Repactuação do risco hidrológico - GSF	-	-	-	26.405	26.405	-
	(936.627)	-	(14.974)	15.217	(936.384)	(863.364)
	(4.579.704)	(41.409)	(417.687)	(121.482)	(5.160.282)	(4.325.281)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	30.09.2023	30.09.2022	1º.07.2023 a 30.09.2023	1º.07.2022 a 30.09.2022
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.733.586	2.620.554	901.620	916.205
Itaipu Binacional	727.924	1.092.451	262.672	378.077
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	351.525	302.469	126.710	135.902
Contratos bilaterais	1.451.261	1.939.807	540.684	755.703
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	276.732	330.146	93.256	108.635
Micro e mini geradores	779.695	477.941	280.518	153.676
Valor justo na compra e venda de energia	6.347	4.139	6.347	(13.254)
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(632.944)	(743.384)	(216.248)	(268.728)
	5.694.126	6.024.123	1.995.559	2.166.216

Notas Explicativas

31.2 Pessoal e administradores

	30.09.2023	30.09.2022	Controladora	
			1º.07.2023 a 30.09.2023	1º.07.2022 a 30.09.2022
Pessoal				
Remunerações (a)	19.132	15.671	5.112	4.894
Encargos sociais	5.916	5.333	1.895	1.756
Auxílio alimentação e educação	1.274	1.425	431	385
Programa de desligamentos voluntários (31.2.1)	17.102	(2.087)	17.102	-
	43.424	20.342	24.540	7.035
Administradores				
Honorários	5.726	5.482	1.960	1.832
Encargos sociais	1.401	1.339	482	447
Outros gastos	88	66	33	21
	7.215	6.887	2.475	2.300
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	4.010	665	1.022	289
	54.649	27.894	28.037	9.624

(a) Em 2023 foi registrado o valor de R\$ 3.584 referente a indenização do segundo terço adicional de férias aprovado em Acordo Coletivo de Trabalho em 19.01.2023.

	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022	Consolidado	
			1º.07.2023 a 30.09.2023	Reapresentado 1º.07.2022 a 30.09.2022
Pessoal				
Remunerações (a)	560.562	431.556	141.149	139.508
Encargos sociais	161.674	155.810	50.880	50.385
Auxílio alimentação e educação	80.732	71.880	26.018	23.184
Programa de desligamentos voluntários (31.2.1)	610.057	(8.926)	610.057	(400)
	1.413.025	650.320	828.104	212.677
Administradores				
Honorários	11.373	11.143	3.704	3.697
Encargos sociais	2.897	2.754	957	907
Outros gastos	203	195	68	67
	14.473	14.092	4.729	4.671
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	134.192	63.766	26.309	18.990
	1.561.690	728.178	859.142	236.338

(a) Em 2023 foi registrado o valor de R\$ 138.173 referente a indenização do segundo terço adicional de férias aprovado em Acordo Coletivo de Trabalho em 19.01.2023.

31.2.1 Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em 24.08.2023 foi instituído o Programa de Demissão Voluntária - PDV. Em 15.09.2023 foi encerrado o período de adesões, com a confirmação pela Companhia de 1.437 adesões. O total provisionado se refere ao montante que será pago a título de indenização, acrescido da multa de 40% do FGTS e dos valores de auxílio alimentação e do subsídio da parte do empregador referente à mensalidade do plano de saúde, que serão pagos pela Copel por 12 meses a partir da data do desligamento.

Notas Explicativas

31.3 Serviços de terceiros

Consolidado	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022	1º.07.2023	Reapresentado 1º.07.2022
			a 30.09.2023	a 30.09.2022
Manutenção do sistema elétrico	309.515	220.644	111.307	74.921
Manutenção de instalações	86.243	65.384	26.551	24.031
Comunicação, processamento e transmissão de dados	79.628	67.615	26.002	20.727
Atendimento ao consumidor / call center	78.554	61.439	27.452	23.349
Consultoria e auditoria (a)	64.925	36.942	34.510	14.546
Leitura e entrega de faturas	44.110	40.200	14.654	13.363
Outros serviços	65.377	52.702	25.209	25.173
	728.352	544.926	265.685	196.110

(a) O saldo contempla o valor de R\$ 21.059 referente aos gastos para obtenção de waiver, em atendimento aos covenants (NEs nº 20.3 e 21.3)

31.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	30.09.2023	30.09.2022	1º.07.2023	1º.07.2022
			a 30.09.2023	a 30.09.2022
Provisão (reversão) para litígios (NE nº 28)	(158)	(4.526)	(5.900)	1.087
Provisão (reversão) para perdas em participações societárias	(11.493)	9.371	5.267	(8.547)
	(11.651)	4.845	(633)	(7.460)

	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022	1º.07.2023	Reapresentado 1º.07.2022
			a 30.09.2023	a 30.09.2022
Provisão para litígios (NE nº 28)	208.530	113.090	122.339	28.939
Perdas (reversão de perdas) estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (NE nº 9.3)	(2.585)	9.395	(231)	1.329
Imobilizado - segmento de geração (NE nº 16.4)	(51.415)	-	(15.848)	-
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	47.812	107.562	31.805	25.659
Perdas (reversão de perdas) estimadas em créditos tributários	2.430	(3.483)	3.106	(339)
	204.772	226.564	141.171	55.588

31.5 Custo de construção

Consolidado	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022	1º.07.2023	Reapresentado 1º.07.2022
			a 30.09.2023	a 30.09.2022
Material	1.085.077	893.092	399.815	314.727
Serviços de terceiros	484.157	522.912	156.182	191.478
Pessoal	139.648	130.439	46.330	43.372
Outros	25.612	26.864	12.684	7.801
	1.734.494	1.573.307	615.011	557.378

Notas Explicativas

31.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

Consolidado	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022	1º.07.2023	Reapresentado 1º.07.2022
			a 30.09.2023	a 30.09.2022
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	103.689	97.246	40.232	41.436
Taxa de arrecadação	33.576	36.172	9.541	12.078
Perdas (ganho) na desativação e alienação de bens, líquidas	48.552	26.532	5.084	(2.964)
Arrendamentos e aluguéis	23.424	24.426	6.530	10.027
Seguros	33.408	30.690	11.154	10.515
Tributos	16.295	64.548	6.571	42.605
Valor justo de ativos de concessão de geração de energia elétrica	-	26.451	-	45
Taxa de fiscalização da Aneel	13.398	11.871	4.851	3.811
Indenizações	18.588	12.026	5.554	3.762
Doações, contribuições, subvenções, incentivos fiscais (a)	1.915	2.240	609	1.358
Comunicação corporativa				
Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP	9.450	8.644	3.094	2.949
Publicidade	5.307	8.669	3.720	4.249
Patrocínio	1.999	1.739	894	624
Talentos Olímpicos Paranaense - TOP	5.225	3.887	3.330	2.987
Outras receitas, custos e despesas, líquidos (b)	13.283	3.343	1.373	(5.282)
	328.109	358.484	102.537	128.200

(a) O saldo contempla investimentos sociais da Companhia em educação, cultura, saúde, esporte, dentre outros, incluindo doações incentivadas utilizadas como benefício fiscal.

(b) No saldo está contida a receita de R\$ 1.030 referente a venda do investimento da UEGA na coligada Estação Osasco Desenvolvimento Imobiliário S.A.

32 Resultado Financeiro

	30.09.2023	30.09.2022	1º.07.2023	1º.07.2022
			a 30.09.2023	a 30.09.2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	42.690	30.799	38.008	5.842
Juros sobre impostos a compensar	11.138	3.409	3.817	1.142
Rendimentos e atualização monetária de depósitos judiciais	5.991	6.480	1.959	2.931
Outras receitas financeiras	19.671	10.323	1.148	2.331
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(3.421)	(2.086)	(1.999)	(446)
	76.069	48.925	42.933	11.800
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	-	77.543	-	3.968
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	70.754	24.188	69.496	11.810
Juros sobre passivo de arrendamentos (NE nº 26.2)	404	303	151	111
Outras despesas financeiras	6.382	7.290	3.685	2.458
	77.540	109.324	73.332	18.347
Líquido	(1.471)	(60.399)	(30.399)	(6.547)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022	1º.07.2023	Reapresentado 1º.07.2022
			a 30.09.2023	a 30.09.2022
Receitas financeiras				
Acréscimos moratórios sobre faturas	156.334	218.517	43.664	59.677
Renda de aplicações financeiras	367.440	297.398	168.252	108.936
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 8)	55.755	97.984	9.850	22.224
Rendimentos e atualização monetária de depósitos judiciais	41.392	31.628	13.115	12.364
Juros sobre impostos a compensar	50.974	49.784	17.421	18.121
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.1)	69.059	2.877	12.883	(318)
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	14.026	41.374	912	2.041
Outras receitas financeiras	71.335	15.626	8.455	15.880
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(29.865)	(31.583)	(10.375)	(10.628)
	796.450	723.605	264.177	228.297
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	1.355.043	1.106.596	442.960	341.402
Variação monetário de litígios (a)	75.993	30.641	4.746	20.024
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.1)	101.224	128.737	33.441	8.667
Juros sobre parcelamento de tributos	31.006	27.358	10.127	10.345
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 24.1)	20.155	23.579	6.604	7.740
Juros sobre passivo de arrendamentos (NE nº 26.2)	17.259	14.158	5.617	5.277
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 8)	3.774	9.679	845	2.383
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	7.785	26.424	6.073	11.890
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	70.754	24.188	69.496	11.810
Valor justo dos derivativos - contrato a termo	-	2.907	-	-
Outras despesas financeiras	12.746	44.106	7.078	25.244
	1.695.739	1.438.373	586.987	444.782
	(899.289)	(714.768)	(322.810)	(216.485)
(-) Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE 12.2.1)	-	1.011.370	-	-
Líquido	(899.289)	(1.726.138)	(322.810)	(216.485)

(a) o valor se refere principalmente à variação monetária sobre a provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE nº 12.2.1 - b)

33 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pelas diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Notas Explicativas

Até 30.09.2023, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 30.09.2023.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4 das demonstrações financeiras de 31.12.2022.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada;

Distribuição de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. O segmento será descontinuado após finalização do processo de desinvestimento da Compagas (NE nº 39);

Comercialização (COM) - tem como atribuição a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos;

Holding e Serviços - tem como atribuição a prestação de serviços e participação em outras empresas.

33.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	Energia elétrica			GÁS	Holding e Serviços	Reclassificações NE nº 39	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM					
30.09.2023								
ATIVO TOTAL	26.202.547	21.856.768	2.009.434	1.161.723	5.951.833	1.267.926	(2.748.842)	55.701.389
ATIVO CIRCULANTE	3.609.359	5.389.773	1.024.926	378.799	4.803.441	425.887	(2.318.447)	13.313.738
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.593.188	16.466.995	984.508	782.924	1.148.392	842.039	(430.395)	42.387.651
Realizável a Longo Prazo	6.880.100	8.362.882	974.029	65.551	920.173	88.260	(432.477)	16.858.518
Investimentos	3.401.116	443	-	-	164.907	-	-	3.566.466
Imobilizado	10.800.690	-	534	-	46.265	36.372	(72.744)	10.811.117
Intangível	1.415.339	7.973.290	5.902	705.924	6.703	705.958	97.723	10.910.839
Direito de uso de ativos	95.943	130.380	4.043	11.449	10.344	11.449	(22.897)	240.711

Notas Explicativas

ATIVO	Energia elétrica			GÁS	Holding e Serviços	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM				
31.12.2022							
ATIVO TOTAL	24.917.856	20.538.815	1.808.971	1.083.713	2.244.405	(890.060)	49.703.700
ATIVO CIRCULANTE	3.237.725	4.937.240	990.867	282.714	1.311.618	(1.432.915)	9.327.249
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.680.131	15.601.575	818.104	800.999	932.787	542.855	40.376.451
Realizável a Longo Prazo	6.819.202	8.200.557	809.498	59.505	732.365	(178.982)	16.442.145
Investimentos	3.163.152	534	-	-	162.045	-	3.325.731
Imobilizado	10.054.763	-	541	-	14.164	-	10.069.468
Intangível	1.559.776	7.257.827	6.193	726.107	5.987	721.837	10.277.727
Direito de uso de ativos	83.238	142.657	1.872	15.387	18.226	-	261.380

33.4 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica				GÁS	Holding e Serviços	Reclas-sificações NE nº 39	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET		DIS	COM					
	GER	TRA							
30.09.2023									
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE									
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.175.973	847.199	11.069.533	3.019.731	765.757	-	(764.755)	(2.201.668)	15.911.770
Receita operacional líquida com terceiros	1.376.870	551.094	11.042.133	2.941.673	10.192	-	(10.192)	-	15.911.770
Receita operacional líquida entre segmentos	1.799.103	296.105	27.400	78.058	755.565	-	(754.565)	(2.201.668)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.167.991)	(402.580)	(10.430.291)	(2.931.809)	(629.702)	(122.062)	835.295	2.201.668	(13.647.472)
Energia elétrica comprada para revenda	(180.306)	-	(4.489.552)	(2.901.011)	-	-	-	1.876.743	(5.694.126)
Encargos de uso da rede elétrica	(493.578)	-	(1.971.815)	-	-	-	25.374	321.531	(2.118.488)
Pessoal e administradores	(305.004)	(205.388)	(983.750)	(17.463)	(32.780)	(54.696)	37.391	-	(1.561.690)
Planos previdenciário e assistencial	(37.130)	(24.625)	(125.133)	(1.424)	(4.506)	(6.416)	5.025	-	(194.209)
Material	(10.858)	(4.159)	(48.957)	(60)	(1.071)	(749)	1.103	-	(64.751)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(18.685)	-	-	-	-	-	123	908	(17.654)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	(533.679)	-	533.679	-	-
Serviços de terceiros	(181.960)	(36.637)	(467.631)	(2.887)	(10.097)	(48.562)	16.905	2.517	(728.352)
Depreciação e amortização	(640.807)	(12.015)	(385.557)	(1.563)	(30.367)	(3.722)	46.799	-	(1.027.232)
Provisão para litígios	(66.872)	(38.613)	(105.593)	(424)	(257)	2.924	305	-	(208.530)
Reversão de perdas estimadas p/ redução valor recuperável de ativos	(96.424)	-	-	-	1.631	-	148.793	-	54.000
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(5.269)	(1.299)	(40.844)	(2.831)	(772)	1	772	-	(50.242)
Custo de construção	-	(68.535)	(1.665.959)	-	(10.188)	-	10.188	-	(1.734.494)
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	26.405	-	-	-	-	-	-	-	26.405
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(157.503)	(11.309)	(145.500)	(4.146)	(7.616)	(10.842)	8.838	(31)	(328.109)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	12.496	228.274	-	-	-	3.905	-	-	244.675
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO									
FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.020.478	672.893	639.242	87.922	136.055	(118.157)	70.540	-	2.508.973
Receitas financeiras	271.250	51.786	364.640	27.998	24.872	103.964	(34.073)	(13.987)	796.450
Despesas financeiras	(594.677)	(277.906)	(695.608)	(264)	(34.043)	(146.174)	38.946	13.987	(1.695.739)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	697.051	446.773	308.274	115.656	126.884	(160.367)	75.413	-	1.609.684
Imposto de renda e contribuição social	(178.751)	768	(2.444)	(34.780)	(43.239)	108.534	56.853	-	(93.059)
LUCRO (PREJUÍZO) DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	518.300	447.541	305.830	80.876	83.645	(51.833)	132.266	-	1.516.625
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(132.266)	-	(132.266)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	518.300	447.541	305.830	80.876	83.645	(51.833)	-	-	1.384.359

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica				GÁS	Holding e Serviços	Reclassificações NE nº 39	Operações inter-segmento	Consolidado
Reapresentado	GET		DIS	COM					
30.09.2022	GER	TRA							
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE									
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.084.826	878.533	10.315.857	3.659.025	935.162	8.014	(1.030.476)	(2.580.380)	15.270.561
Receita operacional líquida com terceiros	1.043.298	610.397	10.287.737	3.419.590	932.001	8.014	(1.030.476)	-	15.270.561
Receita operacional líquida entre segmentos	2.041.528	268.136	28.120	239.435	3.161	-	-	(2.580.380)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.973.879)	(245.485)	(10.153.660)	(3.597.348)	(798.976)	(91.445)	980.763	2.580.380	(13.299.650)
Energia elétrica comprada para revenda	(292.594)	-	(4.433.361)	(3.579.136)	-	-	-	2.280.968	(6.024.123)
Encargos de uso da rede elétrica	(441.205)	-	(1.734.129)	-	-	-	23.232	293.374	(1.858.728)
Pessoal e administradores	(154.207)	(93.101)	(445.379)	(9.240)	(32.245)	(31.326)	37.320	-	(728.178)
Planos previdenciário e assistencial	(36.591)	(23.359)	(127.278)	(1.329)	(4.170)	(7.610)	4.625	-	(195.712)
Material	(9.667)	(4.079)	(50.059)	(37)	(1.084)	(597)	1.340	-	(64.183)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(112.718)	-	-	-	-	-	109.767	2.951	-
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	(701.924)	-	701.924	-	-
Serviços de terceiros	(141.780)	(27.837)	(362.280)	(2.186)	(10.408)	(31.770)	26.018	5.317	(544.926)
Depreciação e amortização	(583.984)	(10.325)	(334.669)	(255)	(31.717)	(3.429)	49.497	-	(914.882)
Provisão (reversão) para litígios	(12.860)	703	(107.976)	44	17	4.238	2.744	-	(113.090)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	(9.395)	-	-	-	(1.629)	-	1.629	-	(9.395)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(840)	2.035	(103.731)	(1.548)	(408)	5	408	-	(104.079)
Custo de construção	-	(79.852)	(1.493.455)	-	(9.039)	-	9.039	-	(1.573.307)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	(810.563)	-	-	-	-	-	(810.563)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(178.038)	(9.670)	(150.780)	(3.661)	(6.369)	(20.956)	13.220	(2.230)	(358.484)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14.860	309.864	-	-	-	5.391	-	-	330.115
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO									
FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.125.807	942.912	162.197	61.677	136.186	(78.040)	(49.713)	-	2.301.026
Receitas financeiras	151.970	44.698	455.471	23.492	39.543	70.573	(56.383)	(5.759)	723.605
Despesas financeiras	(513.617)	(204.329)	(551.306)	(236)	(19.723)	(181.238)	26.317	5.759	(1.438.373)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	(1.011.370)	-	-	-	-	-	(1.011.370)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	764.160	783.281	(945.008)	84.933	156.006	(188.705)	(79.779)	-	574.888
Imposto de renda e contribuição social	(276.076)	(130.810)	390.967	(26.430)	(42.249)	(44.258)	43.189	-	(85.667)
LUCRO (PREJUÍZO) DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	488.084	652.471	(554.041)	58.503	113.757	(232.963)	(36.590)	-	489.221
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	36.590	-	36.590
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	488.084	652.471	(554.041)	58.503	113.757	(232.963)	-	-	525.811

33.5 Adições no ativo não circulante por segmento reportável

30.09.2023	Energia elétrica			GÁS	Holding e Serviços	Consolidado
	GET	DIS	COM			
Ativos de contrato	-	1.424.498	-	14.095	-	1.438.593
Imobilizado	(5.421)	-	47	-	33.251	27.877
Intangível	3.858	-	1.057	-	1.192	6.107
Direito de uso de ativos	837	22.168	-	-	3.756	26.761

Notas Explicativas

34 Instrumentos Financeiros

34.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE	Nível	30.09.2023		31.12.2022	
	nº		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	5.557.791	5.557.791	2.678.457	2.678.457
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	554.568	554.568	431.056	431.056
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (c)	9.1	3	1.786.668	1.786.668	1.442.819	1.442.819
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	9.3	3	71.227	71.227	68.642	68.642
Valor justo na compra e venda de energia (d)	11	3	1.314.842	1.314.842	1.081.758	1.081.758
Outros investimentos temporários (e)		1	16.748	16.748	15.372	15.372
Outros investimentos temporários (e)		2	14.714	14.714	10.247	10.247
			9.316.558	9.316.558	5.728.351	5.728.351
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			-	-	157	157
Clientes (a)	7		3.734.316	3.734.316	3.451.869	3.451.869
Ativos financeiros setoriais (a)	8		155.697	155.697	381.398	381.398
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (g)	9.2		788.738	889.433	766.832	866.653
			4.678.751	4.779.446	4.600.256	4.700.077
Valor justo por meio do resultado abrangente						
Reduções Certificadas de Emissões - RECs (j)			4.287	4.287	10.295	10.295
			4.287	4.287	10.295	10.295
Total dos ativos financeiros			13.999.596	14.100.291	10.338.902	10.438.723
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (d)	27	3	978.133	978.133	738.703	738.703
			978.133	978.133	738.703	738.703
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	8		750.905	750.905	483.255	483.255
Parcelamento ICMS (f)	12.2.4		43.291	39.270	48.320	43.419
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (f)	12.2		387.485	325.878	404.075	340.025
PIS e Cofins a restituir para consumidores (a)	12.2.1		683.624	683.624	1.995.158	1.995.158
Fornecedores (a)	19		2.312.017	2.312.017	2.215.470	2.215.470
Empréstimos e financiamentos (f)	20		5.418.567	5.148.365	4.694.957	4.171.789
Debêntures (h)	21		9.896.728	9.726.472	7.887.077	7.688.396
Contas a pagar vinculadas à concessão (i)	25		883.401	985.973	937.542	1.051.710
			20.376.018	19.972.504	18.665.854	17.989.222
Total dos passivos financeiros			21.354.151	20.950.637	19.404.557	18.727.925

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Ativos financeiros com valores justos similares aos valores contábeis (NE nº 4.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2022).
- Os ativos e passivos equivalem ao seu respectivo valor contábil (NE nº 4.15 das demonstrações financeiras de 31.12.2022).

Notas Explicativas

- e) Investimentos em outras empresas, avaliados ao valor justo, o qual é calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo, para os ativos classificados como nível 1, e apurado por meio de modelo de avaliação comparativa para os ativos classificados como nível 2.
- f) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, CDI + *spread* de 2,19%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado, exceto para os contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB que tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.
- g) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- h) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 30.09.2023, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.
- i) Utilizada a taxa de desconto real e antes dos impostos, de 8,65% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.
- j) Ativos financeiros com valores justos similares aos valores contábeis (NE nº 4.2 das demonstrações financeiras de 31.12.2022).

34.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	30.09.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5.557.791	2.678.457
Títulos e valores mobiliários (a)	554.568	431.056
Cauções e depósitos vinculados (a)	-	157
Clientes (b)	3.734.316	3.451.869
Ativos financeiros setoriais (c)	155.697	381.398
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (c)	1.786.668	1.442.819
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	788.738	766.832
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (e)	71.227	68.642
Outros investimentos temporários (f)	31.462	25.619
	12.680.467	9.246.849

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme *rating* local das principais agências classificadoras.

Notas Explicativas

- b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão das contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.
- d) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração - RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.
- e) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização. Em julho de 2021 foi publicada a Resolução Normativa nº 942/2021, posteriormente abarcada pela Resolução Normativa nº 1027/2022, na qual disciplinou-se a apuração destes valores por meio da apresentação de laudos de avaliação a serem elaborados por empresas credenciadas. Em agosto de 2022 a Copel protocolou na Aneel os laudos de avaliação relativos aos valores residuais, com data base julho de 2015, para as UHEs Governador Parigot de Souza - GPS e Mourão - MOU, os quais, desde janeiro de 2023, passam por fiscalização por parte da agência reguladora. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.
- f) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da volatilidade do mercado de ações. Esse tipo de risco envolve fatores externos e vem sendo administrado através de acompanhamento periódico das variações ocorridas no mercado.

34.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

Notas Explicativas

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.09.2023							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	40.174	107.034	549.886	3.630.426	3.477.211	7.804.731
Debêntures	NE nº 21	96.505	358.791	1.680.666	7.801.249	3.775.105	13.712.316
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	9.142	18.294	82.468	482.378	1.999.175	2.591.457
Fornecedores	-	2.009.529	225.435	18.399	58.654	-	2.312.017
PIS e Cofins a restituir para consumidores	NE 12.2.1	-	-	279.295	486.210	-	765.505
Pert	Selic	5.133	10.372	48.247	291.681	108.382	463.815
Parcelamento ICMS	Selic	935	1.889	8.771	37.737	-	49.332
Passivos financeiros setoriais	Selic	60.910	123.595	583.346	31.528	-	799.379
Passivo de arrendamentos	NE nº 26	2.225	4.483	14.227	47.612	271.803	340.350
		2.224.553	849.893	3.265.305	12.867.475	9.631.676	28.838.902

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 20.3 e 21.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

34.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia de Itaipu é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel DIS. O risco cambial na compra de gás, pela Compagas, é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade do risco cambial - dólar

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável a Companhia considera o saldo atualizado com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 5,00) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base 30.09.2023	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Itaipu	Alta do dólar	(203.726)	309	(50.545)	(101.399)
		(203.726)	309	(50.545)	(101.399)

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Notas Explicativas

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 11,75%, IPCA - 4,65%, IGP-M - 3,56% e TJLP - 6,84%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP que considera projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		30.09.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	554.568	15.619	11.830	7.978
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	-	265	264	262
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	155.697	4.385	3.322	2.238
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	2.575.406	29.431	22.167	14.841
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	71.227	-	-	-
		3.356.898	49.700	37.583	25.319
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(751.568)	(21.166)	(26.195)	(31.128)
Banco Itaú	Alta CDI	(1.007.459)	(28.373)	(35.114)	(41.727)
BNDES	Alta TJLP	(1.600.980)	(26.715)	(33.193)	(39.594)
BNDES	Alta IPCA	(393.673)	(4.499)	(5.600)	(6.692)
Banco do Nordeste	Alta IPCA	(1.599.264)	(18.276)	(22.749)	(27.186)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(52.199)	(871)	(1.082)	(1.291)
Outros	Sem Risco	(13.424)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(6.730.154)	(189.540)	(234.572)	(278.747)
Debêntures	Alta IPCA	(3.081.552)	(35.215)	(43.835)	(52.384)
Debêntures	Alta TJLP	(85.022)	(1.419)	(1.763)	(2.103)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(750.905)	(21.148)	(26.172)	(31.101)
Parcelamento ICMS	Alta Selic	(43.291)	(1.219)	(1.509)	(1.793)
Pert	Alta Selic	(387.485)	(10.913)	(13.505)	(16.049)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IGP-M	(818.217)	7.381	5.517	3.666
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(65.184)	(745)	(927)	(1.108)
		(17.380.377)	(352.718)	(440.699)	(527.237)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Notas Explicativas

34.2.4 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis durante os anos de 2022 e 2023, estima-se que o risco de falta de energia no restante de 2023 e 2024 estejam minimizados.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

34.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF (*Generation Scaling Factor*)

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia, a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras. Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Para os contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

Notas Explicativas

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra, das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013 e das usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, de acordo com a Lei 13.203/2015. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

Os riscos com o GSF estão bastante reduzidos devido à melhora do cenário hidrológico em 2022 e 2023.

34.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, alterada pela Lei nº 14.052/2020 no que diz respeito ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões pelo regime de cotas de garantia física.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração) e transmissão (RAP – Receita Anual Permitida).

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e nº 11.307/2022, que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 12 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Alguns empreendimentos de geração da Copel tiveram seu período de concessão estendido devido aos efeitos do GSF (*Generation Scaling Factor*), pois estabeleceu-se a compensação por meio de extensão do prazo de outorga das usinas contempladas pela Lei nº 13.203/2015, culminando na homologação do prazo de extensão da outorga destas usinas por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021.

Notas Explicativas

Em 25.11.2022 a Copel manifestou junto ao poder concedente o interesse na obtenção de outorga por trinta anos para as UHEs Governador José Richa, Governador Ney Aminthas de Barros Braga e Governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Em 12.04.2023 foi publicada a Portaria Nº 726/2023, estabelecendo as condições complementares à outorga dos novos contratos de concessão. Conforme descrito na NE nº 1, foi concluído o processo de transformação da Copel em “Corporação”, o que possibilitará a manutenção de 100% de participação da Companhia nestas usinas.

Com relação à UHE São Jorge, cuja concessão vence em 2026, a Copel não manifestou interesse na renovação e pretende, ao final da concessão, solicitar à Aneel a conversão da outorga em registro.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a usina passou por processo de modernização, tendo como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta. A usina foi liberada para operação comercial em 07.12.2022 por meio do Despacho nº 3.502/2022. Em 31.10.2023 a Companhia protocolou carta no Ministério de Minas e Energia requerendo a desistência da intenção de prorrogação da concessão da UTE Figueira, formulada em 2017, com retorno imediato ao Poder Concedente de todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à UTE Figueira e com a correspondente indenização à Copel GeT pela reversão dos bens.

Conforme a Lei nº 14.052/2020, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE Apucarantina até janeiro de 2024 e das UHEs Guaricana e Chaminé até julho e agosto de 2025, respectivamente. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, as concessões, ao seu termo, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente.

Em relação ao segmento de transmissão, a única concessão da Copel GeT a vencer nos próximos dez anos, é do Contrato de Concessão nº 75/2001, referente à LT Bateias-Jaguariaíva 230 kV, que vencerá em 17.08.2031.

Adicionalmente, quanto à prorrogação dos contratos de concessão de transmissão, em 29.12.2022 foi publicado o Decreto nº 11.314 que determina que a prorrogação das concessões de transmissão poderá ser realizada somente quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público e será realizada sem a indenização antecipada dos bens vinculados à prestação do serviço, condicionada à aceitação por parte da concessionária em relação à receita e demais condições do termo aditivo a ser elaborado pela Aneel.

34.2.7 Risco de não manter a concessão de distribuição de energia elétrica

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel DIS impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores de qualidade que, se descumpridos, podem acarretar a extinção da concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório. A Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896/2020, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, que estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

Notas Explicativas

Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Crítérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	Aporte de capital (a) Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
	Indicadores de qualidade	no ano base	Plano de resultados
		2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

(a) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

Metas definidas para Copel Distribuição

			Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	DEC	FEC	DEC	FEC
2022	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	Atingido	9,19	6,80	7,98	5,29
2023	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	-	8,69	6,39	-	-

Dívida Líquida: Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros, à exceção de ativos e passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a dívida bruta e ativos financeiros estão definidas no Anexo VIII da REN nº 948/2021.

QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.

LAJIDA/EBITDA Recorrente: Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.

Indicadores de qualidade: Para os anos de 2022 a 2026, os limites anuais constam na Resolução Autorizativa nº 10.231/2021.

A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação anual dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR.

34.2.8 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.848/2004 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

A Copel DIS estima finalizar o ano com um nível de contratação de 113,2%, mas considera que possui montantes de “sobrecontratação involuntária” suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

Notas Explicativas

34.2.9 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 27.

34.2.10 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco pela volatilidade do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

O quadro abaixo apresenta os valores nocionais dos contratos de comercialização de energia elétrica na data destas demonstrações financeiras intermediárias, os quais tem prazo médio de vencimento de 95 meses para contratos de compra e 20 meses para contratos de venda:

	Compra	Venda
2023	162.087	164.104
2024	704.442	785.303
2025	777.785	824.282
2026	685.986	694.553
2027	616.352	591.103
2028 a 2040	3.456.595	4.316.478
	6.403.247	7.375.823

O valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia, que representam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-Bs divulgada pela Anbima em 30.09.2023, sem inflação, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais referentes à estas transações na data destas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas a seguir.

Consolidado	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	358.057	(307.455)	50.602
Não circulante	956.784	(670.678)	286.106
	1.314.841	(978.133)	336.708

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de mudanças nos preços futuros. Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a curva de preços de mercado e taxa NTN-B em 30.09.2023. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram elevação ou queda de 25% e 50%, aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Consolidado	Variação no preço	Base 30.09.2023	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	336.708	336.708	296.945	257.185
	Queda	336.708	336.708	376.467	416.228

34.2.11 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (*clearing house*), de modo que o risco de *default* é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo comprador/vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a vender/adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõe limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico. Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o *default* de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

34.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando o índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização - Lajida (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - Ebitda*) consolidado ajustado dos últimos doze meses. O limite corporativo estabelecido nas escrituras de dívida prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da Administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício. Adicionalmente, monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido.

Notas Explicativas

34.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	5.418.567	4.694.957
Debêntures	9.896.728	7.887.077
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.557.791)	(2.678.457)
(-) Títulos e valores mobiliários	(554.568)	(431.056)
Dívida líquida	9.202.936	9.472.521
Patrimônio líquido	23.508.134	21.131.225
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,39	0,45

35 Transações com Partes Relacionadas

35.1 Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Ativo circulante				
Entidades com influência significativa				
Estado do Paraná - Custos de transação (35.1.5)	14.501	-	14.501	-
Controladas				
Compartilhamento de estrutura (35.1.1)	18	-	843	1.135
Copel DIS - mútuo (35.1.2)	-	-	-	-
Complexo Eólico Jandaíra - mútuo (35.1.3)	-	47.404	-	-
Passivo circulante				
Controladas				
Compartilhamento de estrutura (35.1.1)	1.606	1.838	-	-
Passivo não circulante				
Controladas				
Adiantamento - Elejor	5.851	5.851	-	-

35.1.1 Compartilhamento de estrutura

Saldos se referem, principalmente, aos contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores, celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

35.1.2 Contrato de Mútuo - Copel DIS

Em 27.02.2023, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel e a Copel DIS, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de CDI + 1,40% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O contrato tem vigência até 27.02.2025. Do valor global aprovado, de R\$ 400.000, foi transferido o montante de R\$ 233.000. A liquidação foi efetuada em 29.06.2023 e a receita financeira para o período findo em 30.09.2023 é de R\$ 9.659.

Notas Explicativas

35.1.3 Contrato de Mútuo - Complexo Jandaíra

Em 17.05.2022, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel e as empresas do Complexo Eólico Jandaíra, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de CDI + 1,38% ao ano, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. Os contratos têm vigência até 17.05.2024. Do valor global aprovado, de R\$ 49.400, foi transferido o montante de R\$ 49.087. A liquidação foi efetuada em 31.07.2023 e a receita financeira para o período findo em 30.09.2023 é de R\$ 4.327.

35.1.4 Contrato de Mútuo - UEG Araucária

Em 04.07.2023, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel e a UEG Araucária, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de CDI + 1,40% ao ano, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O contrato tem vigência até 04.07.2025. O valor global aprovado é de R\$ 35.000 e em outubro de 2023 foi efetuada a transferência de R\$ 15.000.

35.1.5 Custos de transação - Estado do Paraná

No processo de oferta primária e secundária de ações, descrito na NE nº 1, a Copel efetuou o pagamento de custos de transação. Para o montante dos custos que se referem a distribuição secundária foi contabilizado o saldo no ativo que será reembolsado pelo Estado do Paraná.

35.2 Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia:

Notas Explicativas

Consolidado	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
Parte Relacionada / Natureza da operação	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	Reapresentado 30.09.2022
Entidades com influência significativa								
Estado do Paraná - dividendos	-	-	147.833	109.777	-	-	-	-
Programa Energia Solidária (a)	-	9.735	-	-	-	-	-	-
Programa Tarifa Rural Noturna (a)	-	8.353	-	-	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	383	305	-	-	-	-	-	-
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (c)	-	-	610	298	-	-	(6.636)	(5.840)
BNDES e BNDESPAR - dividendos (d)			183.033	76.684	-	-	-	-
Financiamentos (NE nº 20)	-	-	1.982.635	2.097.606	-	-	(41.550)	(146.155)
Debêntures - eólicas (NE nº 21)	-	-	204.938	216.811	-	-	(5.432)	(21.445)
Entidade controlada pelo Estado do Paraná								
Sanepar (e)	18	-	27	448	18	-	(1.551)	(1.533)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	-	-	-	-	-	485	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Voltaia São Miguel do Gostoso (f)	-	-	-	-	87	73	-	-
Dividendos	1.032	1.032	-	-	-	-	-	-
Caiuá Transmissora de Energia (g) (h) (i)	326	313	228	1.400	2.882	2.681	(15.992)	(9.632)
Dividendos	-	5.486	-	-	-	-	-	-
Integração Maranhense Transmissora (h) (i)	-	-	44	120	-	-	(2.474)	(1.935)
Dividendos	-	6.885	-	-	-	-	-	-
Matrinchã Transmissora de Energia (h) (i)	-	-	260	1.355	-	-	(13.212)	(11.386)
Dividendos	-	41.577	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia (h) (i)	-	-	121	671	-	-	(6.751)	(5.018)
Dividendos	38.996	50.137	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia (h) (i)	-	-	156	869	-	-	(8.108)	(7.514)
Dividendos	-	5.400	-	-	-	-	-	-
Cantareira Transmissora de Energia (h) (i)	-	-	120	660	-	-	(6.561)	(5.900)
Dividendos	-	9.254	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissão (h) (i) (j)	2.340	3.236	226	1.401	10.592	14.449	(14.787)	(12.714)
Dividendos	-	13.333	-	-	-	-	-	-
Solar Paraná - Dividendos	-	48	-	-	-	-	-	-
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (k)	16	15	1.312	1.356	134	127	(11.814)	(12.065)
Dividendos	461	852	-	-	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (l)	264	302	-	-	2.770	2.556	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.2)	-	-	-	-	-	-	(14.473)	(14.092)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22.3)	-	-	-	-	-	-	(1.011)	(974)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	121.111	102.410	-	-	(7.244)	(7.977)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22.3)	-	-	1.091.623	1.070.037	-	-	-	-
Lactec (m)	3	3	1.091	1.131	338	463	(4.692)	(3.185)
Tecpar (n)	-	-	-	-	1.515	1.492	-	-
Celepar (n)	-	-	-	-	831	431	-	-
Assembleia Legislativa do Paraná (n)	-	-	-	-	238	232	-	-
Portos do Paraná (n)	-	-	-	-	3.768	4.240	-	-

- a) O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.

Em março de 2018 foi quitado o montante de R\$ 159.274. Sobre o valor do principal houve incidência de juros, multa e atualização monetária, no total de R\$ 158.849. Para a cobrança desses encargos, incidentes sobre as faturas de consumo de energia elétrica do período de setembro de 2010 a junho de 2015, foi ajuizada em novembro de 2018 a ação monitória nº 0006254-29.2018.8.16.0004 em face do Estado do Paraná, responsável pelo pagamento das faturas nos termos da Lei Estadual nº 14.087/2003. Ressaltamos que, apesar das tratativas mantidas pela Administração buscando o equacionamento da dívida, ainda persistem incertezas quanto à realização deste ativo e, portanto, este valor não foi contabilizado, em atendimento ao que dispõem as normas contábeis vigentes. Considerando o tratamento tributário a ser aplicado, conforme determina a Receita Federal do Brasil na

Notas Explicativas

Instrução Normativa nº 1.753/2017, a Companhia efetuou a tributação sobre essa receita. A ação judicial entre Copel e o Estado do Paraná encontra-se em tramitação no Tribunal de Justiça do Paraná, instância em que as partes buscam a revisão da sentença que reconheceu parte do crédito. O recurso de apelação foi julgado em outubro de 2023, cujo acórdão ainda não foi publicado. Em abril de 2023 a Copel ajuizou uma segunda ação, sob nº 0000873-24.2023.8.16.0179, para cobrança de residual no valor de R\$ 25.936. A Administração reforça que está envidando todos os esforços necessários e tomando todas as medidas cabíveis para preservação dos interesses da Companhia.

O Programa Tarifa Rural Noturna, regulamentado pelo Decreto nº 1.288/2019, prevê o pagamento à Copel DIS, pelo Governo Estadual, do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no decreto.

- b)** Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- c)** O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampicidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- d)** O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel (NE nº 29.1). Em 22.12.2018 encerrou a vigência do acordo de acionistas entre o Estado do Paraná e o BNDESPAR, assinado em 22.12.1998. O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurús IV e Ventos de Santo Uriel.
- e)** Saneamento básico prestado pela Sanepar e contrato de venda de energia firmado pela Copel COM.
- f)** Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste, Marumbi e Uirapuru, com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048.
- g)** Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção prestados pela Copel GeT, com vencimento em 10.05.2026. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmado pela Copel DIS, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- h)** Encargos de uso do sistema de transmissão devidos pela Copel GeT, FDA, UEG Araucária e parques eólicos.

Notas Explicativas

- i) A Copel DIS mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - Cust com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- j) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 31.01.2028, e compartilhamento de instalações, com vencimento em 1º.01.2043.
- k) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste, Marumbi e Uirapuru, com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048. Contrato de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025.
- l) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2025, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- m) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, FDA, UEG Araucária e Copel DIS, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Copel COM presta serviços e vende energia ao instituto.
- n) Contrato de venda de energia firmado entre a Copel COM e: Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar (empresa pública do Governo do Estado que apoia a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil), Companhia de Tecnologia da Informação do Paraná - Celepar (sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Governo do Estado), Portos do Paraná (complexo portuário que funciona como empresa pública do Governo do Estado, subordinada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística) e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

As subsidiárias diretas e indiretas da Copel têm contratos de compra e venda de energia de curto e longo prazo firmados entre si, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Tanto os saldos das transações existentes quanto os saldos dos compromissos são eliminados entre si quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, a Copel GeT possui compromissos de compra de energia com a Dona Francisca, no montante de R\$ 35.995 (R\$ 47.935 em 31.12.2022), e a Copel COM possui compromissos de venda de energia firmados com órgãos e/ou entidades ligadas ao Governo do Estado do Paraná, incluindo a Sanepar, no total de R\$ 216.277 (R\$ 25.050 em 31.12.2022).

Notas Explicativas

No que diz respeito à remuneração do pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

35.3 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel às suas controladas na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs nºs 20 e 21.

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra e transporte de energia elétrica efetuados pela Copel GeT e suas subsidiárias, no total de R\$ 4.684 (R\$ 4.449 em 31.12.2022) e efetuados pela Copel COM (Copel Mercado Livre), no total de R\$ 602.520 (R\$ 329.725 em 31.12.2022).

Os avais e garantias concedidos pela Copel e pela Copel GeT na emissão de financiamentos e debêntures dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo (a)	% participação	Valor da fiança
(1) Caiuá Transmissora	Financiamento BNDES	15.02.2029	84.600	20.998	49,0	(b)
(2) Cantareira Transmissora	Debêntures	15.08.2032	100.000	83.414	49,0	(b)
(3)	Financiamento	15.09.2032	426.834	349.512		(b)
(4) Guaraciaba Transmissora	Financiamento BNDES	15.01.2031	440.000	119.035	49,0	(b)
(5)	Debêntures	15.12.2030	118.000	272.876		(b)
(6)	Financiamento BNDES	15.06.2029	691.440	257.220		(b)
(7) Matrinchã Transmissora	Debêntures (2ª)	15.06.2029	180.000	197.742	49,0	(b)
(8)	Debêntures (3ª)	15.12.2038	135.000	158.446		(c)
(9) IMTE Transmissora	Financiamento	12.02.2029	142.150	38.684	49,0	(b)
(10)	Debêntures (2ª)	15.11.2030	210.000			
(11) Mata de Santa Genebra	Debêntures (3ª)	15.11.2041	1.500.000	1.754.104	50,1	(d)
(12)	Financiamento	15.10.2030	606.241	382.612		
(13) Paranaíba Transmissora	Debêntures	15.03.2028	120.000	80.165	24,5	(b)

(a) Saldo da dívida bruta, descontado do caixa restrito que já está garantido pelas próprias empresas.

(b) Para estes contratos a fiança corporativa e/ou a carta fiança foram exoneradas permanecendo somente a garantia de penhor de ações da Copel GeT.

(c) As garantias a serem prestadas na 3ª emissão só serão apresentadas depois do vencimento das Debêntures da 2ª emissão e do Financiamento com o BNDES.

(d) Para estes contratos as fianças foram exoneradas em 22.08.2023 mediante declaração de conclusão físico financeira.

Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT em todos os empreendimentos.

36 Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	30.09.2023	31.12.2022
Contratos de compra e transporte de energia	103.614.651	108.768.267
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.782.890	1.187.336

Notas Explicativas

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguaçu	31.05.2024	2.406.243
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	21.01.2024	2.316.006
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2024	2.209.803
Riscos Nomeados	24.08.2024	1.935.938
Riscos Operacionais - UHE Colíder	01.12.2023	1.892.320
Riscos Operacionais - Ventos de Serra do Mel II e IV	28.11.2023	1.075.284
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	25.08.2024	1.039.962
Riscos Operacionais - Elejor	07.09.2024	901.950
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2024	787.464
Garantia Judicial	10.08.2024	683.415

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento, riscos diversos, seguro de vida, seguro aeronáutico e seguro de veículos. Adicionalmente, a Companhia possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

38 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

38.1 Transações que não envolvem caixa

Do total de adições de ativos de contrato (apresentado nas NEs nº 10.1 e 10.2) e de aquisições de imobilizado (demonstrado na NE nº 16.2), R\$ 176.447 (R\$ 119.343 em 30.09.2022) e R\$ 6.704 (R\$ 3.816 em 30.09.2022), respectivamente, correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

Conforme a NE nº 26, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 2.508 na Controladora e R\$ 50.259 no Consolidado (R\$ 1.929 na Controladora e R\$ 106.597 no Consolidado em 30.09.2022), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

39 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Em atendimento às diretrizes do Planejamento Estratégico Empresarial da Copel - Visão 2030 quanto à descarbonização do seu portfólio de ativos e priorização de investimentos e ações diretamente ligadas ao seu *core business* (energia elétrica), a Copel iniciou os processos de desinvestimento das participações da Copel na Companhia Paranaense de Gás – Compagas e na UEG Araucária S.A. (UEGA).

Notas Explicativas

O início do processo do desinvestimento da UEGA se deu em 2022, com a intenção de venda pela Copel em conjunto com a outra sócia, Petrobras, porém foi paralisado e retomado em 04.09.2023 conforme Comunicado ao Mercado 21/23. Em 27.10.2023 deu-se o início a fase de proposta vinculante, em que os proponentes habilitados terão a oportunidade de realizar *due diligences*, visitas técnicas e submissão das propostas, conforme Comunicado ao Mercado 25/23. De acordo com o cronograma proposto, a intenção é de finalizar o processo de alienação da participação societária até maio de 2024.

Já para o desinvestimento da Compagas, em 20.09.2023 foi divulgado o Fato Relevante 16/2023 comunicando que o Conselho de Administração da Copel aprovou a contratação das assessorias necessárias para estruturação e execução do projeto. Conforme o cronograma proposto, a intenção é de finalizar o processo de alienação da participação societária até abril de 2024.

A Administração avalia a venda dos ativos como altamente provável, com expectativa de conclusão do processo dentro de 12 meses. Deste modo, a Companhia entendeu que foram atendidos os critérios determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 31/ IFRS 5 para classificar o ativo como mantido para venda e para a divulgação de uma operação como descontinuada.

Apresentamos a seguir os saldos dos ativos e passivos que foram reclassificados, os quais são apresentados em linha específica do balanço patrimonial. Em atendimento à norma contábil, os saldos são mensurados pelos valores contábeis, tendo em vista que são inferiores aos valores justos menos as despesas de venda.

30.09.2023	Controladora	Consolidado
Ativos classificados como mantidos para venda		
Caixa e equivalentes de caixa	-	239.121
Clientes	-	103.207
Estoques	-	5.501
Tributos a recuperar e tributos diferidos	-	62.863
Depósitos judiciais	-	117
Outros créditos	-	67.012
Ativo de contrato	-	36.326
Imobilizado	-	36.372
Intangível	-	705.958
Direito de uso de ativos	-	11.449
Investimentos	300.068	-
	300.068	1.267.926
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda		
Obrigações sociais e trabalhistas	-	11.962
Fornecedores	-	72.193
Obrigações fiscais	-	56.916
Debêntures	-	303.443
Dividendos a pagar	-	70.049
Benefícios pós-emprego	-	11.301
Passivo de arrendamentos	-	12.335
Provisões para litígios	-	17.139
Outras contas a pagar	-	51.117
	-	606.455

Os ativos e passivos reclassificados fazem parte dos segmentos de geração de energia e de distribuição de gás. Com o desinvestimento da Compagas, o segmento de gás será descontinuado na Copel.

Notas Explicativas

Adicionalmente, os passivos contingentes da Compagas e da UEGA, no total de R\$ 299.994, não estão contemplados no total divulgado na NE nº 28.2. A UEGA não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 274.607 por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

As receitas, custos e despesas bem como a movimentação de fluxo de caixa resultantes desses ativos e passivos foram apresentados em linhas separadas, como operação descontinuada, tanto na Demonstração de Resultados como na Demonstração dos Fluxos de Caixa e na Demonstração do Valor Adicionado.

Ressalta-se, ainda, que a partir de 1º.10.2023 foram cessadas a depreciação e amortização dos ativos que serão vendidos, após a sua reclassificação para o ativo circulante, na linha de Ativos classificados como mantidos para venda, em atendimento ao que determina o item 25 do CPC 31 / IFRS 5.

O detalhamento destes valores está apresentado nos quadros a seguir:

Demonstração de Resultados das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Receita operacional líquida	-	-	764.755	1.030.476
Custos Operacionais	-	-	(779.932)	(924.885)
Lucro operacional bruto	-	-	(15.177)	105.591
Despesas com vendas	-	-	(9.157)	(8.201)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(43.175)	(43.800)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(3.031)	(3.877)
Resultado da equivalência patrimonial	(141.029)	(13.865)	-	-
	(141.029)	(13.865)	(55.363)	(55.878)
Lucro (prejuízo) antes do res. financeiro e tributos	(141.029)	(13.865)	(70.540)	49.713
Resultado Financeiro	-	-	(4.873)	30.066
Lucro (prejuízo) operacional	(141.029)	(13.865)	(75.413)	79.779
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(56.853)	(43.189)
Lucro líquido (prejuízo) da operação descontinuada	(141.029)	(13.865)	(132.266)	36.590

Demonstração de Resultados das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2023 a 30.09.2023	1º.07.2022 a 30.09.2022	1º.07.2023 a 30.09.2023	1º.07.2022 a 30.09.2022
Receita operacional líquida	-	-	242.143	346.280
Custos Operacionais	-	-	(199.465)	(326.817)
Lucro operacional bruto	-	-	42.678	19.463
Despesas com vendas	-	-	(3.506)	(2.686)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(15.482)	(16.074)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(2.024)	(424)
Resultado da equivalência patrimonial	(6.489)	(18.898)	-	-
	(6.489)	(18.898)	(21.012)	(19.184)
Lucro (prejuízo) antes do res. financeiro e tributos	(6.489)	(18.898)	21.666	279
Resultado Financeiro	-	-	(4.754)	12.439
Lucro (prejuízo) operacional	(6.489)	(18.898)	16.912	12.718
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(12.649)	(14.908)
Lucro líquido (prejuízo) da operação descontinuada	(6.489)	(18.898)	4.263	(2.190)

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Lucro líquido do período	(141.029)	(13.865)	(132.266)	36.590
Ajustes ao lucro	141.029	13.865	282.916	98.050
Variações de ativos e passivos	-	-	16.703	26.994
Impostos e encargos pagos	-	-	(49.002)	(33.593)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-	118.351	128.041
Aplicações financeiras	-	-	(191)	22.981
Aquisições de ativo de contrato, imobilizado e intangível	-	-	(23.965)	(156.687)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	(24.156)	(133.706)
Ingressos de debêntures emitidas	-	-	294.045	-
Amortizações de passivos de arrendamentos	-	-	(2.253)	(2.180)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(133.730)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	158.062	(2.180)
Variação no caixa e equivalentes de caixa	-	-	252.257	(7.845)

Demonstração do Valor Adicionado das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Valor Adicionado a Distribuir				
Receitas	-	-	1.023.395	1.342.350
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(893.951)	(1.089.366)
(-) Depreciação e amortização	-	-	(46.799)	(49.497)
(+) Valor adicionado transferido	(141.029)	(13.865)	34.073	56.383
	(141.029)	(13.865)	116.718	259.870
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	-	-	36.718	36.590
Governo	-	-	172.946	153.117
Terceiros	-	-	39.320	33.573
Acionistas	(141.029)	(13.865)	(132.266)	36.590
	(141.029)	(13.865)	116.718	259.870

Curitiba, 08 de novembro de 2023

Daniel Pimentel Slaviero
Diretor Presidente

Ana Letícia Feller
Diretora de Gestão Empresarial

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores

Cassio Santana da Silva
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e Regulatório

Vicente Loiácono Neto
Diretor de Governança, Risco e
Compliance

Ronaldo Bosco Soares
Contador - CRC PR-043819/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Paranaense de Energia - Copel

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - Copel ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultados e de resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase**Reapresentação dos valores correspondentes**

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos atenção para a nota explicativa nº 3.5 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que apresenta os efeitos das reapresentações efetuadas pela Companhia em decorrência da classificação dos ativos das subsidiárias Companhia Paranaense de Gás – Compagas e UEG Araucária S.A. (UEGA) como operação descontinuada como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 31 e na IFRS 5.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 8 de novembro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TERCEIRO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam à revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 3º trimestre de 2023 aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pela auditoria independente, considerando ainda o "Relatório sobre a Revisão de Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas Referentes ao Período de Três e Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2023", da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais, registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2023 e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 08 de novembro de 2023

DEMETRIUS NICHELE MACEI (presidente)

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

JULIANA PICOLI AGATTE

OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 76.483.817/0001-20, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Copel de 30.09.2023; e
(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras intermediárias da Copel de 30.09.2023.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 08 de novembro de 2023

Daniel Pimentel Slaviero
Diretor Presidente

Ana Letícia Feller
Diretora de Gestão Empresarial

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Cassio Santana da Silva
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e Regulatório

Vicente Loiacono Neto
Diretor de Governança, Risco e Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 76.483.817/0001-20, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Copel de 30.09.2023; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras intermediárias da Copel de 30.09.2023.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 08 de novembro de 2023

Daniel Pimentel Slaviero
Diretor Presidente

Ana Letícia Feller
Diretora de Gestão Empresarial

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Cassio Santana da Silva
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e Regulatório

Vicente Loíacono Neto
Diretor de Governança, Risco e Compliance